**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E
LINGUÍSTICA GERAL**

**A TRANSCODIFICAÇÃO DE TEXTOS CIENTÍFICOS EM TEXTOS
ETNOLITERÁRIOS, O CORDEL: O DESENVOLVIMENTO DA
COGNIÇÃO COM REFLEXÃO CRÍTICA**

ALBELITA LOURDES MONTEIRO CARDOSO

**São Paulo
2011**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E
LINGUÍSTICA GERAL**

**A TRANSCODIFICAÇÃO DE TEXTOS CIENTÍFICOS EM TEXTOS
ETNOLITERÁRIOS, O CORDEL: O DESENVOLVIMENTO DA
COGNIÇÃO COM REFLEXÃO CRÍTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Área de Concentração em Semiótica e Linguística Geral, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Barbosa

**São Paulo
2011**

FOLHA DE APROVAÇÃO

CARDOSO, Albelita Lourdes Monteiro

A Transcodificação de textos científicos em textos etnoliterários, o cordel: o desenvolvimento da cognição com reflexão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.
Área de Concentração: Semiótica e Linguística Geral

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. _____(Orientadora)

Instituição: _____Assinatura: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____Assinatura: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____Assinatura: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____Assinatura: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____Assinatura: _____

São Paulo
2011

*Busquei em vários gêneros textuais
A melhor forma de expressar,
A minha mais sincera gratidão
Pelo seu modo de orientar.
Sua competência e generosidade,
Não há como não lembrar.*

*Encontrei nestes versos singelos,
Sem genialidade criadora,
O modo mais espontâneo
De homenagear minha orientadora,
Desejando transcodificar em cordel
Sua teoria inovadora.*

*Se me faltou habilidade
Para uma escolha lexical primorosa,
Jamais me faltou a certeza,
Fosse em verso ou em prosa,
Esta tese eu dedicaria*

À professora Maria Aparecida Barbosa.

AGRADECIMENTOS

Nossas vidas, assim como os textos constituintes desta pesquisa, passam por processos de transcodificação. Esses processos exigem, muitas vezes, uma cuidadosa leitura-releitura-leitura de nossas histórias pessoais, acadêmicas e profissionais, pois a relação, de 'intertextualidade' que se estabelece entre elas nunca é ocasional, mas sempre necessária.

O término deste trabalho representa o alcance de uma das mais importantes etapas da minha vida acadêmica, bem como o mais desafiador dos objetivos pessoais a ser alcançado. No momento de encerramento desta importante fase, penso naqueles que mais fortemente contribuíram para o desenvolvimento desta tese. Reconheço que não poderia tê-la levado a termo sem a confiança plena de que "podemos todas as coisas naquele que nos fortalece." A Deus, portanto, os meus agradecimentos em forma de oração. Dentre as pessoas que Ele, generosamente, "fez cruzar os meus caminhos" nesta difícil jornada, eu agradeço de modo muito especial:

À Professora Maria Aparecida Barbosa, pela honra e orgulho que me proporcionou, aceitando-me por duas vezes como orientanda, e pela preciosa, constante, competente e, sobretudo, humana orientação;

A Mauro, companheiro e amigo de todas as horas, pela paciência, compreensão e apoio logístico;

À minha mãe e aos meus irmãos, que tão bem compreenderam a minha ausência em momentos de grandes

dificuldades, e muito colaboraram com suas orações e constantes incentivos ao meu crescimento humano e intelectual.

Aos meus avós (in memoriam), pelo amor inigualável que deles recebi na infância, por todos os sacrifícios/gestos de amor na compra dos meus primeiros livros e por todos os valores que me deixaram como herança.

Àquelas pessoas que acompanharam o processo de amadurecimento de minhas ideias e compartilharam comigo o entusiasmo pela proposta desta pesquisa: professoras Marieta Prata Dias, Maria Margarida Andrade, Lídia Almeida Barros, Maria Vicentina do Amaral Dick.

Àquelas que partilharam comigo as constantes inquietações e frustrações advindas dos resultados das avaliações nacionais. A todas essas (colegas da equipe da Supervisão de Avaliação Educacional – SUAVE - MA) expresso os meus agradecimentos na pessoa da professora Silvana Maria Guimarães Machado.

Ao AMIGO, Augusto Pellegrini, que me leva a crer que sou quem ele acredita que eu sou.

À revista Feito Brasil, na pessoa de Alexandre Fumagalli, jornalista responsável pela Redação, Arte e Produção da revista, que tão gentilmente me enviou um exemplar impresso da edição especial inspirada no cordel.

A Maria do Carmo Kalil Ohl Fernande e Datti Fernande, coordenadores pedagógicos, pelo incentivo, confiança e pelas preciosas oportunidades de debate com seus alunos dos cursos de Letras e Pedagogia sobre o tema desta tese.

A Daniel Villaça, pela preciosa assessoria na formatação das figuras que constam neste trabalho.

A Zezé e Luzilene, que pela preciosa amizade, tanto me ajudaram, mesmo a distância.

A Ângela Folloni, pela solidariedade nos momentos angústia.

A Karine Marielly, pelo seu poder de convencimento de que “tudo vai dar certo”.

Ao Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria Estadual de Educação, que me possibilitou o afastamento das minhas atividades docentes para a realização desta pesquisa;

Gostaria, por fim, de deixar aqui registrados minha sincera gratidão e reconhecimento a todos que não foram citados, mas que de algum modo, contribuíram para a realização deste trabalho.

*Aprendizagem é resultante de
uma dialética permanente entre ação e pensamento que
permite a interpretação entre a teoria e a prática.*

(Paulo Freire)

RESUMO

CARDOSO, A. L. M. **A transcodificação de textos científicos em textos etnoliterários, o cordel: o desenvolvimento da cognição com reflexão crítica** 2011. 200 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Numa perspectiva transdisciplinar, entre os estudos de Terminologia Aplicada, Semiótica e Etnoliteratura, desenvolvemos a presente Tese, cujo principal objetivo é demonstrar a importância do processo de *transcodificação* de textos técnicos e científicos (A) em textos etnoliterários (B), especificamente, seus efeitos no desenvolvimento da habilidade de compreensão de A, conduzindo à cognição por meio da reflexão crítica. O *corpus* da pesquisa compreende excertos do livro “*Curso de Linguística Geral*”, de Ferdinand de Saussure, e seu correspondente etnoliterário “*A vida e as idéias geniais e dicotômicas do pai da ciência linguística*”, de José Lira. Compreende, ainda, a “*Nova Gramática do Português Contemporâneo*” de Celso Cunha e Lindley Cintra, e seu correspondente etnoliterário “*Lições de Gramática em versos de Cordel*”, de Junduhi Dantas. Os modelos teóricos, nos quais se calcaram as análises e sistematizações, são os que privilegiam o percurso de transmissão da metalinguagem técnica e científica; os que enfatizam os processos de cientificidade e popularização do conhecimento; a natureza dos textos A e B como linguagem conotativa e metasemiótica; as delimitações conceituais do *texto transcodificado* e do *texto transcodificante*; as relações de intertextualidade e de equivalência que se estabelecem entre ambos. O trabalho destacou os processos de banalização de linguagens de especialidade como importante mecanismo de circulação e de difusão do conhecimento. Caracterizou ainda, o *texto transcodificado* como meta-metasemiótico e, por isso, *pluriconceptual*, *plurivalorativo*, *plurissignificativo* e *metareferencial*, já que não cria, mas retoma conceitos, sem tirar a especificidade de tratamento: uma coisa é o fato científico tratado no Discurso Científico; outra coisa é esse mesmo fato tratado no Discurso Poético. Outra constatação importante é que o grau de equivalência entre A e B são inversamente proporcionais: quanto menor a densidade de equivalência, tanto maior será a densidade de reflexão que se exige do estudante. O texto A e o texto B são *mono* e *homotemáticos*, na medida em que abordam o mesmo tema, porém, são *plurifigurativos*, pois actantes e relações actanciais são diferentes de um para outro. Concluímos, ainda, que o texto A determina a isotopia do texto B, que mesmo sendo um texto poético, preserva a sua função primária que é a de ser um texto interpretante. Pelos motivos expostos, apresentamos como conclusão geral, que o processo de *transcodificação*, no enfoque que demos, é um dos principais meios de desenvolvimento de mecanismo muito importante na assimilação de teorias científicas, na medida em que conduz o estudante à cognição por meio da reflexão crítica. Desenvolver “o refletir”, tornou-se mais importante que o “conhecer” pois a reflexão conduz ao questionamento, à indagação, fatores fundamentais na formação do *conceptus* de cognição. Essas questões constituíram o ponto de partida e o ponto de chegada desta pesquisa.

Palavras-Chaves: Discurso Científico; Discurso Etnoliterário; Terminologia Aplicada; Transcodificação.

ABSTRACT

CARDOSO, A. L. M. **Cordel - Transcoding of scientific texts into ethnoliterary texts: developing cognition with a critical consideration.** 2011. 200 f. Thesis (Doctorate) – Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2011.

In a transdisciplinary perspective, among the studies of Applied Terminology Semiotics and Ethnoliterature, we developed the present work, whose main objective is to demonstrate the importance of the transcoding process of scientific and technical papers (A) into ethnoliterary texts (B), specifically, its effects in the development of comprehension skills of A, leading to cognition by means of a critical reflection. The corpus includes excerpts from the book *Course in General Linguistics* written by Ferdinand de Saussure, and its related ethnoliterary “*The life and the brilliant and dichotomous ideas of the father of language science*” by José Lira. The corpus also comprises the *New Grammar of Contemporary Portuguese* by Celso Cunha and Lindley Cintra, and its related ethnoliterary “*Grammar Lessons in Cordel verses*” by Junduhi Dantas. The theoretical models, in which the analysis and systematization are based are those that favor the route of transmission of scientific and technical metalanguage; the ones that emphasize the processes of scientificity and popularization of knowledge the nature of the texts A and B as connotative language metasemiotics, the conceptual boundaries of the text and the transcoded and transcoding text; relations of intertextuality and equivalence established between both types of texts. The work has highlighted the processes of trivialization of specialized languages as an important mechanism of movement and diffusion of knowledge. The transcoded text was characterized as metametasemiotic and therefore multiconceptual, multivalued, multi-significant and metareferential, once it doesn't create, but recovers concepts without taking the specificity of treatment: one thing is the scientific fact discussed in Scientific Discourse; another thing is that same fact treated in Poetic Discourse. Another important finding is that the degree of equivalence between A and B is inversely proportional: the smaller the density of equivalence, the greater the density of reflection that is required of the student. Text A and text B are mono and homothematic while they discuss the same topic, but are multifigurative because actants, and actant relationships are different from one to another. It's also concluded that text A determines the isotopy of text B, that even being a poetic text, preserves its primary function which is to be a text interpreter. For these reasons, it is presented as a general conclusion, that the transcoding process, which has been our focus is one of the chief means to develop this very important mechanism in the scientific theory construction, as it leads the student to cognition by critical reflection. The reflection development has become more important than the knowledge because reflection leads to questioning at the inquiry, which is crucial in the cognitive concept building. These issues are the starting point and the final point for this research.

Key Words: Scientific Speech, Ethnoliterary Speech, Applied Terminology, Transcoding.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 -	Discurso de pedagogia do léxico.....	67
Figura 2 -	Especificidade x Interdisciplinaridade.....	69
Figura 3 -	Cientificidade x popularização.....	73
Figura 4 -	Tensão vocábulo x termo.....	73
Figura 5 -	Documentais x ficcionais.....	74
Figura 6 -	Funções Semióticas – semiótica denotativa e não-denotativa.....	76
Figura 7 -	Do conceito e sua semiotização.....	86
Figura 8 -	Tendências de conceptualização.....	87
Figura 9 -	Dialética intertextual.....	143
Figura 10 -	Custo x Rendimento na aquisição do conhecimento.	145
Figura 11 -	Equivalência entre os Discursos A e B.....	146

QUADROS

Quadro 1 -	Quadro sinóptico da evolução da Terminologia	46
Quadro 2 -	Tendências de conceptualização	87
Quadro 3 -	Obras constituintes do <i>corpus</i> de análise	105

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	INTRODUÇÃO.....	15
1	QUESTÕES TEÓRICAS PRELIMINARES.....	23
1.1	As bases teóricas da <i>transcodificação</i>	24
1.1.1	O conceito de <i>transcodificação</i> em Greimas, Rey-debove, Marcuschi e Lopes.....	24
1.1.2	O conceito adotado nesta pesquisa.....	26
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS DESTA PESQUISA EM PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR.....	28
2.1	A Etnoliteratura – o universo de discurso etnoliterário.....	29
2.2	A literatura de Cordel: revisitando suas origens.....	32
2.2.1	O cordel com fins didático-pedagógico.....	40
2.3	A Terminologia: visão panorâmica de sua evolução.....	45
2.3.1	Um olhar sobre novos paradigmas epistemológicos da Terminologia.....	48
2.3.1.1	A perspectiva da Teoria Comunicativa da Terminologia	51
2.3.1.2	A visão socioterminológica.....	55
2.3.1.3	A visão da Teoria Sociocognitiva da Terminologia.....	57
2.3.1.4	A Enoterminologia nos grandes paradigmas da Terminologia.....	58
2.3.1.5	A Terminologia Aplicada.....	59

3	AS QUESTÕES DESTA PESQUISA: DECORRÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS E FORMAIS DOS PROCESSOS ANTERIORES.....	65
3.1	Questões preliminares a propósito do ensino do léxico	66
3.1.1	Natureza e função das metalinguagens técnico- científicas.....	68
3.1.2	Um percurso de transmissão da metalinguagem técnico-científica.....	69
3.2	A linguagem denotativa e a linguagem não denotativa. <i>O texto interpretante e o texto interpretado</i> : a questão da metalinguagem e da semiose ilimitada.....	74
3.3	A formação do conceito em discursos de diferentes naturezas.....	81
3.4	Os processos de dessemantização e de ressemantização.....	90
3.5	Natureza e função do texto <i>transcodificado</i> e do texto <i>transcodificante</i> : tipos de relação e graus de equivalência.....	93
3.5.1	Graus de equivalência entre texto interpretante e texto Interpretado.....	97
4	ESTABELECIMENTO DO <i>CORPUS</i> E METODOLOGIA	101
4.1	Etapas da pesquisa.....	102
4.1.1	Delimitação do universo da pesquisa.....	102
4.1.2	Estabelecimento do <i>corpus</i>	103
4.1.3	O <i>corpus</i> de análise.....	105
4.1.3.1	Ficha técnica das obras constituintes do <i>corpus</i> de análise.....	105
4.2	Perfil dos textos constitutivos do <i>corpus</i> da pesquisa – os textos <i>transcodificados</i> e <i>transcodificantes</i>	106
4.2.1	<i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i>	106

4.2.2	<i>Curso de Linguística Geral (CLG)</i>	107
4.2.3	<i>Lições de Gramática em Versos de Cordel (LGVC)</i>	108
4.2.4	<i>A vida e as ideias geniais e dicotômicas do pai da ciência da linguística Ferdinand de Saussure</i>	109
4.3	Definição do público-alvo.....	109
4.4	Ficha de levantamento dos dados.....	110
5	ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	117
5.1	Análise qualitativa dos dados.....	118
5.2	Proposta de sistematização dos temas desenvolvidos na pesquisa.....	142
5.2.1	Sistematização da formação conceptual do <i>texto científico transcodificado</i> e o <i>texto etnoliterário transcodificante</i>	142
5.2.2	Sistematizando a questão da semiose ilimitada.....	147
5.2.3	Sistematizando o tipo de relação que se estabelece entre A e B.....	148
5.2.4	Sistematizando os graus de equivalência.....	149
5.2.5	Sistematização final: o papel do <i>discurso etnoliterário</i> na função <i>texto transcodificante</i>	150
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	BIBLIOGRAFIA	157
	ANEXOS	162

INTRODUÇÃO

*Se a sua linguagem não se exprime em palavras inteligíveis,
como se poderá compreender o que dizem?
Estarão falando ao vento.
No mundo existem não sei quantas espécies de linguagem,
e não existe nada sem linguagem.
Ora, se eu não conheço a força da linguagem,
serei como estrangeiro para aquele que fala,
e aquele que fala será um estrangeiro para mim.*

(Coríntios, 14, 9-12)

A linguagem do conhecimento, qualquer que seja a natureza do saber, jamais prescinde do conhecimento da linguagem. Dito de outra forma, sem o conhecimento da linguagem não há como se dominar a linguagem do conhecimento. Portanto, isso leva a crer que qualquer opção teórica ou teórico-metodológica, implica o domínio de uma *linguagem-ponte/metalinguagem*.

Assim, dentre os mecanismos de transmissão, desenvolvimento e ampliação do inventário lexical, salientamos o que permite estabelecer relações entre os termos técnico-científicos e possíveis equivalentes seus no universo de discurso banal. A expressão linguagem banalizada pressupõe sempre um texto de partida, viabilizando a intercomunicação entre universo de discurso técnico-científico/especializado e a língua comum, seja do ponto de vista da enunciação de codificação, seja do da enunciação de decodificação.

As reflexões acima, servem ao intuito de apresentar a proposta central desta pesquisa - a *transcodificação* de textos científicos em textos *etnoliterários* - o que de imediato já remete a um processo interdiscursivo de metalinguagem. Será, pois, verificada, a relação que se estabelece entre um texto técnico/científico (A) e um segundo texto (B), que é transcodificação do primeiro. Modelos de explicação de linguagens denotativas e de linguagens conotativas, natureza e funções de textos intertextuais *stricto sensu*, constituem, portanto, o cerne teórico do trabalho. Permitirão eles a análise e descrição dos contextos analíticos que compõem o *corpus* da pesquisa.

Para o desenvolvimento da proposta em pauta, elegemos um *corpus* de análise constituído de dois conjuntos de textos denominados, no âmbito deste trabalho, de textos *transcodificados/interpretados* e *transcodificantes/interpretantes*. Pertencem ao primeiro conjunto, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra (2008) e Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure (1977); formam o

segundo conjunto *Lições de gramática em versos de cordel*, de Janduhi Dantas (2009) e *A vida e as idéias geniais e dicotômicas do pai da ciência da lingüística Ferdinand de Saussure* (1995).

Retomando o início desta introdução, reiteramos que a linguagem do conhecimento pressupõe o conhecimento da linguagem. Desse modo, é importante nuançar em que sentido serão usados alguns termos considerados nucleares para a compreensão da proposta anunciada. Assim por exemplo, no binômio texto *transcodificado* e texto *transcodificante*, o primeiro é uma semiótica denotativa e o segundo uma metassemiótica. Quanto ao termo *transcodificação*, seus conceitos e o conceito adotado neste estudo, tratará disto o primeiro capítulo da tese.

Nuançadas tais questões, convém circunscrever o problema que conduziu à elaboração da proposta e que a torna de grande relevância para os estudos da linguagem.

A proposta para este estudo foi motivada principalmente pela nossa experiência docente de quase vinte anos em salas de aula de escolas públicas. Essa experiência conduziu-nos a um exame das práticas sêmio-linguísticas dos enunciadores e dos enunciatários do discurso pedagógico. Convém ressaltar que não se trata de uma percepção isolada. Esse exame, é em geral, feito pela maioria dos docentes, e permite observar a pouca importância dada à questão do ensino do léxico, bem como o desconhecimento de seus modelos e aplicações. Como consequência, as avaliações educacionais sistêmicas registram em seus resultados quantitativos e qualitativos um baixo rendimento dos alunos, não só na matéria específica da língua materna, como também nas demais, eis que todas se realizam, como é evidente, em linguagem.

O SAEB (Sistema Nacional de Avaliação Nacional da Educação Básica) – apenas para citar uma das avaliações sistêmicas -, formula testes de habilidades e competências construídos por especialistas de Língua Portuguesa e Matemática, e utiliza as mais avançadas técnicas

estatísticas para diagnosticar o nível educacional de determinadas séries. O objetivo é avaliar a qualidade, equidade e eficiência do ensino-aprendizagem dos ensinos Fundamental e Médio. O SAEB, por meio de sua série histórica de seis anos, evidenciou quedas nas médias gerais de proficiências nas duas áreas de conhecimento avaliadas nos resultados gerais do país, das regiões e unidades da Federação.

Ampliam essas informações os resultados do maior e mais completo estudo de âmbito nacional – *Retratos da leitura no Brasil* (1ª edição 2005, 2ª edição 2008)¹ – que tem por propósito contribuir com a reflexão sobre a situação da leitura no País. Segundo Alquéres, esse estudo evidencia que as dificuldades de leitura configuram um quadro de inadequada formação educacional decorrente da precariedade e da ineficiência do sistema de ensino, principalmente no que concerne aos modelos didático-pedagógicos utilizados.

Dentre os muitos dados apresentados nessa pesquisa destacamos o seguinte: 53% dos jovens na faixa etária de 11 a 13 anos apresentam dificuldade para ler. Esses números confirmam não só as dificuldades para ler mas indicam, conforme Failla (2008, p. 105) que “é preciso saber ler. É preciso compreender o que se lê, pois não é possível gostar de ler se não se compreende o que se lê”. O conjunto dos dados expostos e a indicação que suscitam, por si só, parecem apontar para o acerto da proposta da tese em questão.

É, pois, com a preocupação de propiciar a percepção das relações entre modelos sêmio-linguísticos e prática docente, com vistas ao bom desempenho do aluno no processo de compreensão daquilo que lê, que elegemos como “público-alvo” professores e alunos de diversos níveis de ensino. Desse modo, o alicerce desta

¹ Trata-se do maior estudo de âmbito nacional (em sua 2ª edição) que tem por propósito contribuir com a reflexão sobre a situação da leitura no País e, também possibilitar o conhecimento sobre os resultados de investimentos realizados pelo governo e outras instituições da área do livro e da leitura desde a instituição da Lei do Livro em 2003.

pesquisa encontra-se na articulação entre os aspectos anteriormente mencionados, que se configuram como um grave problema, e nossa proposta de intervenção por meio do processo de *transcodificação* de uma linguagem.

O pressuposto fundamental em que se baseia o presente trabalho é que o processo e/ou mecanismos de *transcodificação* do texto científico para qualquer outro tipo de texto, de diferentes universos de discurso, aumenta as possibilidades de *reinterpretação* por parte do sujeito da decodificação. Nesse sentido, levantamos algumas questões com vistas à comprovação dessa hipótese. Importante dizer que tais questões poderão ser respondidas ao longo da exposição do texto do trabalho e não apenas nas considerações finais/conclusão. Dentre as tantas questões inicialmente formuladas, selecionamos as que nos parecem fundamentais para a compreensão formal do processo de *transcodificação*.

i) As transcodificações (textos científicos **(A)** e textos etnoliterários **(B)**) estão diretamente ligadas à intertextualidade, exigindo, necessariamente, conhecimentos de ambos os textos?

ii) O movimento de comparação e avaliação da relação entre A e B (texto interpretado/científico e texto interpretante/ cordel) conduz a uma maior e melhor reflexão sobre as questões de A?

iii) Somente a leitura de A, é suficiente e eficaz para a compreensão do tema/assunto abordado? A leitura de B, apenas, apresenta a profundidade que o assunto exige?

iv) O metatexto, utilizando-se de uma linguagem diferente, mais acessível, possibilita chegar ao mesmo tema do primeiro?

v) As implicações didático-pedagógicas resultantes desse processo levam a observar maior habilidade na manipulação das relações de significação e na transposição de sentidos e no trânsito entre universos de discurso?

Tendo em vista tais questões, constitui-se objetivo geral desta pesquisa:

♦ **Apresentar uma proposta de sistematização do processo de *transcodificação* de textos científicos em textos não-científicos, que conduza o sujeito enunciatário à cognição com reflexão.**

A partir desse objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. apresentar, por meio da amostragem dos textos constituintes do *corpus* de análise, a *transcodificação* de textos *científicos* em textos *etnoliterários*, o cordel;
2. analisar, com base nos contextos transcritos nas fichas, o grau das relações de equivalência que se estabelecem entre texto científico/*transcodificado* (A) e texto etnoliterário/*transcodificante* (B) – o cordel;
3. apresentar uma sistematização da formação conceptual do *texto científico transcodificado* e do *texto etnoliterário transcodificante*.
4. analisar e descrever os temas apresentados nos octógonos semióticos desta pesquisa.

De acordo com o nosso propósito, descrevemos, a seguir, de maneira sucinta, a estrutura geral da tese.

Introdução – apresentamos o objeto da pesquisa, o interesse do tema, os objetivos, a síntese dos fundamentos teóricos e do estabelecimento do *corpus*. No primeiro capítulo - **Questões**

teóricas preliminares – apresentamos as bases teóricas da *transcodificação*, bem como os conceitos diversos que recebe, de acordo com a concepção teórica de alguns autores. Explicitamos, ainda, o conceito de *transcodificação* adotado na pesquisa. No segundo capítulo – **Fundamentos teóricos desta pesquisa em perspectiva transdisciplinar** – caracterizamos os universos de discurso etnoliterários, situando a Literatura de Cordel como um dos objetos de estudo desses universos; mostramos um quadro sinóptico da evolução da Terminologia desde a sua origem até os dias atuais; lançamos um breve olhar sobre alguns dos novos paradigmas epistemológicos da ciência terminológica nos séculos XX e XXI. **As questões desta pesquisa: decorrências epistemológicas e formais dos processos anteriores** - capítulo no qual procedemos a uma revisão e descrição analíticas dos modelos teórico-metodológicos que embasam esta pesquisa. Alicerça-se nas reflexões sobre o ensino/aprendizagem de modelos técnico e científicos, na proposta da *transcodificação* como um dos processos facilitadores intersemióticos da leitura, compreensão e memorização de textos com alto grau de densidade técnica e científica e, sobretudo, na sistematização do processo, proposta inicial e final desta tese. Em **Estabelecimento do corpus e metodologia** – descrevemos a prática metodológica adotada nesta pesquisa, mostrando as várias etapas empreendidas, com vista à realização dos objetivos propostos; discorremos sobre o perfil dos textos constituintes do *corpus* de análise; apresentamos a ficha de levantamento dos dados. **Análise e sistematização dos dados** – procedemos, neste capítulo, à análise qualitativa dos dados, com o objetivo de elaborar uma proposta de sistematização dos mecanismos que possibilitam a facilitação da compreensão e decodificação de um texto primeiro, o técnico ou científico e de um texto segundo, seu interpretante, uma linguagem diferente e, teoricamente, mais motivada. Essa sistematização não se apoia no argumento de que o segundo tipo de texto é o mais importante no

processo de *transcodificação*. Fundamenta-se no sincretismo decorrente da interligação entre o texto científico/transcodificado e o etnoliterário/transcodificante. Nas **Considerações finais**, fizemos uma retomada das principais ideias levantadas no decorrer do trabalho, respondendo às questões levantadas inicialmente e comprovando a hipótese central da pesquisa.

1. QUESTÕES TEÓRICAS PRELIMINARES

[...] para dizer de outro modo, em outra modalidade ou em outro gênero o que foi dito ou escrito por alguém, devo inevitavelmente compreender o que esse alguém disse ou quis dizer. Portanto, antes de qualquer atividade de transformação textual, ocorre uma atividade cognitiva denominada compreensão.

(Marcuschi)

1.1 As bases teóricas da *transcodificação*

Neste ponto, pretendemos apresentar e problematizar, de forma sucinta, o esforço teórico empreendido por alguns pesquisadores na elaboração do conceito de *transcodificação* no campo dos estudos da linguagem. Também, é nosso objetivo, apontar com clareza o conceito adotado nesta pesquisa, com vistas à defesa de nossa tese.

1.1.1 O conceito de *transcodificação* em Greimas, Rei-Debove, Marscusi e Lopes

Para Greimas,

pode-se definir transcodificação como a operação (ou conjunto de operações) pela qual um elemento ou um conjunto significativo é transposto de um código para outro, de uma linguagem para outra. Se a transcodificação obedecer a certas regras de construção determinadas, conforme um modelo científico, poderá equivaler, então, a uma metalinguagem. (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p.509).

Não obstante a clareza da definição do termo, no conceito greimasiano, a *transcodificação* só se equivalerá a uma metalinguagem, se preencher algumas condições ou “obedecer a certas regras”. Na comparação deste conceito com os conceitos subsequentes, verificaremos que os pontos de convergência, quando existentes, recobrem-se apenas parcialmente.

Para a linguista francesa, Rey-Debove (1996), "*transcodificação* designa uma operação complexa em grafemologia", e equivale-se, nos termos de Marcuschi (2005, p.51), a uma "*transcrição* ou passagem de um código para outro (por exemplo, do som para a grafia)".

Partindo-se de tal formulação, convém explicitar que Rey-Debove estabeleceu vários critérios para a distinção "oral-escrito" no francês e, considerando quatro parâmetros de análise (*forma* e *substância*; *conteúdo* e *expressão*), a autora chegou à identificação de quatro níveis de relação: i) *nível da substância da expressão*; ii) *nível da forma da expressão* iii) *nível da forma do conteúdo*; iv) *nível da substância do conteúdo*. Não vamos, entretanto, nos deter na explicação de cada um desses níveis. Para o nosso propósito, convém apenas nuançar, em quais deles se evidencia o que a linguista considera como *transcodificação*.

Assim, de acordo com Rey-Debove, (1996) *apud* (MARCUSCHI, 2005), os dois primeiros níveis, concernentes à forma e à substância da expressão, configuram-se como os mais evidentes e também constituem-se os mais fáceis de analisar. Isso ocorre porque esses níveis dizem respeito à materialidade linguística. O primeiro nível (*substância da expressão*) considera preferencialmente, a correspondência entre letra e som, mas sem deixar de lado questões idioletais e dialetais; no segundo nível (*forma da expressão*) são considerados os signos falados e os signos escritos, podendo-se aqui verificar a distinção entre a forma do grafema (a grafia usual) e do fonema na realização fonética (a pronúncia). Em suma, trata-se de uma espécie de "transcodificação".

As considerações acima permitem chegar ao conceito de *transcodificação* que subjaz à concepção teórica de Rey-Debove:

[...] na passagem da oralidade para a escrita realizada pela transcrição, dá-se uma *transcodificação* em que se passa da *substância e forma* da expressão oral para a *substância e*

forma da expressão escrita com todas as consequências inerentes a esse processo. (Rey-Debove, 1996 p.79).

A autora observa, ainda, que não se pode fazer uma *transcodificação* equivaler a uma paráfrase ou a uma tradução como se fosse uma equivalência semântica. Essa observação é reiterada por Marcuschi, que ressalta a diferença entre a *transcodificação* e a paráfrase:

A diferença entre uma transcodificação e uma paráfrase está em que esta última refaz o texto de um formato lingüístico para outro formato que diga algo equivalente (de um mínimo a um máximo de equivalência). Essa preocupação não ocorre com a transcodificação. (MARCUSCHI, 2005, p.51).

Como podemos notar, existe um imbricamento do conceito de *transcodificação* nos dois autores e, em certa medida, uma relação de complementaridade dos pontos de vista.

1.1.2 O conceito adotado nesta pesquisa

Retomando uma das epígrafes que prefaceiam o capítulo de Fundamentos Teóricos, com base nos preceitos saussurianos de que “é o ponto de vista que cria o objeto” (Saussure, [1916] 1972, p.15), não nos convém dizer quem está certo ou errado no seu modo de dizer, mas o arcabouço conceitual sob o qual alicerçamos a nossa tese é o que advém da convergência das concepções teóricas de Lopes (1976) e Barbosa (2004). Deste modo, o conceito de *transcodificação* adotado nesta pesquisa, se dá nestes termos:

O processo interdiscursivo de *transcodificação* refere-se à explicação de uma linguagem primeira – a técnico-científica/especializada – por uma linguagem segunda – a banalizada -, um texto ponte entre a metalinguagem especializada e a linguagem coloquial. (Barbosa, 2004).

Como se pode notar, o conceito de *transcodificação*, tal como utilizado neste trabalho, se recobre apenas parcialmente com o conceito dado por Saussure. Essa parcialidade é notada, na medida em que, para esse autor, a *transcodificação* pode apenas equivaler-se a uma metalinguagem, enquanto nesta pesquisa é um processo interdiscursivo de metaliguagem.

Em relação aos conceitos de Rey-Debove e Marcuschi, complementares entre si, e o conceito por nós adotado, há um maior distanciamento, uma vez que nos autores citados a transcodificação designa uma transcrição de um código para outro, por exemplo, do som para a escrita. Nestes termos, a transcodificação situa-se entre as operações de transformação na passagem do texto falado para o texto escrito, sendo que, dentre tais operações, a mais comum é a *retextualização*². (MARCUSCHI, 2005).

Conquanto não se discuta o valor das formulações acima, entendemos que a *transcodificação*, sob o ponto de vista conceitual adotado nesta pesquisa, possibilita um rico, amplo e eficaz aprendizado, uma vez que o texto transcodificante de outro texto facilita o conhecimento do sistema básico que interpreta.

Vale ressaltar que para um entendimento satisfatório da operação denominada *transcodificação*, em qualquer concepção teórica, requer que a relação entre teoria e objeto se faça a mais clara possível.

² Trata-se de um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem-compreendidos da relação oralidade-escrita. (MARCUSCHI, 2005, p.46).

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DESTA PESQUISA EM PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR

Três cegos rodeiam um elefante e tentam achar uma definição para o bicho. Um palpa suas pernas e diz que o elefante é uma coluna cilíndrica, rígida, imóvel. Outro palpa a cauda e concorda com o primeiro, exceto no quesito da imobilidade.

O terceiro palpa a tromba e discorda dos dois no quesito da rigidez. Qual deles tem razão? Nenhum e todos ao mesmo tempo, pois cada um fez uma descoberta válida por si mesma, ainda que incompleta.

(Fábula dos cegos e o elefante)

2.1 A Etnoliteratura: o universo de discurso etnoliterário

É ao domínio coberto pela etnossemiótica que cabe o mérito de ter concebido, inaugurado e fundamentado, ao lado das descrições paradigmáticas que são as etnotaxionomias, as análises sintagmáticas que dizem respeito aos diferentes gêneros de literatura étnica, tais como as narrativas folclóricas (V.Prop) e míticas (G.Dumézil, C Lévi-Strauss) e graças às quais se renovou a problemática do discurso literário. (GREIMAS e COURTÉS, 2008, p.191).

A tipologia dos discursos e dos universos de discurso, constitui-se questão de grande relevância na teoria semiótica. Pais (1982; 1984) observa que muitos autores, na tentativa de elaborar uma taxionomia mais satisfatória utilizam critérios tais como o modo de existência e produção, as estruturas de poder, as relações de enunciação e enunciado, efeitos de sentido, chegando, inclusive a combinar alguns deles.

Uma língua natural é um sistema semiótico linguístico que se desdobra, por sua vez, em vários universos de discurso. Tais universos de discurso são, essencialmente, de dois tipos - os figurativos e os não-figurativos. Os figurativos compreendem dois subtipos - os literários e os etnoliterários (PAIS, 1982, p.55).

A Literatura de Cordel apresenta um discurso que se insere nos universos de discurso etnoliterários. Nesses discursos, encontramos narrativas cuja veracidade nem sempre pode ser comprovada. Faltalhes, numa primeira leitura, a verossimilhança. As marcas de tempo e espaço do enunciado inexistem ou são muito vagas. Isso se percebe

principalmente nos cordéis pertencentes às classes temáticas³ *Bravura e Valentia*, *Contos*, *Feitiçaria*, *Fenômeno sobrenaturais*, *Religião* e *Romance*.

Também nos discursos etnoliterários, os autores não são conhecidos, ou, se há nomes, não podem ser atestados. O sujeito-enunciador é comumente apagado ou substituído por um ente imaginário ou virtual. É o que ocorre em relação a certos folhetos, seu sujeito enunciador é um ente coletivo, a história é de domínio público, pertence ao povo, que a concebeu de acordo com o contexto social da época, sua experiência e suas tradições⁴. Por isso, não raramente para um mesmo tema é existem várias versões, sendo, portanto, arbitrário afirmar qual é a original. O que, todavia, não se pode negar é a permanência de alguns elementos comuns em todas as versões.

Já dissemos, anteriormente, que a literatura de cordel insere-se nos universos de discurso etnoliterários. Assim, compartilha das características gerais conferidas aos seus equivalentes (trovas medievais; o Romanceiro do Nordeste; histórias contadas pelas mulheres contadoras do Nordeste brasileiro, etc.): não são ficcionais no sentido estrito do termo, porque lhes falta, a uma primeira leitura, a verossimilhança; não são documentais, como o são os textos da História enquanto ciência, já que nem sempre contam fatos históricos comprovados; contrapõem-se à memória oficial, idealizada, construída pelos historiadores e recriam outro tipo de memória social.

³ Classificação de acordo com Albuquerque (2010). Em sua Tese de Doutorado a autora analisa um total de hum mil e duzentos folhetos de cordel. Esse total equivale a 25% do acervo do Centro de Documentação do Programa de Pesquisa em Literatura de Popular.

⁴ A **experiência** compreende um conjunto de saberes formadas por crenças firmes, fundamentadas no hábito, distinto dos saberes cientificamente adquiridos. Por isso, os saberes da experiência são inalienáveis, uma vez que não se pode prescindir deles porque são esses saberes que fundamentam o enraizamento simbólico de cada um e de todos num contexto cultural específico. A **tradição** funciona como uma fonte de memórias, um arquivo de referências do cordel no cotidiano, que faz com que cada cordelista e nordestino se reconheça como parte de um universo simbólico singular e mítico.

No entanto, as histórias do universo de discurso da Literatura de Cordel – guardadas na memória de seus cordelistas e de toda a “gente do nordeste” e repetidas, com algumas alterações, durante mais de um século – são percebidos pelos sujeitos-enunciatários-ouvintes como veridictórios, portadores de “verdades” gerais e universais. Daí o seu sentido de permanência no eixo da História. Segundo Pais (1984), esses tipos de textos dizem da natureza humana e podem, por isso, ser considerados como representantes de formas de humanismo.

Com efeito, o “discurso” dos folhetos de cordel ajuda a sustentar o sistema de valores e o sistema de crenças que integram o imaginário coletivo da cultura brasileira e mais especificamente, nordestina. Revela uma visão de um mundo semioticamente construído. Constitui-se, nesse sentido, documento altamente significativo - expressão de uma cultura popular e do seu processo histórico.

Nessas condições, parece legítimo afirmar que se trata de um discurso que incorpora, sustenta, caracteriza uma identidade cultural, ao menos, intuitivamente, reconhecida pelos membros da comunidade em causa. Representa um saber compartilhado de “mundo”, traduzido em algumas sucessões de metáforas.

Assim, o seu “conjunto de textos/folhetos”, que fornece valiosos subsídios para o registro escrito de uma memória sócio-cultural, deve ser considerado um patrimônio cultural por sua riqueza, complexidade e diversidade. Também porque fornece elementos importantes para estudos antropológicos, sociológicos e para reflexões psicológicas. Permite, ainda, ao sujeito-enunciatário individual e/ou coletivo, alcançar informações vitais da natureza humana, da alma, dos impulsos, da afetividade, em suma da *psych*.

Finalmente, no que concerne à produção, parece lícito afirmar que o discurso da Literatura de Cordel se sustenta em combinações

de modalidades complexas distintas. Ocupa-se tal discurso, dentre outros aspectos, de sistemas de valores, que tanto podem determinar pensamentos e condutas, formas de ver o mundo, como comportamentos recomendáveis ou condenáveis, no fazer social.

2.2 A Literatura de Cordel: revisitando suas origens

Como explicitado no item anterior (2.1), a Literatura de cordel se insere nos universos de discurso *etnoliterários*. Nesses discursos as marcas de tempo e espaço inexistem ou são muito vagas, conforme se observa nos versos dos cordelistas Zé Maria Fortaleza e Arievaldo Viana e Klévisson Viana (2005, p. 03), quando da origem do cordel, vejamos:

De onde veio o cordel

*Não se sabe exatamente
O cordel de onde veio
Alguns afirmam que os mouros
Lhe serviram de correio
Até a Península Ibérica
E de lá pra nosso meio.*

*Pois lá na Península Ibérica
Cordão se chama cordel
Onde eram penduradas
As folhinhas de papel
Nascendo daí o nome
Desta cultura fiel.*

[...]

Os versos da primeira estrofe expressam a “incerteza” dos cordelistas em relação à verdadeira origem do cordel. A propósito, a busca pela origem do erudito e do popular, constitui um dos temas recorrentes nas teorias que se propõem a estudar a evolução do pensamento moderno. Para Michel Foucault (1979, p. 18), identificar a origem é

[...] tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si; é tornar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, toadas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira [...]. O que se encontra no começo histórico das coisas não é uma identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas é o disparate.

Não obstante os versos dos cordelistas, e a clareza com que Foucault discorre sobre a busca da identidade primeira, da origem, faz-se necessário, na falta do encontro/reencontro seguro dessa origem, ao menos os elos que permitem refletir sobre o contexto sócio-histórico em que se insere determinado “objeto”.

Nessas condições é possível dizer que a história do cordel ligue-se à tradição medieval, em que a atividade de contar histórias numa comunidade estava presente. Um narrador, anônimo, contava suas experiências e, através dessa ação, transmitia um ensinamento moral, um provérbio, uma sugestão prática, uma norma de vida. De acordo com Luyten (2005, p. 34), “Desde os primórdios da Idade Média, temos notícias de trovadores e menestréis vagando de um lugar para outro, cantando as notícias e fatos mais importantes”. Esta informação é referendada/poetizada em *A didática do cordel* (FORTALEZA; VIANA; VIANA 2005, p. 04) com destaque para a seguinte sextilha:

*Menestréis da Idade Média
Narravam grandes contendas*

*Entre príncipes e dragões
Muitas batalhas horrendas
E contos lá das Arábias
Traçados de velhas lendas.*

[...]

A propósito da referência à idade média, Menéndez y Pidal lembra que as massas analfabetas não sabiam o latim, mas precisavam de um sentido de história do passado familiar e eram capazes de conservar esses fatos na forma de *"el canto em lengua vulgar"* (apud CURRAN, 2009, p. 22). Essa lembrança encontra correspondência na realidade do Nordeste brasileiro quando se trata de guardar/resguardar fatos históricos por meio de registro poético, tal como ocorre em relação ao cordel.

Abrindo-se aqui um parêntese, foi por meio das narrativas orais, contos e cantorias que surgiram os primeiros folhetos no Brasil. E não por acaso a métrica, o ritmo e a rima configuram-se como elementos formais marcantes nesse gênero de literatura.

A narrativa oral, todavia, sofre algumas alterações ao longo do tempo. O desenvolvimento industrial altera as relações humanas. O relato de experiências, a narração de histórias, as atividades educativas e comunicativas adquirem novas configurações. Com o advento da imprensa e do romance, há uma espécie de transfiguração dessa arte popular, que passa a ser *literatura* impressa. Neste ponto, vale lembrar uma das definições de literatura dada por Cândido (1989, p. 53):

A arte, e, portanto, a literatura é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal de linguagem que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando em uma atitude de gratuidade.

Embora essa definição de Literatura “formal” seja, por assim dizer, hiperônímica em relação à Literatura de Cordel, os traços conceptuais mais significativos são os mesmos nas “duas literaturas”. A Literatura de cordel, entretanto, constitui-se um gênero intermediário entre a oralidade e a escrita. Estabelece, assim, uma espécie de ponte entre uma cultura popular e outra literária. Por isso em sua forma impressa são perceptíveis marcas de oralidade.

Sobre a definição mais recorrente de Literatura de Cordel observamos, entre os autores estudados, que a grande maioria definem-na como literatura popular. Há, entretanto, os que a veem como um meio híbrido - folclórica e popular ao mesmo tempo -. Para ilustrar esse ponto de vista recorreremos à definição dada por Proença (1962, p. 1). Esse autor, ao prefaciар o catálogo do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, volume pioneiro sobre o cordel, define literatura de cordel como

[...] a que se transmite pelo uso de meios técnicos (no caso a impressão), e que está sujeita a moda ou voga, que não é anônima, mas possui intrinsecamente as características da poesia folclórica.

Complementam essa definição as palavras de Curran (2009, p. 19) pois, de acordo com este autor, ela é “popular em termos de produção, disseminação e consumo, enquanto conservadoramente folclórica no pensar de seus poetas *tradicionais* e do público”. Como se pode notar, há entre as duas concepções, uma relação de semelhança e complementaridade.

Por fim, parece imprescindível a definição de Raymond Cantel⁵, professor da Sorbone, e um dos mais conceituados pesquisadores de cordel no mundo. Para esse estudioso do tema, *cordel é poesia*

⁵ Primeiro pesquisador francês a se interessar pelo cordel. Ele percorreu regularmente o Brasil a partir de 1959 para recolher textos de repentistas. Recebeu, por isso, o título de “embaixador itinerante”, outorgado pelos repentistas da Bahia.

narrativa, popular, impressa. De modo que, qualquer outra manifestação semelhante ao cordel, cujo conteúdo apresente divergências em relação a esse trinômio, deve ser apreciada com reservas⁶.

Até este ponto tratamos das influências remotas da Literatura de Cordel, bem como de suas definições mais gerais, daqui em diante nos ateremos às raízes próximas do Cordel brasileiro. Neste sentido, apesar de não haver um consenso entre os estudiosos da Literatura Popular quanto à origem do cordel no Brasil, parece inegável a influência portuguesa na constituição do folheto brasileiro. Na opinião da grande maioria dos autores a história da Literatura de Cordel começa com o romanceiro luso-espanhol da Idade Média e do Renascimento. E muitos pesquisadores reconhecem que a influência lusitana não se restringe à forma da poesia, mas é perceptível também na divulgação/comercialização dos folhetos. Pois, em Portugal os folhetos eram pendurados em cordões, lá chamados de cordéis, conforme explica o cordelista José Antônio dos Santos (2007, p. 2), em seus versos:

*Na Europa Medieval
Surgiram os menestréis
Por serem bons trovadores
Às musas eram fiéis
E vendiam seus livrinhos
Pendurados em cordéis.*

*Pois a palavra cordel
Significa cordão
Onde o cordel era exposto
No meio da multidão*

⁶ Disponível em: http://www.cordelon.hpg.ig.com.br/que_cordel.htm Acesso em: 27. ago. 2010.

O trovador andarilho
Fazia declamação
 [...]

Ou ainda, nos versos dos cordelistas Zé Maria de Fortaleza, Arievaldo Viana e Klévisson Viana (2005,p. 2):

O folheto popular
Denominado cordel
Asua definição
Segundo Raymond Cantel
É poesia popular
Impressa sobre papel
 [...]

Luís da Câmara Cascudo e Manuel Diégues Júnior mostraram a vinculação dos folhetos de feira, a partir do século XVII, com "*folhas volantes*" ou "*folhas soltas*" em Portugal, como era conhecida nas feiras portuguesas. No século XVII, na Espanha, tal literatura era chamada de "*pliegos sueltos*", denominação que passou à América Latina, ao lado *hojas e corridos*. Essa denominação é ainda corrente na Argentina, México, Nicarágua e Peru. Na França, esse fenômeno correspondia à "*littérature de colportage*". Na Inglaterra, os folhetos eram correntes e denominados *cocks* ou "*catch-pennies*", em relação aos romances e as histórias imaginárias; e "*broadsides*", em relação às folhas volantes sobre fatos históricos, chamados "folhetos de época" ou "acontecidos". (Aragão, 2008).

Há semelhanças das formas dessa literatura em alguns países. As *folhas soltas ou volantes*, como denominadas em Portugal, ou *pliegos sueltos*, como na Espanha, eram igualmente vendidas nas

praças ruas e feiras. As leituras eram feitas para grupos de ouvintes adeptos dessa forma de poesia, e o hábito de ler e ouvir também disseminava-se de modo semelhante.

Além dos países citados, tem-se notícias da existência de folhetos de cordel na Holanda – século XVII, bem como na Alemanha nos séculos XV e XV e XVI. Mas foram os portugueses, conforme já mencionado, que trouxeram o cordel para o Brasil desde o início da colonização.

Câmara Cascudo, em sua obra *Vaqueiros e Cantadores* (1939), atribui aos cantadores a inserção dos folhetos portugueses em terras brasileiras. Segundo o autor, eles viajavam pelos vilarejos e cidades pequenas do sertão, “improvisando” versos. Com efeito, há na literatura nacional, vários registros de que o costume de contar histórias nas fazendas ou engenhos sempre esteve muito presente

Sobre o surgimento, fixação e desenvolvimento da Literatura de Cordel na região Nordeste do Brasil, não há divergências. As explicações, entretanto, às vezes, variam de um autor para outro, mas apesar de cada um apresentar sua versão, percebe-se que todas as versões levam em conta o contexto sócio-histórico da época, bem como as características e as particularidades do sertão nordestino. Vejamos, por exemplo, a explicação de Diegues Júnior (1986, p. 40):

No Nordeste [...], por condições sociais e culturais peculiares, foi possível o surgimento da literatura de cordel, de maneira como se tornou hoje em dia, característica da própria fisionomia cultural da região. Fatores de formação social contribuíram para isso; a organização da sociedade patriarcal, o surgimento de manifestações messiânicas, o aparecimento de bandos de cangaceiros ou bandidos, as secas periódicas provocando desequilíbrios econômicos e sociais, as lutas de família deram oportunidade, entre outros fatores, para que se verificasse o surgimento de grupos de cantadores como instrumentos do pensamento coletivo, das manifestações da memória popular.

Essas considerações conduzem a observar que a literatura de cordel encontrou no Nordeste brasileiro um campo fértil não apenas

para o seu surgimento, mas para sua consolidação e desenvolvimento. Sem prescindir dos elementos da literatura erudita ocidental, adicionou a estes suas próprias características. Cabe ressaltar que é sobretudo nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e do Ceará que essa arte se manifesta de forma tão vigorosa.

Sobre as modalidades, temas e títulos constantes nos folhetos portugueses, encontram-se no catálogo de Arnaldo Saraiva (2006, p. 7), os seguintes:

Poesia narrativa, teatro, crítica; autos, dramas, tragédias, farsas, etremezes, monólogos, desafios, comédias, sátiras, invectivas, paródias, anedotas, cartas, crônicas, biografias, histórias, contos, dissertações, elogios, exemplos, testamentos, orações, oráculos, hinos, canções, elegias, fados, décimas, odes, coplas, aventuras, paixões, sonhos, viagens, suspiros, sucessos, confissões, velhos e novos, príncipes, bandidos, soldados, namorados, clérigos, criados, deputados, fanfarrões, fantasmas, Adão e Eva, S. João e São Pedro, Paulo e Virgínia, Manuel e Maria, Imperatriz Porcina, Carlos Magno, Bertolo, a Padaria de Aljubarrota, Donzela Teodora, João de Calais, Bocage, José do Telhado, Deus e o Diabo [...].

O ano de 1830 é considerado, historicamente, o ponto de partida da poesia popular nordestina no Brasil, porém o movimento editorial do cordel inicia-se somente em 1893, com Leandro Gomes de Barros, Chagas Batista e Silvino Pirauá.

Na segunda metade do século XIX começaram as impressões de folhetos brasileiros, com as características locais. Os temas incluem desde fatos do cotidiano, episódios históricos, lendas, temas religiosos, entre muitos outros. As “façanhas” do cangaceiro Lampião (Virgulino Ferreira da Silva, 1900-1938) e o suicídio do presidente Getúlio Vargas (1883-1954) são alguns dos assuntos de cordéis que tiveram maior tiragem no passado. Mas a variedade de temas e títulos dos cordéis é extensa.

A Literatura de Cordel, como bem observa Benjamim (2001), exerce plenamente uma função de comunicação intermediária, pois os folhetos não são apenas informativos, mas também opinativos e de entretenimento, ao que acrescentamos, e didáticos.

Entretanto, a Literatura popular em verso, no Brasil, diferentemente de outros países como o México e a Argentina, passou por diversas fases de incompreensão e vicissitudes. As vertentes brasileiras desse tipo de literatura experimentaram um longo período de desconhecimento e desprezo, devido a problemas históricos locais, como a introdução tardia da imprensa no Brasil (o último país das Américas a dispor de uma imprensa), e a excessiva imitação de modelos estrangeiros pelos intelectuais.

No México e na Argentina, onde essa modalidade de produção literária é aceita e até incluída nos estudos oficiais de literatura, poemas como "*La cucaracha*" alcançaram enorme popularidade, passando a ser cantados no mundo inteiro; e o herói do cordel argentino, Martín Ferro, se tornou símbolo da nacionalidade platina, de acordo com as palavras de Joseph M. Luyten (2006).

Pela exposição feita, mas, principalmente, pela riqueza de informações encontrada em vários autores (que não cabe nos limites deste trabalho) podemos resumir a importância da Literatura de Cordel nestes termos: trata-se de um importante meio de expressão popular, com valor didático, documental, de crônica poética e histórica que não deve ser dissociado do seu cunho "ficcional", de entretenimento e representação de uma visão de mundo particular. Assim, o valor intrínseco desta literatura como parte da tradição popular nordestina, ou folclórico-popular, como querem alguns autores, não pode ser negado.

Como observação final, no que concerne a esse gênero, verifica-se que apesar da existência de uma considerável bibliografia crítica e da vasta produção de folhetos, pois são mais de trinta mil, e

cerca de dois mil autores classificados, ainda há poucas pesquisas sobre esse tema tão vigoroso.

2.2.1 O cordel com fins didático-pedagógicos

A utilização da poesia popular na instrução de pessoas não é uma prática recente. De acordo com o historiador cearense Gustavo Barroso (1921), esse caminho já foi percorrido pelas crianças da Grécia antiga⁷:

O ensino começava pela poesia, por ser o meio mais fácil de guardar na memória, nessa época em que livro era raro... Assim pôde o povo grego conservar, carinhosamente, de cor, os admiráveis cantos de seus rapsodos.

Dando um longo salto na história podemos dizer que, diferentemente do que ocorria na Grécia antiga, os livros hoje não são mais raridade, porém, ainda são caros e inacessíveis para uma grande parcela da população brasileira. Ademais, as políticas públicas relativas à distribuição de livros comprovam-se, ainda, ineficazes.

Em pesquisa recente – *Retratos da leitura no Brasil* (2008) – na resposta sobre a *forma de acesso aos livros que leem*, as diferenças mais significativas surgem quando se indica o *acesso a livros distribuídos pelo governo*: o número decresce proporcionalmente à renda, de 44/%, para aqueles com menos de um salário, para 9/% entre aqueles de famílias com mais de dez salários. Esse resultado leva a uma preocupação fundamental: a ampliação do fosso social e da exclusão. Neste contexto, surgem alternativas e iniciativas particulares que viabilizam o acesso à

⁷ Disponível em: <WWW:// <http://www.camarabrasileira.com/cordel03.htm>>

Acesso em: 10. ago. 2010.

O livro *Ao som da viola* (1921), de Gustavo Barroso é classificado como obra rara.

alfabetização e leitura. E na região Nordeste do Brasil o cordel configura-se como uma dessas alternativas.

Em relação a isso é de grande relevância o depoimento do poeta Arievaldo Viana,⁸ pois ele, citando seu próprio exemplo, ressalta a importância dos versos de cordel no processo de educação de parte do povo nordestino:

Fui alfabetizado pela literatura de cordel, em 1973. Os folhetos eram as únicas leituras disponíveis para aquele menino do interior. Primeiro, decorava os versos lidos por minha avó. Depois, ela foi me ensinando a identificar as letras e a formar palavras. [...] As pessoas ficavam impressionadas com aquele menino de seis anos lendo cordel com desenvoltura.

O “menino” Arievaldo, hoje um dos mais respeitados poetas da literatura de cordel, é o idealizador do projeto *Acorda cordel na sala de aula*. O projeto utiliza a poesia popular na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Foi adotado inicialmente pela Secretaria de Educação, Cultura e Desporto de Canindé, no Ceará, e difundido, posteriormente, para diversos municípios. Ganhou porém, repercussão nacional, com o apoio da Academia Brasileira de Literatura de Cordel, que passou a divulgar amplamente a iniciativa em suas antologias e nas sessões realizadas por todo o Brasil.

O “kit-educação” utilizado pelo projeto tem sua distribuição gratuita. E inclui, além de livros, uma coleção de doze folhetos. Nos cordéis que compõem o “kit-educação” há, segundo Arievaldo, uma preocupação com o rigor gramatical. Esse cuidado também se estende aos versos originais de alguns cordelistas estudados dentro do Projeto, como Leandro Gomes de Barros e José Pacheco da Rocha. Convém ressaltar que não são todos os folhetos que servem ao

⁸ Poeta popular, radialista, ilustrador e publicitário. Nasceu em Fazenda Ouro Preto, Quixeramobim – CE, no dia 18 de setembro de 1967. Foi alfabetizado por sua avó Alzira de Sousa Lima, em 1974, com o auxílio da Literatura de Cordel. Em 2000 foi eleito membro da Academia Brasileira de Literatura de Cordel.

propósito de utilização em sala de aula. São selecionados apenas os autores e temas considerados mais adequados.

Os temas transversais são os mais frequentemente escolhidos, pois estão de acordo com as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e São temas considerados politicamente corretos. Como exemplo citamos, ecologia, prevenção de doenças, combate ao preconceito, etc.

O cordel, configura-se, portanto, como um recurso didático-pedagógico interdisciplinar, pois a variedade dos temas tratados nos cordéis permite um rico diálogo entre as mais diversas disciplinas. Com efeito, de acordo pesquisadores das áreas de Geografia e Ciências, por exemplo, há nesses campos do conhecimento um vasto conteúdo já *transcodificado* em cordel.

A *Didática do Cordel*, folheto de autoria de Arievaldo Viana, em parceria com Zé Maria de Fortaleza, ensina muitos segredos de um bom cordel. Encontram-se neste folheto noções de rima, métrica e orações. O livro-base do Projeto traz um questionário que permite ao aluno exercitar o que aprendeu no folheto didático. Isso possibilita a esse aluno não apenas o processo de decodificação, mas também o de codificação, uma vez que a ele é dado aventurar-se não apenas como leitor, mas também como autor no universo da literatura de cordel.

A ideia de alfabetizar e incentivar a leitura por meio do cordel, vem sendo usada com sucesso em Palmas, no Tocantins; em Mossoró, no Rio Grande do Norte; em Campina Grande, na Paraíba; e em várias cidades do Ceará.

O contista e poeta Ribamar Lopes, pouco antes de sua morte, em janeiro 2006, deixou registrado, no prefácio do livro *Acorda cordel na sala de aula*, a importância da literatura popular tanto para a

educação como para o entretenimento, especialmente na realidade nordestina⁹

A curiosidade pelo conteúdo dos simpáticos livrinhos, despertada tanto pela natureza de suas histórias quanto por sua identificação com elementos da nossa cultura popular, levava as pessoas a aguardar com ansiedade o momento em que alguém lhes viesse ler os raros folhetos trazidos do mercado ou das feiras por algum parente ou conhecido.

A leitura de folhetos para grupos de pessoas não alfabetizadas, conforme observa Lopes, sempre foi prática comum na zona rural do Nordeste. E ainda hoje permanece a curiosidade pelas histórias versadas nos folhetos, o poeta prende a atenção do ouvinte, e nesse aspecto, essa poesia narrativa se assemelha ao esquema folhetinesco presente nas novelas televisivas. Afinal, o desfecho de determinadas histórias só o saberá quem acompanhar a leitura do próximo livreto. Isso acaba despertando também o interesse pelo aprendizado da leitura.

Mais recentemente, a utilização da literatura de cordel como suporte no ensino/aprendizagem representa a inserção de novas tendências didáticas. Tais tendências articulam os mais diversos conteúdos escolares, com os aspectos culturais dos alunos. Isso, segundo Santana (2006, p. 1) possibilita o desenvolvimento de atividades interdisciplinares que promovem tanto a aprendizagem de conteúdos significativos, quanto à aproximação dos alunos à cultura popular.

Pelos motivos acima elencados, escolhemos o cordel para ser o texto interpretante de nossa pesquisa. A escolha recaiu sobre dois pontos; é um tipo de texto etnoliterário, e tem um caráter didático-pedagógico muito forte, principalmente no quesito desenvolvimento da leitura.

⁹ Acorda Cordel na sala de aula. Disponível em:
http://fotolog.terra.com.br/acorda_cordel: 17. Acesso em: 10.ago.2010

2.3 A Terminologia: visão panorâmica de sua evolução

A Terminologia, enquanto componente lexical das comunicações especializadas, ou ainda, como léxico dos saberes técnicos e científicos, é inegavelmente uma prática antiga, faz parte da história da humanidade, conforme observa Rondeau:

A Terminologia não é um fenômeno recente. Com efeito, tão longe quanto se remonte a história do homem, desde que se manifesta a linguagem, nos encontramos em presença de línguas de especialidade, é assim que se encontra a terminologia dos filósofos gregos, a língua de negócios dos comerciantes cretas, os vocábulos especializados da arte militar, etc. (RONDEAU, 1984, p.1 *apud* FINATTO e KRIEGER, 2004, p.24).

O nascimento da Terminologia, por conseguinte, está associado à consciência do cientista sobre a importância das nomenclaturas para a fixação e circulação do saber técnico e científico.

Almeida (2003) ressalta que a função de uma língua natural é nomear o mundo. A propósito, um dos trechos da obra *Através do espelho e o que Alice encontrou lá* (Léwis Carrowll, 1980), mostra

que Alice, quando atravessa o bosque onde as coisas não tem nome, é incapaz de apreender os objetos em torno dela, já que não sabe o que eles são. Isso significa que a realidade só tem existência para os homens quando é nomeada. Esta assertiva se aplica às ciências e às tecnologias.

Feitas estas considerações, passa-se a partir de agora para um quadro sinóptico da evolução da Terminologia. Embora esse quadro não seja exaustivo em sua cronologia nem na descrição das obras referenciadas, ele oferece uma visão panorâmica e didática da evolução dessa prática antiga (terminologia) até o século enquanto disciplina.

QUADRO SINÓPTICO DA EVOLUÇÃO DA TERMINOLOGIA

Período	Obras ou Marco Referencial	Registro
2600 a. C	Dicionários temáticos monolíngues feitos pelos sumérios em forma de tijolos de argila.	Termos relacionados a profissões, gado, objetos comuns e divindades; critérios para seleção dos termos: termos aceitos pelas escolas de escribas.Obs.: constituíram o fundamento do dicionário mais completo compilado por volta de 2.200 a. C (Van Hoof, 1998, 241).
c. 1800 a.C -fim do Médio Império Faraônico	Primeiros dicionários temáticos. (Sidarum, 1990).	
1º século da Era Cristã	Glossários que explicavam os termos médicos, elaborados pelo gramático Herodianus e o médico Heródoto.	Termos médicos (utilizados por Hipócrates (c.460-377 a. C), o pioneiro na descrição sistemática do corpo humano.
	<i>Livro Abrangente (Liber Continentis)</i> , Rhazés (865-925);	Nomes de órgãos do corpo humano e doenças em cinco línguas (síriaco, persa, híndi e arabe).

Século IX	Descrição em siríaco dos termos médicos gregos pelo médico Hunayn ibn Ishâq (808-877), tradutor das obras de Hipócrates e Galeno.	
Século XI	<i>Livro das Estradas e dos Reinos</i> de Bakri (Van Hoof, 1998, p. 249 <i>apud</i> Barros 2004).	
Século XIII	Tradução de a <i>Política</i> , a <i>Economia</i> e a <i>Ética</i> , de Aristóteles, por Nicolas d'Oresme (1320-1382).	Criação de neônimos como <i>aristocracia</i> , <i>déspota</i> , <i>demagogo</i> , <i>legislação</i> , <i>monarquia</i> , <i>mercenário</i> , <i>tiranía</i> e outros.
Século XVII	Inclusão de Terminologia como uma <i>entrada</i> de alguns dicionários clássicos da cultura europeia.	Definição atribuída: <i>matéria que se ocupa de denominações de conceitos próprios das ciências e das artes.</i>
Século XVIII	Lineu : nomenclatura binominal <i>Systema naturae per regna tria naturae, secundum classes ordine, genera, species, cum characteribus, differentiis, synonymis, locis</i> (1735); Diderot et D'Alembert <i>Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers</i> (1750); Lavoisier, Bertholet, Fourcroy nomenclatura química em francês (1788)	
Século XIX	Sociedade Técnica Russa A <i>internacionalização</i> das ciências conduz à preocupação dos cientistas para com a univocidade da comunicação científica. Congresso Internacional de Eletricidade – Paris, 1881.	Estabelecimento de padrões em âmbitos de especialidade; preocupações com regras de formação dos termos para atribuir especificidades à linguagem especializada; demarcação nítida entre o léxico das ciências e o léxico comum; normatização da terminologia elétrica.
	Consolidação da Terminologia como disciplina que estuda os termos de uma área de especialidade;	

Século XX	1º Congresso da União Astronômica Internacional, Roma, 1922.	Normatização da terminologia da Astronomia.
	Estabelecimento das bases da Escola Terminológica de Viena; elaboração da Teoria Geral da Terminologia (TGT) - Eugen Wuster (1899-1977).	
1930-1970	Origem e estruturação Lotte, Escola Soviética de Terminologia; Wüster, Escola de Viena (TGT)	
1970-1990	Expansão Europa, Canadá, América Latina	
1990-2000	Novas propostas Socioterminologia, Terminologia Textual, Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), Teoria Cognitiva da Terminologia.	
2000-2009	Consolidação	

Quadro -1

O quadro acima leva-nos a observar que a linguagem atual da ciência é resultado de 2500 anos de pensamento científico; que a existência de dicionários temáticos monolíngues já é atestada desde 2.600 a.C.; que nesses dicionários encontravam-se termos relacionados tanto às profissões quanto às divindades; que o homem não se limitou somente à compilação de termos, passando também a refletir sobre a linguagem. Ainda, que as obras terminológicas que sobreviveram ao longo dos séculos configuram-se como provas testemunhais de uma intensa produção de dicionários monolíngues e especializados em diversos campos do saber, mais especialmente no campo da medicina.

Entretanto, faz-se necessário observar que a Terminologia como ciência que se ocupa em estudar o conjunto de termos de um campo do conhecimento, ou seja, a Terminologia enquanto “ciência dos termos” só é atestada no século XVIII.

2.3.1 Um olhar sobre novos paradigmas epistemológicos da Terminologia

Reconhecidamente, deve-se a Eugênio ao engenheiro austríaco Eugen Wüster a explicitação dos princípios de tratamento dos léxicos especializados. Desenvolvidos a partir da década de 30, suas proposições vieram a constituir o que se convencionou chamar de Teoria Geral da Terminologia (TGT).

Para Wüster, a Terminologia constituía uma matéria autônoma, definida por um campo de intersecção conformado pelas ciências das coisas e por outras disciplinas como a Linguística, Lógica, Ontologia e Ciências da Informação. Fazia-se necessário relacionar a compreensão dos conceitos em cada ciência ou tecnologia com a sua expressão por meio das ciências da linguagem (FINATTO, 2001).

Conquanto não se negue o mérito de Wüster, o corpo de sua teoria corresponde melhor aos princípios de uma disciplina, cuja vocação está associada à missão de controlar e harmonizar os usos terminológicos em nível mundial, conforme preconiza a escola de Viena e, conseqüentemente, a Teoria Geral da Terminologia (TGT).

Nesses termos, os princípios clássicos da Terminologia demonstram ser insatisfatórios para dar conta de uma realidade terminológica em que os processos de comunicação estão em contínua e acelerada mudança. As novas abordagens, surgidas a partir dos anos 1990, nos meios científicos, mostram os aspectos envelhecidos do modelo Wüsteriano e da tradição vienense.

Os modernos estudos de terminologia possibilitam que ideias novas, à luz das teorias e das práticas terminológicas, complementem aquelas existentes ou a elas se contraponham. Estudos, pesquisas e aplicação de teorias se desenvolvem conjuntamente, tendo em vista as novas tecnologias e demandas sociais. Em relação a isso, vejamos como se manifesta Desmet (2002, p. 171):

Nos dias atuais, a Terminologia já não se limita à perspectiva da normalização na qual ela encontra as suas origens. A Terminologia conhece atualmente várias aplicações lexicográficas, didáticas e traducionais. As abordagens diversificaram-se com toda a legitimidade e encaminhamo-nos para uma abordagem mais linguística dos termos. Em Terminologia, a necessidade de irmos ao encontro de uma análise do sentido mais linguística torna-se uma necessidade, sobretudo quando se trata de aplicações didáticas e traducionais.

É perceptível nessas novas perspectivas uma tentativa de resituar a Terminologia no âmbito da Linguística, denunciando as muitas contradições existentes entre os dogmas fundadores e a realidade das línguas especializadas, bem como entre as normas internacionais e as bases teóricas das ciências da linguagem.

Ainda, conforme Desmet (2002), essa recentragem parece ser bem necessária. A autora argumenta que a disciplina, pelo menos nos meios universitários, é assegurada por linguistas que utilizam os recursos da Linguística de *Corpus* na continuidade da lexicologia e da semântica lexical e cuja metodologia é essencialmente semasiológica.

Hoje não mais se concebe que os termos sejam estudados de forma isolada, como entidades fora de um contexto real, ao contrário disto, eles devem ser observados nos textos, em situações reais, no contexto comunicativo e linguístico. Esta nova postura possibilita reconhecer que os termos estão sujeitos aos aspectos que lhes condicionam social, histórica e culturalmente.

Neste ponto inicial de reflexões, com base nas leituras críticas empreendidas, duas questões mostram-se relevantes: **i.** a terminologia moderna encontra-se, inevitavelmente, marcada pelas condições em que nasceu, ou seja, à margem da linguística e nos organismos de normalização. Essa questão, é endossada por Desmet quando a autora observa que os modernos manuais de Terminologia teórica e aplicada ainda supõem uma iniciação ao modelo conceptual de Wüster; **ii.** a Teoria Geral da Terminologia (TGT), também chamada de terminologia wüsteriana, historicamente estabeleceu

algumas dicotomias (*Terminologia vs Lingüística; Terminologia vs Lexicologia; onomasiologia vs semasiologia; léxico vs sintaxe; sincronia vs diacronia; ponto de vista internacional vs ponto de vista intralingüístico*, etc. Todos esses binômios, ainda hoje, em maior ou menor grau, apresentam conseqüências teóricas e práticas, contribuindo, inclusive, para a marginalização da Terminologia em relação à Linguística. (Cf. Desmet, 2002, p. 169-170).

As questões acima conduzem à constatação de que a evolução da Terminologia, bem como a aquisição de um estatuto privilegiado nas ciências da linguagem, só se dará pelas múltiplas abordagens em função dos seus diferentes campos de aplicação. Isto implica mudanças de posicionamento teórico e metodológico. Neste sentido passaremos a descrever, de modo sucinto, algumas dessas novas e diferentes abordagens/visões que sustentam o novo paradigma dos estudos terminológicos. A princípio cabe ressaltar que essas mudanças de posicionamento não ocorrem de forma abrupta.

2.3.1.1 A perspectiva da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)

Os paradigmas da TCT estão estabelecidos em Cabré (1999). No entanto, diferentes perspectivas de abordagem sobre a Terminologia já se podiam notar na obra anterior da autora (1993), bem como nas conferências, seminários e cursos que ministrava.

A TCT surge como uma proposta de renovação na Teoria da Terminologia, motivada pela preocupação com a insuficiência da TGT, que, de acordo com Cabré (1999, p. 26), não dá conta da complexidade das unidades terminológicas em situação de comunicação especializada. Essa insuficiência da TGT, apontada por Cabré et al. 1998, p. 36-37), deve-se aos seguintes pontos, sintetizados em Almeida (2003, p.215-216):

i. **Logicismo** – o método de análise lógica da realidade é a forma ‘científica’ de descrever o mundo. Esse aspecto se mostra, por

exemplo, na descrição dos tipos de relações entre os conceitos, que aparecem dominadas por um modelo de organização do conhecimento de caráter hierárquico e binário. Os tipos de relações que fogem a esse modelo são somente apontados e não são suficientemente descritos.

ii. **Universalismo** – o método de análise do conhecimento especializado tem pretensões universais, explicitados, por exemplo, nas normas sobre princípios e métodos internacionais aprovadas pela ISSO. Assim, a mesma análise do conhecimento acaba aplicando-se, da mesma forma, a contextos geográficos e a realidades socioeconômicas, culturais e lingüísticas completamente distintas.

iii. **Estatismo** – a TGT, embora reconheça o fato de que os conceitos evoluem, seu modelo de representação do conhecimento tem um caráter marcadamente estático, fruto de seu propósito de adotar uma perspectiva de estudo estritamente sincrônica, não sendo capaz de integrar em sua análise da realidade nenhum elemento que dê conta do caráter dinâmico, evolutivo do conhecimento especializado, bem como de suas denominações.

iv. **Reduccionismo** – o âmbito original de aplicação da TGT era a técnica em geral, a mecânica, e a engenharia em particular. Ao tentar estender esse modelo de representação da realidade a outras disciplinas (como as ciências aplicadas, sociais e humanas), ou mesmo a outros domínios especializados por critérios pragmáticos (como as profissões, por exemplo), a TGT encontra uma redução considerável da capacidade de descrição do modelo, que não consegue dar conta de realidades tão distintas.

v. **Idealismo** – a terminologia proposta pela TGT parece querer refletir um mundo idealizado, em que os conceitos são entes preexistentes às línguas, criados por consenso em um laboratório e que etiquetam, por meio dos termos, realidades com valor supralinguístico e supracultural.

O objetivo da proposta elaborada por Cabré não é, contudo, o de realizar um questionamento global da teoria de Wüster, mas o de adequá-la a determinados âmbitos de aplicação, tais como a comunicação natural de base social, com pretensões identitárias.

Com base no acima exposto, parece-nos oportuno ressaltar que existem denominações distintas para a Terminologia segundo as concepções da Teoria Geral da Terminologia (TGT) e da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Ao primeiro caso se aplicam estas denominações: terminologia do conhecimento *in vitro*, ou terminologia de gabinete, ou ainda, terminologia planificada; no segundo caso: terminologia do conhecimento *in vivo*, ou terminologia social, ou ainda terminologia de base comunicativa. Ainda, a TGT é prescritiva, voltada para à padronização da comunicação internacional, à documentação, às políticas linguísticas de intervenção, à engenharia do conhecimento, cujo objetivo comum é controlar a variação; a TCT é descritiva, voltada à tradução, à comunicação especializada e à “normalização das línguas em contextos linguísticos regulamentados por políticas que admitem a variação”. (Cabré 1999, p.81). Essa teoria se propõe a dar conta tanto da função representacional como da função comunicativa, dos vários níveis de formalidade – concretizados em diferentes níveis de discurso especializado – bem como dos distintos domínios especializados (Cabré, 1999, p. 82).

Assim, com base na proposta discutida em Cabré et al. (1998) e estabelecida em Cabré (1999), exporemos, de modo sucinto, os **pilares teóricos** que sustentam esse novo paradigma epistemológico.

I. A Terminologia - é concebida como *campo interdisciplinar*, construído a partir de uma *teoria do conhecimento* que busque explicar o processo de conceptualização e a relação entre os conceitos e suas denominações; uma *teoria da comunicação* que se ocupe das relações entre as situações comunicativas e os tipos de

comunicação, bem como as diferentes possibilidades de expressão dos conceitos; uma *teoria da linguagem* que, ao mesmo tempo que caracterize as unidades terminológicas como unidades da linguagem geral, mostre como se ativam suas especificidades significativas nas situações de comunicação especializada.

II. **Os objetos terminológicos** – o *conhecimento especializado*, os *textos especializados* e as *unidades terminológicas* devem ser estudados sob **três perspectivas**: a **social**, a **cognitiva** e a **linguística**. A *perspectiva social* refere-se às características que deve ter um trabalho terminológico para ser eficiente aos fins a que se propõe e adequado às necessidades comunicativas dos profissionais e dos usuários em geral; a *perspectiva cognitiva* diz respeito ao conhecimento do domínio especializado que será objeto do trabalho, posto que sem conhecer as especificidades da área-objeto não é possível identificar a sua terminologia e, menos ainda, estruturá-la. E, finalmente, a *perspectiva linguística* refere-se ao uso de um modelo que abranja a competência e a atuação. Assim, a Terminologia, vista como uma disciplina de base lingüística, deve dar conta da descrição dos códigos, da descrição dos atos comunicativos reais, da explicação do funcionamento da terminologia dentro da linguagem natural e da elaboração de aplicações terminológicas diversas que satisfaçam necessidades comunicativas igualmente diversas (Cabré et al., 1998, p. 37 e seq.: Cabré 1999, p. 133-134).

III. **Os termos** – estes não são unidades de um sistema artificial e autosuficiente como as nomenclaturas técnico-científicas; eles pertencem ao sistema linguístico. As regras gerais que regem o funcionamento do léxico são as mesmas que regulamentam os termos; assim, determinadas diferenças entre termos e palavras se anulam (Cabré et al., 1998, p. 38). Em outras palavras: não existe, pois, um conjunto de termos isolados constituindo uma língua marginal à língua geral; o que há são signos da língua natural que se realizam ora como palavras, ora como termos.

IV. **A variação** – deve ser entendida como fenômeno natural, inerente à linguagem. Nesse sentido, a variação deve ser considerada e deve estar adequadamente descrita na terminologia, e nem eliminada e reduzida a fim de favorecer uma comunicação especializada precisa e unívoca, sem ambiguidades (Cabré et al., 1998, p. 38).

V. **A especialização de um conceito** – deve ser estabelecida por critérios temáticos ou pragmáticos. Os conceitos não tem um modo de funcionamento distinto dos significados da linguagem geral, que, aliás, também podem apresentar graus de especialização (Cabré et al., 1998, p. 38).

VI. **Os conceitos** – estes sofrem influência dos fatores socioculturais e linguísticos de uma comunidade, como também são influenciados pelos canais comunicativos por onde eles circulam e se difundem (Cabré et al., 1998, p. 38).

VII. O objetivo da Terminologia teórica é o de “descrever, formal semântica e funcionalmente as unidades que possam adquirir valor terminológico, descrever como o ativam e explicar suas relações com outros tipos de signos”, ao passo que o objetivo da Terminologia aplicada é coleta as unidades de valor terminológico sobre um tema e situação determinados e estabelecer suas características de acordo com essa situação, o que pode, também incluir a normalização.

A partir dessa breve exposição dos pilares que sustentam a TCT, já podemos perceber que essa nova teoria, em seus fundamentos, aponta não apenas para uma teoria mais ampla da Terminologia, como também para sua maior e melhor instrumentalização. Ainda, visa a dar conta de estudar e descrever de forma completa e suficiente os objetos terminológicos, suprimindo, assim, as deficiências da Teoria Clássica.

Sobre a aplicação da TCT, a autora da proposta deixa claro que a finalidade aplicada da coleta e análise das unidades de valor terminológico é muito variada, e permite várias aplicações, mas em

todas se ativa o duplo caráter de representação e transformação do conhecimento especializado.

2.3.1.2 A visão socioterminológica

A visão da Teoria Geral da Terminologia (TGT) acerca da terminologia opõe-se à realidade constatada pelos estudos terminológicos de caráter descritivo. Os princípios clássicos da Terminologia wüsteriana começam a ser questionados por alguns autores franceses e canadenses (do Québec). Muitas passaram a ser as observações que evidenciaram as limitações do modelo wüsteriano. Isso possibilitou o surgimento de outras orientações teórico-metodológicas, dentre as quais destacamos as da Socioterminologia.

Sobre o emprego do termo Socioterminologia, algumas considerações nos são fornecidas por Alves (2003. p. 229):

Em 1991, no número 18 dos *Cahiers de Linguistique Sociale* (organizado por François Gaudin e Allal Assal), Jean-Claude Boulanger, na apresentação do volume intitulada 'Une lecture sócio-culturelle de la terminologie', alerta os leitores de que, já há dez anos, o termo *socioterminologia* era empregado na literatura científica para designar as interrelações constatadas nas etapas que marcam uma experiência de planejamento linguístico.

A autora sublinha que Boulanger, salvo engano, foi o primeiro a empregar o termo em uma resenha sobre planejamento linguístico. Ainda naquele momento, convém ressaltar, tratava-se de um uso de caráter isolado do termo Socioterminologia, isento de um conceito que o restringisse e o delimitasse adequadamente.

A formalização da Socioterminologia, entretanto, se deu com François Gaudin (1993). Com a publicação do seu texto *Pour une socioterminologie: des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*, publicado pela Université de Rouen, estavam

lançados os fundamentos dessa nova vertente da terminologia. A partir de então várias foram as colaborações para os estudos socioterminológicos. Aqui citamos, inicialmente, dois importantes colaboradores, Y. Gambier e J.-C Boulanger (1995).

Para finalizar estas breves considerações sobre a Socioterminologia lembramos que Gaudin, *apud* Alves, 2003, chama a atenção para a vocação dessa nova vertente terminológica de voltar-se para a perspectiva histórica e para o papel heurístico dos signos por meio dos quais formulamos nosso saber.

A propósito, o ponto de vista do referido autor é muito claro no que concerne à Terminologia. Esta não deve se limitar apenas à satisfação das necessidades terminográficas. A natureza dessa disciplina, que a coloca nos limites das ciências da cognição, da tradução, da semântica e da sociolingüística deve também conduzi-la a preocupar-se com a clareza das conceptualizações e, ainda, a refletir sobre sua gênese. Isso explica por que a história dos termos e a das idéias tem tanto em comum (ALVES, 2003).

2.3.1.3 A visão da Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST)

Essa constitui uma das teorias mais recentes em Terminologia. Sua autora e principal representante, Rita Temmerman, lançou suas bases no livro *Towards New Ways of Terminology Description – the sociocognitive aproach* (2000). Na obra em questão tece severas críticas ao ideal de univocidade da Terminologia clássica.

De acordo com Temmerman, tanto a Terminologia tradicional como o Estruturalismo de Saussure ignoram parte da interação entre os elementos do triângulo semântico. Assim, a autora da proposta sociocognitiva, busca na Semântica cognitiva, na Lingüística Funcional e nos paradigmas da Hermenêutica uma alternativa para uma nova abordagem em Terminologia.

Trata-se de uma teoria mais complexa, pois partindo da lingüística cognitiva, entende a língua como uma grande metáfora que a organiza por completo. Faz lembrar que em terminologia, a metáfora também atua no processo de entendimento de conceptualização do mundo, organizando também o pensamento do homem. Essa teoria pressupõe que o homem entende o mundo por meio de *frames* cognitivos e modelos. Deste modo, prefere o uso de categorias ao uso de conceitos. Postula que a maior parte das unidades de conhecimento expressa em *nacos* que tem uma essência e uma estrutura, mas que existem em processo de reformulação contínua e em constante transição, e não em conceitos bem delimitados. As unidades de conhecimento devem ser descritas a partir de quatro: a *nominalista*, a *mentalista*, a *realista* e *espaço-temporal*.

Na concepção da teoria sociocognitiva da Terminologia a língua, é, portanto, um meio para categorização – afinal, o ser humano possui a habilidade de criar categorias em sua mente. Ainda, a língua exerce um papel de importância fundamental no que se refere à compreensão do mundo. Os termos aqui são compreendidos como elementos naturais das línguas naturais.

Para ser coerente aos seus princípios estabelecidos, a Terminologia Sociocognitiva considera como essenciais a polissemia e a sinonímia. A primeira seria uma consequência da evolução do significado, de movimentos metafóricos e da reflexão humana sobre o mundo; a segunda refletiria as diferentes nuances do significado.

2.3.1.4 A Etnoterminologia nos grandes paradigmas da Terminologia

Etnoterminologia é uma subárea da Terminologia que se ocupa dos universos de discurso etnoliterários. Em outros termos, a Etnoterminologia estuda os discursos como os de literatura oral, literatura popular, literatura de cordel, fábulas, lendas, mitos, folclore

e os discursos das linguagens especiais com baixo grau de tecnicidade e de cientificidade.

É, portanto, tarefa da Etnoterminologia, estudar as normas relativas aos estatutos semântico, sintático e funcional do conjunto das *unidades lexicais* que caracterizam os *universos dos discursos etnoliterários*, no âmbito da cultura brasileira. Essas unidades lexicais, conforme observa Barbosa,

têm sememas muito especializados, construídos com semas específicos do domínio em questão, provenientes das narrativas, cristalizados, de modo a tornar-se verdadeiros símbolos dos temas envolvidos. Dessa maneira, verifica-se que sustentam o pensamento e o sistema de valores da cultura e configuram uma axiologia. (BARBOSA, 2007, p.22).

Ainda, com base na autora, as unidades lexicais do universo de discurso etnoliterário, caso por exemplo da Literatura de Cordel, têm um estatuto próprio e exclusivo. Nos níveis da norma e da fala, subsumem simultaneamente duas funções, *vocabulo* e *termo*. De um lado, associam aspectos referenciais, pragmáticos e simbólicos, em função semiótica, metassemiótica e metametassemiótica, próprias dos vocábulos, de outro lado, apresentam características de uma linguagem de especialidade. Tais unidades lexicais têm um significado peculiar a esse universo de discurso, e são, ao mesmo tempo, polissemêmicas.

Dizendo de outro modo, essas unidades lexicais combinam qualidades das línguas especializadas e da linguagem literária, de modo a preservar valores semânticos, sociais e constituir, por outro lado, documentos do processo histórico da cultura. São eles o resultado do cruzamento de um processo de *metaterminologização* e de *metavocabularização*.

2.3.1.5 A Terminologia Aplicada

Toda ciência ou tecnologia, seja, do ponto de vista epistemológico, seja do metodológico, seja, ainda, daquele da construção do seu saber metalingüístico, estabelece estreitas relações de cooperação - interdisciplinares, no nível das ciências básicas, ou no nível das ciências aplicadas, e de alimentação e realimentação entre estas e aquelas -, com outras ciências básicas, ciências aplicadas e/ou tecnologias. Esse processo de contribuição recíproca, entre tais disciplinas, não lhes retira, contudo, a especificidade do objeto de estudo, campo, métodos e técnicas e, até mesmo, de modelos e de metalinguagem. De fato, sustentando-se todas nesse relacionamento complexo e dinâmico de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, alimentação e realimentação, intra e inter-áreas do conhecimento humano, perseguem, efetivamente, objetivos comuns: a busca da verdade, a análise e descrição do seu objeto, a redução dos fatos a modelos, a construção do saber, o aprimoramento da qualidade de vida, a construção de um discurso metalingüístico específico (BARBOSA; PAIS, 2004).

Em determinados textos técnico-científicos, em determinadas áreas do conhecimento, prevalece o saber compartilhado; noutros textos e noutras áreas, predomina o saber exclusivo. No caso da Terminologia Aplicada, os dois saberes coexistem e articulam-se necessariamente.

É lícito dizer-se que a prática de uma ciência básica ou aplicada, a sua produtividade e crescimento demonstram a imperiosa necessidade de construção e permanente reconstrução de um vocabulário próprio, preciso e consensual, instrumento de análise e descrição, que não somente permite defini-las e circunscrevê-las, enquanto disciplinas, como também lhes proporciona a aplicação mais rigorosa, produtiva, eficaz dos princípios, métodos e técnicas. Uma ciência que não conseguisse autodefinir-se não teria identidade, não poderia delimitar nem o seu objeto de estudo nem os seus

processos de atuação. Dessa forma, uma ciência ou tecnologia vão constituindo-se e delimitando-se como tais, no processo histórico de acumulação e transformação do conhecimento, à medida que, simultaneamente, se vão delimitando o seu objeto formal, os métodos e técnicas de análise e descrição desse mesmo objeto e à medida que, igualmente, se vai consolidando a sua metalinguagem. Noutras palavras, com a precisa definição dos seus termos, e somente assim, determinam-se claramente os fatos próprios ao seu universo, seus métodos e técnicas. É legítimo afirmar, pois, que a construção da ciência é indissociável da construção de sua metalinguagem. À proporção que se vai constituindo, consolida-se a ciência e sua identidade epistemológica.

Esses aspectos, dentre outros, mostram a importância das metalinguagens terminológicas na sociedade atual, para a ampliação do saber e do saber-fazer do indivíduo, não só sobre determinada ciência ou tecnologia, como também o seu saber sobre o mundo. Daí decorre a importância dos modelos epistemológicos e metodológicos de tratamento, compilação, recuperação, transmissão de metalinguagens e também os de ensino/aprendizagem de tais universos conceptuais e terminológicos. O vocabulário técnico-científico é instrumento imprescindível, para o recorte dos 'fatos' científicos, a armazenagem e recuperação desses dados, a comunicação mais intensa e eficiente entre especialistas, intra e entre áreas científicas, importante instrumento de pesquisa e de sustentação do arcabouço teórico da ciência ou tecnologia.

De acordo com Barbosa (2004), "aprender uma língua é aprender um modo de "pensar o mundo". O mesmo acontece com as metalinguagens técnico-científicas, seus recortes, seus sistemas de valores e designações que lhes correspondem. Assim, a metalinguagem técnico-científica de qualquer área do saber e/ou de suas aplicações constrói a sua 'visão do mundo' específica, de tal forma que só é possível aprender uma ciência, quando se adquire a

competência semiótico-linguística do seu universo de discurso (PAIS, 2004).

Tem-se aí o problema seríssimo do sujeito falante-ouvinte não iniciado, que deseja aprender uma nova ciência ou tecnologia. Por vezes, essa tarefa se mostra mais difícil que o aprendizado de outra língua natural. Ao assimilar uma metalinguagem técnico-científica, o pesquisador iniciante estará construindo o saber e o saber-fazer específicos daquela ciência e/ou tecnologia, que lhes possibilitam entender, rediscursar e realimentar não só os modelos científicos ou tecnológicos, como também a sua própria 'visão do mundo' anterior, num processo de amadurecimento intelectual e pessoal.

Quanto às implicações didático-pedagógicas, ressalte-se que o desenvolvimento da competência lexical do sujeito falante-ouvinte requer, dentre outros aspectos, que o mesmo adquira um número razoável de variantes diafásicas: parassinônimos pertencentes a universos de discurso diferentes. Daí decorrem: aumento do número de unidades memorizadas e disponíveis para atualização; maior rigor nas oposições semêmicas e maior precisão do enfoque semântico; maior habilidade na seleção das unidades léxicas, face à situação de enunciação e de discurso; maior habilidade na manipulação das relações de significação; maior habilidade na transposição de sentidos e no trânsito entre universos de discurso (metalinguagem e transcodificação).

O desenvolvimento de mecanismos que permitam estabelecer relações entre vocábulos da linguagem banalizada e termos técnico-científicos revela-se muito eficaz para a comunicação entre o leigo e o especialista e como instrumento, para o aluno, ou iniciante, de acesso a um novo universo de discurso, sem que este lhe pareça uma linguagem artificial e completamente desvinculada de seu saber anterior; além disso, mostra-se valioso instrumento de ampliação de seu vocabulário.

Outro aspecto importante do processo é o desenvolvimento de mecanismos de passagem de unidades do vocabulário passivo para o ativo, indicadora do grau de sua automatização, pelo aluno/iniciante, que não mais se restringe à enunciação de decodificação mas alcança, também, a de codificação. É um momento revelador do acesso a um saber técnico-científico e seu crescimento: o sujeito-falante já consegue discursar ou rediscursar a investigação e os modelos técnico-científicos.

Os processos de banalização, vulgarização, popularização revelam-se instrumentos eficazes da difusão e circulação do conhecimento e, por conseguinte, tem alto interesse para a Terminologia Aplicada.

As metalinguagens técnico-científicas muitas vezes são construídas a partir da língua comum. Logo, para ensinar a um sujeito falante-ouvinte uma 'língua de especialidade', é necessário começar da língua comum e passar paulatinamente para a linguagem especializada; nesse processo, a linguagem banalizada funciona como instrumento eficaz de intermediação. Ao fazer essa intermediação, ela estabelece uma função - relação de dependência - entre os elementos do discurso *transcodificador* e os do *transcodificado*. O importante, pois, é o estabelecimento de uma relação de dependência entre o vocábulo e o termo e, o enriquecimento do vocabulário do sujeito falante-ouvinte e o ganho de precisão nos mecanismos de substituição automática dos vocábulos, na passagem de um universo de discurso a outro.

Essas reflexões, mostram que não apenas o processo de banalização, mas a *transcodificação* do texto científico, para qualquer outro tipo de texto, de diferentes universos de discurso, aumenta as possibilidades de reinterpretação por parte do sujeito de decodificação.

Ressalte-se, aqui, a importância do conhecimento do maior número de formas equivalentes, no nível de unidades lexicais (micro-

texto) e no nível de textos (macro-textos); em ambos os casos, essas formas equivalentes permitiriam ao sujeito do discurso uma maior adequação do texto aos contextos discursivos e uma melhor decodificação de conceitos na forma equivalente conhecida daquele sujeito.

Esses aspectos, mostram a importância das metalinguagens terminológicas na sociedade atual, para a ampliação do saber e do saber-fazer do indivíduo, não só sobre determinada ciência ou tecnologia, como também o seu saber sobre o mundo. Daí decorre a importância dos modelos epistemológicos e metodológicos de tratamento, compilação, recuperação e transmissão de metalinguagens. Enfatize-se, aqui, o papel fundamental da Terminologia aplicada.

3. AS QUESTÕES DESTA PESQUISA: DECORRÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS E FORMAIS DOS PROCESSOS ANTERIORES

*Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista,
diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto.*

(Saussure)

3.1. Questões preliminares a propósito do ensino do léxico

Numa primeira etapa, concluída há tempo, Barbosa apresentava um modelo que se sustenta em dois parâmetros: o da necessidade de ser observada no processo ensino-aprendizagem do léxico, a coocorrência das variedades de normas linguísticas diversas, convergentes e conflitantes no mesmo sujeito falante-ouvinte; o da imprescindibilidade de tornar-se como ponto de partida e de referência o universo linguístico e sociocultural do aluno (BARBOSA, 1984).

TD
Sustentação do Discurso
Pedagógico

Figura 1 – Discurso de pedagogia do léxico
 Fonte: Barbosa, 2008

Em seguida, considerava, nesse mesmo processo, o primeiro parâmetro apontado e as diferentes funções semióticas e metasemióticas, ou seja, as diversas relações entre o plano do conteúdo e o plano da expressão, suas transformações e transposições, sua distribuição nas perspectivas diatópicas, diastrática, diafásica e mesmo diacrônica da língua, as relações intra e interuniverso de discurso (BARBOSA, 1992, p. 258-264).

A autora articulou aquelas etapas e obteve mecanismos que tornaram viável o processo proposto. Demonstraram-se relevantes, nesta etapa, o desenvolvimento dos processos de automatização das formas vocabulares e terminológicas, de sua adequada atualização e sintagmatização às situações de enunciação e de discurso, ao contexto sociocultural, em condições de sinfasia e sinstratia, de diastratia e diafasia.

Esses problemas complexos exigiram o estudo das articulações e da interação entre dialetos *stricto sensu*, socioletos, tecnoletos, idioletos, de sua convergência e conflito, no sujeito falante-ouvinte.

Examinou, ela ainda, tendo em conta esses critérios e variáveis, as relações estruturais-funcionais, morfo-semântico-sintáticas e léxico-semânticas da parassinonímia, da hiperonímia, da hiponímia, da co-hiponímia, da paronímia. Essa análise trouxe subsídios valiosos, por sua riqueza e complexidade, para uma melhor compreensão dos processos de desenvolvimento do vocabulário ativo e passivo, dos mecanismos de enunciação de codificação/decodificação que conduzem a formular métodos suscetíveis de contribuir substancialmente para a ampliação da competência lexical e para o aprimoramento do desempenho lingüístico, em situação de discurso, dos mecanismos de produção de significação e informação determinantes da eficácia discursiva.

Numa etapa subsequente, fazendo dos aspectos acima considerados, o alicerce de suas reflexões sobre a pedagogia do léxico, direcionou sua pesquisa, nessa subárea, para um tipo de *conjunto vocabulário* bastante específico: o das metalinguagens técnico-científicas (BARBOSA, 1993, p. 56-63), examinando-o no âmbito da problemática do desenvolvimento da competência e do desempenho lexicais.

Todas as reflexões a seguir, direcionam-se para o ensino de linguagens de especialidade.

3.1.1 Natureza e função das metalinguagens técnico-científicas

Ciências e tecnologias constituem universos de discurso que constroem uma metalinguagem específica e uma “visão de mundo” segunda. Aprender uma ciência básica, uma ciência aplicada ou uma tecnologia, como dissemos no capítulo anterior, corresponde a

aprender (adquirir competência e desempenho) a linguagem de especialidade respectivamente constituída.

Os modelos científicos e tecnológicos aperfeiçoam-se com a própria mudança dos “fatos” que constituem o seu objeto de estudo, com os avanços da investigação. Evoluem concomitantemente, os seus discursos linguísticos, daí resultando a necessidade do rediscurso constante da ciência e da tecnologia, de sua definição e limites, do seu objeto, dos seus métodos e técnicas, da sua metalinguagem.

Como dissemos anteriormente, toda ciência ou tecnologia, seja do ponto de vista epistemológico, seja do metodológico, seja, ainda, daquele da construção do seu saber metalinguístico, estabelece estreitas relações de cooperação interdisciplinares no nível das ciências básicas ou no nível das ciências aplicadas, e de alimentação e realimentação entre estas e aquelas com outras ciências básicas, ciências aplicadas e/ou tecnologias. Esse processo de contribuição recíproca entre tais disciplinas não lhes retira, contudo, a especificidade do objeto de estudo, campo, métodos e técnicas e, até mesmo, de modelos e de metalinguagem. Em semântica profunda, temos:

Figura 2 – Especificidade x Interdisciplinaridade

3.1.2 Um percurso de transmissão da metalinguagem técnico-científica

Formalizando o problema do ensino de léxico no contexto da teoria da comunicação, definem-se várias situações pedagógicas. A autora apresenta algumas dessas situações (BARBOSA, 1984).

Há discursos pedagógicos, em nível do léxico, que operam com um falso diassistema: supõe-se parte de elementos linguísticos, sociais e culturais comuns ao emissor (conjunto A, do professor) e ao receptor (conjunto B, do aluno), quando, na verdade, produz-se apenas, ou sobretudo, no universo de A. Esses discursos acarretam, entre outras coisas, aumento do curso de armazenagem e codificação, perda do rendimento sintagmático. Seu resultado traduz-se num esquema de comunicação em que a intersecção mínima entre o conjunto discursivo e vocabular de A e o de B, pequena, tende a zero daí decorrendo a falta de comunicação e pouco aproveitamento.

Discursos impositivos não respeitam a competência do aluno. Seu efeito é o sufocamento do universo linguístico e sociocultural preexistente do aluno.

Por outro lado, o ensino que opera somente no dia-norma (professor-aluno) reitera os recortes do universo linguístico e sociocultural do aluno. Dele resulta a não ampliação do conjunto de elementos disponíveis em sua competência e a anulação da comunicação pedagógica dialógica desejável.

Processo de tal forma reiterativo tem situação comparável à da comunicação monológica (diálogo interior), em que o subsistema de A e o subsistema de B tendem à identidade.

Entretanto, o ensino que parte do universo de B ou, se preferirmos do dia-sistema e do dia-norma do conjunto A e do conjunto B (conjunto universo do aluno) e conduz paulatinamente à incorporação em B dos elementos do conjunto-diferença primitivo de A (conjunto universo do professor) tem como consequência a ampliação da intersecção entre ambos. Tal solução é, sem dúvida, melhor. Esse tipo de discurso pedagógico sustenta-se na tensão dialética entre universo conhecido/ universo desconhecido e minimiza a possibilidade do efeito de ruptura, tanto no processo de A, quanto no de B; permite progressiva ampliação da competência linguística e visão do mundo, sem anular ou sufocar o universo linguístico e sociocultural anterior; e a sua reorganização.

Assim, o professor-destinador, na estratégia de sua intervenção cognitiva, dota o aluno-destinatário de uma dupla competência narrativa e científica: uma geral, pois se insere numa situação em que se passa de um estado de não-saber a um estado de saber, outra, específica, já que reconstrói a sucessão de ações que constitui essa transformação. O discurso do não-saber nunca deve, a nosso ver, partir do conjunto diferença de A e ser imposto ao conjunto B. A dinâmica da passagem do “não-saber” para o “saber” requer, pois, fazer um percurso que começa no conjunto diferença de B ou na

interseção entre A e B, vem para o conjunto diferença de A, retorna para os dois anteriores, ampliando-os e reformulando-os. Os universos do professor e do aluno enriquecem-se simultaneamente.

Para viabilizar esse processo, principalmente no caso do vocabulário técnico-científico, que se opte pelo modo paradigmático (forma dicionarística) ou pelo modo sintagmático (discurso dissertativo) de transmissão desse “saber”. A autora mostra que, no que concerne ao vocabulário, é importante dotar o aluno de um número expressivo de parassinônimos lexicais diastráticos e diafásicos, de mecanismo de atualização e devida contextualização dessas formas equivalentes e procurar fazer dos vocábulos banais, vulgares ou populares (“saber” do aluno) o ponto de partida para o acesso aos termos correspondentes (integrados no “saber” do professor) e para o acesso à teoria a eles subjacente.

Ressalta nesse processo a importância não só do domínio do maior número possível de parassinônimos, como também da automatização de mecanismo de comutação, segundo o contexto discursivo, dessas formas lexicais parassinônimas, quase sinônimas ou “equivalentes”.

Emprega aqui o termo “equivalente” em sentido amplo, conforme a concepção de Lyons (1979, p.478) que define a sinonímia em função da ampliação recíproca ou equivalência, e não no sentido específico que tem na área da Terminologia, onde é definida como a relação estabelecida entre designações de línguas diferentes que representam a mesma noção (BOUTIN-QUESNEL, 1985).

As metalinguagens técnicas são construídas muitas vezes a partir da língua comum, logo, para ensinar a um sujeito falante-ouvinte uma “língua de especialidade”, é necessário começar da língua comum e passar paulatinamente para a linguagem especializada; nesse processo, a linguagem banalizada funciona como instrumento eficaz de intermediação. Ao fazer essa intermediação,

ela estabelece uma função-relação de dependência entre os elementos do *discurso transcodificador e transcodificado*.

O importante, pois, é o estabelecimento de uma relação de dependência entre o vocábulo e o termo e o enriquecimento do vocabulário, do sujeito falante-ouvinte e o ganho de precisão nos mecanismos de substituição automática dos vocábulos, na passagem de um universo de discurso a outro.

Segundo Andrade (1999, p.12-22),

[...] observa-se que a comunicação entre especialistas dos vários domínios e o público geral, não especialista, apresenta-se como um fenómeno bem mais complexo do que aparenta, pois ocorre também no sentido inverso, dos não especialistas para os especialistas e deve levar em conta o grau de especificidade, em função do emissor, do suporte e do destinatário [...] assim como há graus de especificidade na linguagem técnico-científica, deve haver graus de complexidade no universo de discurso da vulgarização, pois destinatários deste tipo de discurso não pertencem todos às classes populares.

No eixo do *continuum* cientificidade-banalização, a autora mostra que podem-se detectar termos/vocábulos que se situam na interface entre o discurso científico e o discurso banal, como, por exemplo, o termo/vocábulo *câncer*. Esse tipo de termo garante a comunicação entre especialistas de uma área, entre leigos, entre os primeiros e os segundos. Por conseguinte, entre o mais alto grau de cientificidade e o mais alto grau de banalização, existe sempre um subconjunto que tem dupla natureza, a de termo e a de vocábulo. Vejamos essas reflexões nos octógonos abaixo:

Figura 3 – Cientificidade x popularização

Figura 4 – Tensão vocábulo x termo
Fonte: Barbosa, 1998

Interessa-nos, agora, mostrar que essa alternância de uma unidade lexical, ora vocábulo, ora termo, se desfaz e, nos discursos etnoliterários, as unidades lexicais são simultaneamente vocábulos e termos. Subsumem elas as funções de uns e de outros, já que o universo de discurso em que ocorrem são bastante peculiares: etnoliterários, com características de linguagem de especialidade e de linguagem literária.

Figura 5 – Documentais x ficcionais

3.2 A linguagem denotativa e a linguagem não denotativa. O *texto interpretante* e o *texto interpretado*: a questão da metalinguagem e da semiose ilimitada

Neste ponto da nossa exposição, é importante dizer que o objeto de nosso estudo é a relação que se estabelece entre um texto técnico e científico (A) e um segundo texto (B), que é transcodificação do primeiro. Os processos de banalização, vulgarização, popularização, expostos no último parágrafo do item

anterior, constituem o cerne de nossas reflexões a partir deste momento. Não nos deteremos, assim, nos subprocessos subjacentes aos três processos citados – a paráfrase, a retórica – dentre outros. Interessa-nos, antes, ver o subprocesso que implica a relação que se estabelece entre o texto A, reescrito e transcodificado em universo de discurso diferente, o texto B, numa relação horizontal, em que o texto B é necessariamente intertextual, já que mantém com A não uma relação eventual e, sim, necessária de intertextualidade.

Lembremos, neste ponto, as palavras de Lopes (1976, p. 18) sobre a transcodificação:

Os sistemas semióticos, verdadeiros *códigos* culturais são *transcodificáveis*: eles se deixam traduzir, com maior ou menor grau de adequação, uns em outros. O sistema linguístico traduzido chama-se *língua-objeto*; a língua tradutora de uma língua-objeto chama-se *metalingua*. Isso indica que uma propriedade essencial do signo é a de poder comportar-se tanto como signo-objeto – quando substitui, por assim dizer, o “objeto” do qual esse signo é signo –, quanto poder comportar-se como meta-signo – quando substitui não já um “objeto”, diretamente, mas, sim, outros signos.

Logo, a base da *transcodificação* (texto A) será aqui considerada como língua objeto e, o texto B, como metalingua. Estabelece-se uma relação muito íntima entre o *texto transcodificado* e o *texto transcodificante*. O transcodificado é uma semiótica denotativa e o transcodificante uma metasemiótica.

Importante lembrar a distinção que Hjelmslev faz entre semiótica denotativa e metasemiótica:

O que se poderá surpreender aqui é que tenhamos encontrado uma semiótica cujo plano de expressão é uma semiótica. Os recentes desenvolvimentos da lógica tais como os conhecemos através dos trabalhos dos lógicos polareses, nos prepararam, com efeito, para reconhecer a existência de semiótica cujo plano do conteúdo é, ele próprio uma semiótica. Foi a isso que se denominou metalinguagem (diríamos nós, metasemiótica), isto é, uma semiótica que trata de uma semiótica; em nossa terminologia, isso deve significar uma semiótica cujo conteúdo é

uma semiótica. A própria linguística deve ser uma metassemiótica. (HJELMSLEV, 1968, pág. 126).

Vejamos essas relações na figura:

Figura 6 – Funções Semióticas – semiótica denotativa e não-denotativa

O mesmo autor continua afirmando que uma semiótica conotativa é uma semiótica não-científica, da qual o plano da expressão é uma semiótica, e uma metassemiótica como uma semiótica científica cujo plano do conteúdo é uma semiótica. Ele assim se manifesta:

Assim, a fim de explicitar não apenas os fundamentos da linguística mas também suas consequências últimas, a teoria da linguagem vê-se obrigada a acrescentar aos estudos das semióticas denotativas um estudo das semióticas conotativa e das metassemiologias. Esta obrigação cabe a linguística porque ela só pode ser resolvida de modo satisfatório a partir das premissas específicas à linguística. (HJELMSLEV, 1968, p. 127).

Já temos condições de ir delimitando e caracterizando cada vez mais o *texto-objeto-transcodificador*, base de nossa pesquisa: é um texto *meta-metasemiótico*, portanto, *pluriconceptual*, *plurivalorativo*, *plurisignificativo*, *riquíssimo em significados*.

A formalização dos planos da linguagem de Hjelmslev é retomada por Barthes, (1972, p. 96) que a descreve da seguinte forma:

[...] qualquer sistema de significação comporta um plano de expressão (E) e um plano de conteúdo (C) em que a significação coincide com a relação (R) entre os dois planos: E R C. No primeiro caso, *o primeiro sistema* (E R C) *torna-se o plano de expressão* ou significante do segundo sistema:

2	E	R	C
1	E R C		

A formalização acima também poderia ser descrita de outras formas: (E R C) RC, tendo, neste caso, o que Hjelmslev chama de *semiótica conotativa*, ou ainda, ER (E R C), estando aqui representadas todas as *metalinguagens*. Um sistema *conotado*, conforme explica Barthes (1972, p. 96) é um sistema cujo plano de expressão é, ele próprio, constituído por um sistema de significação; uma metalinguagem é um sistema cujo plano do conteúdo é, ele próprio, constituído por um sistema de significação; ou ainda, é uma Semiótica que trata de uma Semiótica.

O autor diz, em outro momento, que o futuro pertence a uma linguística da conotação e que, a ideologia seria a “forma” (no sentido Hjelmsleviano) dos significados de conotação, enquanto a retórica seria a forma dos conotadores.

[...] o futuro sem dúvida pertence a uma Linguística da conotação, pois a sociedade desenvolve incessantemente, a partir do sistema primeiro que lhe fornece a linguagem humana, sistemas de segundos sentidos e essa elaboração, ora ostentada, ora mascarada, racionalizada, toca muito de perto de uma verdadeira Antropologia Histórica. A

conotação, por ser ela própria um sistema, compreende significantes, significados e o processo que une uns aos outros (significação), e é o inventário destes três elementos que se deveria primeiro empreender para cada sistema. (BARTHES, 197, p.96).

Explicando mais detalhadamente esses dois planos, o da conotação e o da metassemiótica, Barthes retoma Hjelmslev quanto à noção de metalinguagem, mostrando que a metalinguagem não deve ficar restrita às linguagens científicas.

Esse é o caso do texto *transcodificador* com o qual trabalhamos, pois ele pertence ao universo de discurso *etno-literário*, que, neste caso é, sem dúvida, um texto *metassemiótico*, já que, por natureza, estabelece uma semiótica, cujo plano do conteúdo é uma semiótica. Sobre isso assim se manifesta Barthes:

Na Semiótica conotativa, os significantes do segundo sistema são constituídos pelos signos do primeiro; na metalinguagem acontece o inverso: os significados do segundo sistema é que são constituídos pelos signos do primeiro. [...] dado que uma operação fundada num princípio empírico, vale dizer, não contraditório (coerente), exaustivo e simples, a Semiótica científica ou metalinguagem é uma operação, enquanto a Semiótica conotativa não o é. [...] A noção de metalinguagem não deve ficar restrita às linguagens científicas; quando a linguagem articulada, *em seu estado denotado*, se incumbe de um sistema de objetos significantes, constitui-se em "operação", isto é, em metalinguagem [...]. (BARTHES, 1971, p. 97).

Os textos acima transcritos e a observação dos fatos conduzem à inquestionável tese da semiose ilimitada. Todo discurso, por mais hermético que seja, é uma obra aberta a, no mínimo, sua explicação, que se configura como um discurso sobre outro discurso. Essa possibilidade confirma a tese da semiose ilimitada. Com efeito, qualquer modalidade de sistema semiótico está formado de signos dessa propriedade. (ECO *apud* Lopes, 1976, pág. 19).

A possibilidade de instauração da significação, ou da função semiótica, faz com que qualquer ato de linguagem se configure como uma semiose ilimitada, por mais simples que seja o discurso. Sobre esse tema, assim se pronuncia Barthes, (1971, p. 98):

Nada impede, em princípio, que uma metalinguagem se torne, por sua vez, a linguagem-objeto de uma nova metalinguagem; [...] Esta relatividade, interior ao sistema geral das metalinguagens, permite retificar a imagem demasiado segura que se poderia ter, de início, do semiólogo diante da conotação; o conjunto de uma análise semiológica mobiliza ordinariamente, ao mesmo tempo, além do sistema estudado e da língua (denotada) que dele se encarrega mais frequentemente, um sistema de conotação e a metalinguagem de análise que lhe é aplicada; poderíamos dizer que a sociedade, detentora do plano de conotação, fala os significantes do sistema considerado, enquanto o semiólogo fala-lhe os significados; ele parece possuir, pois, uma função objetiva do deciframento (sua linguagem é uma operação) diante do mundo que naturaliza ou mascara os signos do primeiro sistema sob os significantes do segundo; sua objetividade, porém, torna-se provisória pela própria história que renova as metalinguagens.

Michel Arrivé utiliza-se deste modelo, para analisar os signos, em *Estruturação e destruição do signo em alguns textos de Jarry*. Ele ressalta que certos fragmentos metalinguísticos do texto do próprio Jarry descrevem o texto literário como uma estratificação hierarquizada de várias linhas de conteúdo. Isto, por conseguinte ocasiona a mudança de direção do projeto de estudo, ou seja, ao mesmo tempo em que se procede a estruturação do signo, trata-se de descrever sua destruição.

Para explicar a estruturação/destruição do signo, Arrivé chama a atenção para o equívoco em que o leitor pode incorrer ao ver nas palavras pouco usuais do texto de Jarry nomes de plantas exóticas, julgando assim, que a descrição tem como referente de conjunto uma ilha real ou imaginária. No entanto, nada disso é certo, conforme explica Arrivé (1975, p.83), “a Ilha Soante é a obra musical de

Claude Terrasse, e as plantas estranhas que ali vicejam são instrumentos musicais.”

Em outros termos, além de prever a estruturação do signo, Arrivé mostra o texto como destruidor de um sistema de signos, lembrando que reduzir o texto a um esquema desta ordem equivaleria literalmente a privá-lo de todo sentido ou de ausência de sentido, o que dá no mesmo.

Ao descrever os fundamentos teóricos sobre a estruturação/destruição dos signos, o autor se exprime da seguinte maneira:

O conjunto desses textos descritivos possui um caráter metalinguístico acentuado. A bem dizer, seria mais exato falar em metassemiótica. Com efeito, o plano de conteúdo dessas descrições não é constituído precisamente por uma língua, e sim por um sistema complexo de signos, que pode ser linguístico (obras pictóricas ou musicais). [...] Não existe apenas este aspecto metassemiótico. Os textos apresentam, além deste, um aspecto conotativo. (ARRIVÉ, 1975, p. 83).

Arrivé chama a atenção para a relativa complexidade desse sistema de signos. E diz que se adotarmos a terminologia de Hjelmslev e a interpretação oferecida por Barthes para as noções de metalíngua e de conotação, a fórmula a que se deve chegar é esta:

$$\begin{array}{ccc} \text{E} & & \text{C} \\ \underbrace{\hspace{1.5cm}} & & \underbrace{\hspace{1.5cm}} \\ (\text{E R C}) & \text{R} & (\text{E R C}) \end{array}$$

Com base na explicação do autor, devemos compreender esta fórmula da seguinte maneira: **E** é o plano da expressão, **C** o plano do conteúdo e **R** a relação entre os dois planos. O sistema **ERC** da parte esquerda da fórmula é o do texto de Jarry, encarado como linguagem de denotação. O todo – expressão e conteúdo – desta linguagem primeira serve de plano de expressão para um conteúdo segundo,

que é, por sua vez, uma linguagem – a do texto descrito sob as aparências da ilha. A esta linguagem é que corresponde o sistema **ERC** do lado direito da fórmula. Deve-se ainda precisar que essa mesma linguagem – pelo menos quando se trata de um texto literário – é uma linguagem de conotação. (ARRIVÉ, 1975).

Como se nota, as possibilidades de interpretação e reintegração de um texto tendem *ad infinitum*, na medida em que posso, não só lê-lo de diferentes maneiras, como também recodificá-lo em inúmeros outros sistemas semióticos.

Aplicando as reflexões acima citadas, ao universo de nossa pesquisa, verificamos uma estruturação bastante complexa na construção/destruição dos signos, no processo de transcodificação. Assim sendo, propomos o seguinte esquema:

3.3 A formação do conceito em discursos de diferentes naturezas

Examinando os contextos que sustentam e manifestam a complexa formação do *conceito*, no caso do discurso técnico-científico, contextos constituídos de textos de especialistas e da

mídia, de que se extraem os traços conceptuais, formadores de tal *conceito*, ou no caso do discurso literário, ou, ainda, no caso de diferentes discursos sociais não-literários, verifica-se, que alguns desses contextos privilegiam o *conceito stricto sensu*, outros, o *metaconceito* e, outros, enfim, o *metametaconceito*, sempre numa relação dialética de presentificação dos traços já existentes no sistema e a incorporação de novos traços decorrentes das circunstâncias específicas da enunciação e do enunciado em causa.

Em cada universo de discurso o *processo de engendramento do conceito* tem aspectos bastante específicos, que requereriam um exame minucioso, já que esse *processo*, ao lado de outras *marcas*, pode ser um caracterizador importante de universos de discurso, enquanto classes de discurso, ou de discursos manifestados. Desse modo, o *processo* de neles enfatizar, ou o *conceito stricto sensu*, ou o *metaconceito*, ou o *metametaconceito*, bem como o *processo de criação* desses subconjuntos conceptuais, nesses universos, ao longo do percurso realizado pelo enunciador do discurso em questão, nas etapas da enunciação da cognição à semiose, constituem diferenciadores relevantes de cada um deles. Apenas esses dois aspectos serão aqui considerados.

A essas normas julgamos necessário acrescentar os dois *processos* acima apontados, ou seja, as normas que se referem, respectivamente, ao *processo de criação do conceito, modus operandi* conceptual (A), instância do discurso em atualização, e ao *processo de seleção das pregnâncias*, na construção do *conceito lato sensu*, que se concluem, como *produto*, no discurso realizado (B), não só em discursos técnico-científicos, como também nos discursos literários e em distintos discursos sociais não-literários.

Vale a pena lembrar as palavras de Greimas (1976, p. 3), no tocante à organização dos discursos figurativos e não figurativos:

O rápido progresso de nossos conhecimentos sobre a organização dos discursos figurativos (folclore, mitologia, literatura) suscitou esperanças quanto à possibilidade de uma classificação e de uma regulamentação das formas narrativas que dessem lugar a uma gramática e a uma lógica narrativa [...] Reconheceu-se, em seguida, a impossibilidade de construir gramática discursiva que não desse conta, também, dos discursos não figurativos – ou que assim o parecem –, que são os discursos desenvolvidos no vasto domínio das “humanidades”, que desconhecesse os discursos que desenvolvemos nós mesmos em ciências do homem.

Quanto ao processo de construção de um conceito, *modus operandi* conceptual (A), cabe ressaltar, antes de mais nada, que esse processo pode ser “vertical” – do “fato” para o patamar cognitivo –, ou pode ser desencadeado nas relações sintagmáticas de um discurso manifestado, em que o autor vai pouco a pouco construindo, no seu texto, um *conceito* qualquer. No segundo processo, a combinatória das palavras-ocorrência vai paulatinamente configurando o recorte conceptual que o autor tem de um ‘fato’. De outro ângulo, tem-se o percurso que toma como ponto de partida o discurso manifestado, para chegar novamente ao nível conceptual, que caracteriza o *fazer interpretativo do sujeito enunciatário*, ou, noutras palavras, um *processo semasiológico*, do signo para o *conceito*, realizado por quem ouve ou quem lê; qualifica-se, assim também, o percurso lexicográfico-terminográfico, enquanto processo que parte da manifestação do nível lexemático, com as seleções, restrições e combinações sêmicas estabelecidas em discurso, para, num *metadiscurso* igualmente configurado como *fazer interpretativo*, articular semas representados por *metatermos lexemáticos*, operação de que resulta a *definição*.

Ainda na perspectiva do processo (A), deve-se observar que a construção do *conceito* assume características semânticas, sintáticas, semióticas, pragmáticas diversas, se ocorre nas linguagens de especialidade ou nos discursos literários e ou em outros discursos sociais não-literários: o modo de engendramento de um *conceito* está, *em função do universo de discurso*.

Assinalemos, aqui, uma diferença relevante: no discurso científico, sujeito e anti-sujeito correspondem frequentemente a interlocutores; no discurso literário, sujeito e anti-sujeito são instalados no texto pelo autor. No discurso científico/tecnológico, o engendramento de um *conceito* geralmente se dá em relações intertextuais/interdiscursivas de vários pesquisadores, simultaneamente à formulação da teoria que o contém; no discurso literário, uma obra pode ser autosuficiente, no engendramento de um *conceito*, numa intertextualidade intra e interdiscursiva. No discurso técnico-científico, teórico e/ou prático, assim como no discurso literário, o engendramento do conceito é sintagmático, narrativo, transfrástico; no discurso terminológico, é eminentemente paradigmático, como processo e produto final, embora resulte de extrações de contextos de natureza transfrástica.

Quanto ao processo de enunciação, é preciso considerar o papel actancial de Sujeito enunciador. No discurso técnico-científico, converte-se num ator individual e/ou coletivo, que sustenta, de toda maneira, a “visão de mundo”, os recortes culturais da comunidade científica e da área de especialidade em causa; no discurso literário, temos via de regra, um Sujeito enunciador que se converte, nas estruturas discursivas, em um ator (o autor, por exemplo, ou seu pseudônimo, ou um ator delegado, etc.); no discurso jornalístico e no discurso político, ainda que se manifeste um ator, este remete ao papel actancial de um sujeito enunciador coletivo, na medida em que deve representar aspirações, expectativas, exigências de um partido político, de uma classe social, de um grupo profissional.

Entretanto, nas relações que se estabelecem entre o *conceito*, no nível semântico-cognitivo, a *tematização* e a *figurativização*, no nível semiótico, como também no próprio processo de enunciação residem, quanto ao processo (A), as principais diferenças entre universos de discurso. De maneira geral, um *conceito* é convertido, no percurso gerativo da enunciação, em *temas*, abstratos, e em

figuras que dão “corpo”, “espessura” à ideia, acentuando seu efeito de sentido de veridicção ou verossimilhança, entendendo-se por tema a semiotização do conceito, por tematização, o processo de construção de ideias abstratas e, por figurativização, o processo de corporificação dessas ideias. Daí resultam as isotopias temáticas e as isotopias figurativas, enquanto processos de redundância sêmica. Nessas condições, um discurso filosófico, por exemplo, *tende* a ser mais abstrato, com maior incidência de isotopias temáticas; um texto literário *tende* a ser mais figurativo, com grande abundância de isotopias figurativas, embora tais distinções jamais sejam excludentes. Em outras palavras, são efetuados *recortes distintos*, tomando como ponto de partida *conceitos lato sensu*, “modelos mentais”.

Nos discursos político, jornalístico, publicitário, a (re)elaboração de um conceito, no nível semântico-cognitivo, resulta de um trabalho de equipe, na medida em que busca captar e/ou reconstruir o imaginário coletivo da sociedade ou de um segmento social. O sujeito enunciativo do discurso político, por exemplo, geralmente não fala em seu próprio nome mas em nome das diretrizes partidárias e dos interesses que esse partido procura defender. Desse modo, o *processo de cognição*, de contínua reconstrução do “saber sobre o mundo” assume características específicas, visto que se acha intimamente relacionado ao processo de “formulação do mundo”, de construção da “visão do mundo” desse grupo, como é o caso, por exemplo, do mundo semioticamente construído pelos grupos políticos que defendem os interesses dos grandes proprietários rurais.

Da mesma forma, distingue-se o engendramento do *conceito de medo*, quando tratado num discurso científico como o da clínica médica, ou quando é processado numa tragédia, no teatro.

Assim, também se pode tomar como pontos de partida, na conceptualização, os *conceitos* de *amor*, *morte*, *felicidade/infelicidade*, *possibilidade/impossibilidade* e conduzir à sua

conversão em tema, no nível semiótico, chegando a “amor impossível”. Desse ângulo, é legítimo relacionar *Romeu e Julieta* e *Orfeu Negro*. No entanto, diferenciam-se claramente, no que tange à figurativização, à espacialização, à temporalização, nas estruturas discursivas. Isso nos autoriza a propor o seguinte esquema:

Figura 7 - Do conceito e sua semiotização

Isso significa que, no percurso que vai da conceptualização à semiotização houve uma *seleção* de traços semântico-conceptuais e o correspondente recorte do recorte cultural pré-existente, *em função* das *constantes* e *coerções* características de universos de discurso. Noutros termos, as *pregnâncias* são redirecionadas.

Essa dominância de alguns elementos do *conceito* sobre outros constitui uma “escolha” do Sujeito enunciador no processo de enunciação. Um dos aspectos que caracteriza a especificidade da cognição, em diferentes universos de discurso, são as distintas *pregnâncias* de um mesmo ‘fato’: cada universo de discurso apreende e reelabora certos traços semântico-conceptuais, deixando outros traços latentes. Consequentemente, o *conceito* vai ser tematizado e figurativizado, no nível semiótico, de acordo com as *pregnâncias* o Sujeito enunciador.

Quanto aos subconjuntos conceptuais suscetíveis de ênfase nos diferentes discursos, processo (B), diríamos que o discurso técnico-científico *tende* a privilegiar o *conceptus stricto sensu* – subconjunto

dos traços que servem à conceptualização da semiótica natural – e, ainda, nos discursos que circulam na comunidade científica internacional, o *arquiconceptus*, multilíngue e multicultural. O discurso literário *tende* a dar ênfase ao *metaconceptus* – subconjunto dos traços semântico-conceptuais culturais, produzindo simultaneamente, uma modificação do recorte cultural, própria de uma reconstrução particular do mundo semioticamente construído. O discurso político e o discurso jornalístico, por exemplo, *tendem* a destacar o *metametaconceptus*, subconjunto dos traços modalizadores, manipulatórios, em busca de *eficácia* discursiva. Esquemáticamente, temos:

Universo de Discurso	<i>Modus operandi</i> Conceptual	Tendência à dominância de subconjuntos conceptuais
Discurso terminológico	Eminentemente paradigmático	<i>conceptus stricto sensu arquiconceptus</i>
Discurso técnico-científico	paradigmático-sintagmático	<i>conceptus stricto sensu arquiconceptus</i>
Discurso literário	eminentemente sintagmático	<i>metaconceptus</i>
Outros Discursos sociais não-literários	eminentemente sintagmático	<i>metametaconceptus</i>

Quadro 2 - Tendências de conceptualização

O quarto momento do percurso gerativo da enunciação de codificação é o da *lexemização*, que corresponde à conversão do *conceito* em *grandeza-signo*, *função semiótica* e/ou *funções metassemióticas*, ou seja, à passagem do nível cognitivo para o nível

semiótico, à configuração do conceito em significação, precedente à sua atualização num discurso concretamente realizado.

Impõem-se, aqui, algumas observações. No processo de conversão do *conceito lato sensu* em unidade lexical, os três subconjuntos do primeiro – *arquiconceptus*, *metaconceptus*, *metametaconceptus* –, transformados em semas linguísticos, passam a constituir o *semema* dessa unidade lexical, o qual, em nível de sistema, caracteriza-se como *polissêmico* e, muitas vezes, *polissemêmico*, ou seja, o *sobressemema*, não só por conter os traços semânticos dos três subconjuntos citados mas também por conter, eventualmente, traços semânticos de outros *conceitos lato sensu*. É o caso, por exemplo, da unidade lexical *peça*, considerada em nível de sistema.

Por outro lado, um *conceito* pode ser representado, nessa instância de semiotização, por uma ou várias unidades lexicais, respectivamente, campos lexicais unitário ou múltiplo, num mesmo texto ou em textos distintos.

De outro ângulo, uma unidade lexical pode integrar vários campos lexicais, em nível de sistema e de discurso, em função dos recortes que sustenta e da rede de relações que se estabelecem entre conceito afins, nos diferentes universos de discurso. Assim, por exemplo, *liberdade* pertence a um campo semântico do discurso político, na expressão *liberdade, igualdade, fraternidade* e pertence ao discurso publicitário na expressão “*você tem mais liberdade usando o cartão de crédito x...*”. No primeiro caso, liga-se aos conceitos de ideal de democracia e Estado de Direito, no segundo caso, ao conceito de poder aquisitivo.

Observemos, ainda, que esses processos se realizam com qualquer tipo de unidades lexicais – simples, compostas, complexas, textuais –, que, nesse nível de sistema, integram a *instância de competência* que precede e autoriza a sua atualização num discurso manifestado.

No processo de contextualização, tem-se um *epissemema* (simultaneamente, com a redução dos semas do *sobressemema*, ou seja, a seleção determinada por uma situação de discurso e de enunciação, e o acréscimo de semas do contexto, na combinatória sintagmática), de que resulta a *semiose*. Nesse nível, as unidades lexicais do discurso manifestado que representam o mesmo *conceito lato sensu* podem ocorrer como função semiótica, ou como metassemiótica *lato sensu*.

É imprescindível não confundir, mas distinguir, com toda a clareza, de um lado, as relações que se estabelecem entre subconjuntos de traços semântico-conceptuais do *conceito lato sensu*, que se situam no *nível semântico-cognitivo*, *relações intra e interconceptuais*, e, de outro lado, as *relações de significação*, que se estabelecem, por sua vez, no *nível semiótico*, entre *denotação* (*grandeza-signo*, ERC), *conotação* (*metáfora*, *metonímia*, (ERC)RC) e *metassemiótica propriamente dita*, ER(ERC)).

Cremos não ser demais repetir que o *signo-ocorrência* pode atualizar um ou outro subconjunto, ou mesmo os três subconjuntos do *conceptus lato sensu*, *sem estar* em função *conotativa* ou *metassemiótica propriamente dita*. Aqui a relação que se estabelece é entre conceito-signo. Já os *signos-ocorrência* podem estar em *função denotativa*, *conotativa*, *metassemiótica*, no que se refere aos signos que lhes serviram, de base. Nesse caso, a relação que estabelece é entre signo-signo, entre função semiótica-função semiótica.

Assim, por exemplo, *ciência* e *competência* têm um significado, como *vocábulos*, na linguagem banal, são *termos* em epistemologia e *metatermos* no octógono semiótico elaborado por Pais (1993, p. 617).

3.4 Os processos de *dessemantização* e de *ressemantização*

O mesmo conceito, ou arquiconceito, convertidos em tema 1, têm figurativizações diferentes no Discurso Científico e no Discurso Etnoliterário. Ao interpretar o Discurso A, o Discurso B dessemantiza esse mesmo discurso para ressemantizá-lo em sua constituição posterior. Esses processos são possíveis numa perspectiva intra e intersemióticas. Vale lembrar, neste ponto, as reflexões feitas por Lopes (1976, p. 19):

Os sistemas semióticos podem traduzir-se reciprocamente porque, à parte os desvios semânticos originários da peculiar organização do conteúdo que cada um deles possui, o significado que eles exprimem recobre a área da mesma cultura e é expresso pela língua natural que os modelizou. Essa propriedade dos sistemas linguísticos permite às pessoas saberem do que é que estão falando, ao se comunicar. Há até mesmo casos de tradução do “sentido” de uma pintura através de um poema – como fez Rainer Maria Rilke na sua *Quinta Elegia do Duíno*, interpretando nela a emoção que lhe havia suscitado um quadro de Picasso, *Les Saltimbanques* – sem contar o caso extremo da tradução de uma pintura através da música, narrado por Cortazar. Tais casos dão, num limite, ocasião para infindas controvérsias sobre a legitimidade das equivalências estabelecidas pelos intérpretes entre os signos dos diferentes sistemas semióticos, mas não invalidam, de nenhum modo, a possibilidade de transcodificação, já que, complementares em seus processos e substâncias, todas elas exprimem, como vimos, um mesmo complexo modelizante, no interior da mesma cultura.

Coloca-se, agora, a questão da equivalência entre o discurso A e o discurso B. Em que medida B equivale a A? Cremos não poder generalizar e dizer simplesmente que eles se equivalem, mas, sim, falar em graus de equivalência. Tomando-se a teoria dos conjuntos como modelo de formalização entre textos equivalentes, diríamos que:

a) a relação de oposição de identidade, que

$$\boxed{A} = \boxed{B}$$

é inexistente entre *texto transcodificador* e *texto transcodificado*, já que o sentido produzido no primeiro não é o mesmo sentido gerado no segundo.

b) relação de oposição de transitividade, ou seja, a intersecção entre o conjunto A e o conjunto B é diferente de zero.

Assim: $\boxed{A} \cap \boxed{B} \neq \emptyset$, sendo esta intersecção uma variável, pois temos as seguintes possibilidades:

No caso de nossa pesquisa, em que o texto A é interpretado em texto B, temos o primeiro tipo de relação, já que conceitos e termos de A são transpostos para B, porém numa sintagmatização diferente, conservando, entretanto, a *atorialização* primitiva. A *actorialização* e a *atorialização* permanecem idênticas, projetadas em *temporalização*, *espacialização* e *aspectualização* diferentes.

c) Relação de oposição disjuntiva, em que

$$\boxed{A} \cap \boxed{B} \neq \emptyset, \text{ ou seja, nenhum conceito,}$$

nenhum termo comum ao discurso A e discurso B. A pesquisa parece não revelar nenhuma ocorrência deste tipo de relação.

d) Relação de oposição inclusiva, segundo a qual **A** contém **B**

Comparando-se o texto A e o texto B de nossa pesquisa, verifica-se que, no que concerne a alguns conceitos e alguns termos, o segundo tipo de texto, ao *transcodificar* o primeiro, faz uma redução bastante significativa, dos pontos de vista qualitativo e quantitativo, e só o estudo do primeiro dá conta de abarcar o universo todo do texto de base. Em qualquer tipo de relação, entretanto, o sincretismo de leitura estabelecido entre B e A, possibilita uma compreensão um pouco mais eficaz da mensagem científica.

Essa situação de comunicação é bastante peculiar, pois o autor do texto B, conscientemente se coloca no papel do gerador de um texto que facilite a leitura e compreensão do texto A. A intencionalidade do sujeito de enunciação, nesse caso, produz um quadro de referência, da mesma mensagem, comum ao remetente e ao destinatário. Sobre isso, assim se pronuncia Lopes (1976, p. 249):

Uma situação de comunicação linguística estabelece-se quando dois indivíduos participam do ato de fala e uma informação qualquer – um saber – transita de um para o outro. Esse ato de troca envolve não um objeto (referente ou denotatum) mas um saber (um designatum) e a única condição para que a comunicação se realize do modo mais cabal consiste na posse, pelo destinatário da mensagem, de um prévio saber (implícito) sobre o saber em transmissão, possuído e realizado, no ato da fala, pelo destinador da mensagem.

As palavras acima levam a crer que a inteligibilidade pretendida, com a “facilitação da leitura” proposta, pelo destinador do texto B de nossa pesquisa, só será alcançada se houver por parte do destinatário um “prévio saber implícito”. Parece claro, pois, que *a inteligibilidade requer um querer-fazer, um poder-fazer e um saber-fazer* da parte do remetente, e se isso corresponde às perspectivas do(s) destinatário(s) da mensagem/texto.

3.5 Natureza e função do texto *transcodificado* e do texto *transcodificante*: tipos de relação e graus de equivalência

Os textos analisados e descritos neste trabalho apresentam a complexidade de estruturação mostrada no item anterior. Além dessa intrincada rede de relações, há outros aspectos que merecem ser aqui destacados: o *tipo de articulação* que se estabelece entre o texto interpretado (A) e o texto interpretante (B); e o *grau de equivalência* estabelecido entre A e B. Focalizando o tipo de relação constata-se que são muito específicas e caracterizadoras. Com efeito, as relações de intertextualidade, neste tipo de discursos, são necessárias e não eventuais, pois a leitura e compreensão do texto B, só pode ter uma certa eficácia se o leitor tem conhecimento do texto A, o contrário não sendo verdadeiro. É no sincretismo de um e de outro, que aflora o sentido desejado. O texto B não tem uma referência autoincidente, ele é birreferencial, na medida em que os termos e conceitos científicos e tecnológicos aí expostos criam uma referência própria, porém calcados na referência do texto transcodificado. Ele não cria conceitos de conceitos, ele os retoma.

Entretanto, isso não retira a especificidade de tratamento dos dados nos dois tipos de discurso: uma coisa é o ‘fato científico’ tratado no ‘discurso científico’, outra coisa é esse mesmo ‘fato’ tratado no ‘discurso poético’.

Esse tipo de relação necessária, a *transreferencialidade* entre texto A e texto B, determinam uma outra característica bastante peculiar ao texto B, no que concerne à possibilidade de leituras diversas da obra literária, em particular da obra poética. Nesse aspecto são importantíssimas as observações feitas por Greimas (1976, p. 27):

A possibilidade de leitura pluri-isotópica dos textos, dificilmente admitida pelos defensores da linearidade dos discursos, não é peculiar aos discursos poéticos (um conto popular, o “Chapeuzinho Vermelho”, por exemplo, pode ser lido ao mesmo tempo nas isotopias culinária e sexual); constitui, entretanto, uma de suas características frequentes. Assim, para um soneto de Mallarmé, F. Rastier distingue três leituras isotópicas possíveis: o soneto narra ao mesmo tempo a história do “banquete” e a de uma “navegação”, estando as duas narrativas subtendidas por uma problemática narrativizada da “escritura”. O mesmo acontece com a leitura de A. Jarry, onde M. Arrivé reconhece a isotopia excremental, a religiosa e a sexual. Deveria ficar claro que a pluri-isotopia do texto não tem nada que ver com a “infinidade de leituras possíveis”, expressão muito em voga e que tende a negar a possibilidade de qualquer análise científica de obras literárias: com efeito, pode ser “infinito” o número das leituras possíveis, mas essas variações dependem exclusivamente da *performance* dos leitores, sem com isto “destruir” ou “desestruturar” o texto.

Pois bem, seja quanto ao aspecto da *pluri-isotopia*, seja quanto ao aspecto da “infinidade de leituras possíveis”, conquanto os textos de literatura de Cordel pudessem ter as duas características, por ser um “texto poético”, a intertextualidade estabelecida com o texto científico *limita* tanto a pluri-isotopia, quanto a infinidade de leituras possíveis. A leitura isotópica é direcionada pelo tema predominante do texto A, e a “infinidade de leituras possíveis” reduz-se à sugerida por esse mesmo texto. Diríamos que ambos, texto A e texto B, são monotemáticos, porém plurinarrativizados. O tipo de narrativa, o do texto poético apresenta-se, entretanto, como facilitador da apreensão do tema, seus conceitos, sua terminologia.

Além das questões da *plurirreferencialidade*, da *monoisotopia* e da *limitação da infinidade de leituras possíveis*, há que se abordar a não menos complexa questão do estatuto da *enunciação do texto B*, o da literatura de Cordel.

É perfeitamente normal que o sujeito da enunciação poética esteja presente, de uma maneira ou de outra, no processo de produção do objeto poético, e nesse próprio objeto: é este até um dos critérios que permitem distinguir a literatura escrita da literatura oral. Todavia, o fato de ser característico da manifestação escrita já o priva de uma parte de sua espontaneidade criativa, de que se supõe seja ele o refúgio. [...] Ou a enunciação é um ato produtor não-linguístico e, como tal, escapa à competência do semiótico, ou então ela se acha presente, de uma maneira ou de outra, – como um pressuposto implícito no texto, por exemplo – e, neste caso, a enunciação pode ser formulada como um enunciado de um tipo particular, isto é, como enunciado dito enunciação, por comportar outro enunciado como seu actante-objeto, vendendo-se, portanto, reintegrada na reflexão semiótica que vai procurar definir o estatuto semântico e gramatical de seu sujeito. No plano semântico, o *enunciado dito enunciação* aparece como uma isotopia possível do discurso poético. (GREIMAS, 1976, p. 27).

Se um enunciado resulta da formulação de Relações de Designações identificadas (Pottier, 1978, p. 53) $En = [F\{D_1 R. D_2 R..\}]$, verifica-se que, no discurso poético, a classe da formulação, ou seja, da projeção do sujeito de enunciação sobre a questão enunciada, é muito maior que no discurso científico, em que as designações são as destacadas. Em outras palavras, o discurso científico apresenta um grau de objetividade muito grande, ao passo que a subjetividade de Formulação de enunciado é uma das principais características do discurso poético. Isso muda substancialmente o “fato enunciado”, que tem um perfil no Discurso Científico e, outro, muito diferente no Discurso Poético, que dentre outras coisas, modaliza *in extremis* o objeto descrito.

Isso confere a ambos os discursos, características muito diversas quanto à “motivação” dos mesmos signos utilizados no discurso científico e no discurso poético.

Se partirmos do princípio de que todos os signos são motivados, a variação que ocorre é que, no *continuun* da maior e da menor motivação sígnica, o grau de motivação do signo científico é muito menor que a do discurso poético, conforme explica Greimas, 1976, p. 27):

Na qualidade de signos, vale dizer na instância de sua manifestação numa língua natural, os objetos poéticos podem ser ditos motivados, desde que se entenda por motivação, dentro da tradição saussureana, a existência de relações não-arbitrárias entre o significante e o significado. Entre a motivação por assim dizer absoluta, tal como a encontramos no grito situado no limite da linguagem humana, e o caráter imotivado dos signos, devido à ausência de isomorfismo dos planos do significante e do significado no momento de sua manifestação, instala-se a *motivação poética*, susceptível de ser definida como a realização das estruturas paralelas e comparáveis que estabelecem correlações significativas entre os dois planos da linguagem fornecendo, com isto, um estatuto específico aos signos-discursos assim manifestados.

Da análise e discussão dos dados que compõem o *corpus* de nossa pesquisa, o leitor há de formar sua própria opinião. De um lado, a *transreferencialidade*, a *transtextualidade* e a *transtematização* retira ou esvazia um pouco as questões acima colocadas. De outro lado, ficam as perguntas, as dicotomias de Saussure, língua x fala, eixo paradigmático x eixo sintagmático, diacronia x sincronia, mutabilidade x imutabilidade, conservação x mudança têm a mesma concepção no Cordel? As regras gramaticais, no cordel, sofrem variações de conceitos? Procuraremos apontar para algumas soluções quando da observação dos dados.

As palavras de Durigan (1975, p. 7), e o esquema por ele proposto, parecem esclarecer um pouco essa questão:

A nosso ver, o desenvolvimento da Poética surge com o conceito formulado por Greimas de *articulação dupla*. Para este autor, a mensagem com função poética se diferencia de outras mensagens na medida em que presentifica um discurso capaz de articular simultaneamente os dois planos da linguagem. Nesse sentido, a linguagem poética se constituiria como o *interpretante* (portanto, um outro sistema

de significação) de um sistema de significação elementar. Ela tenta *representar* (seria *iconizar*, para Peirce), por meio de novas categorias lógicas disjuntivas, um sistema de significação básico (para Greimas, o sistema das línguas naturais). Esquemáticamente, teríamos:

Essa abordagem científica, conforme esclarece o autor, do discurso poético, nos remete para o desafio concreto da descrição desse

3.5.1 Graus de equivalência entre *texto interpretante* e *texto Interpretado*

O interpretante é um operador semântico que executa basicamente duas operações: de tradução *intracódigo* e da tradução *entre códigos*. Com essas palavras, Lopes (1976) nos coloca a problemática da sinonímia e da parassinonímia, pois define essa questão como um fenômeno derivado desse relacionamento parafrástico entre os signos.

Inserindo nossa pesquisa nessa problemática, a pergunta que se coloca é a seguinte: seria o texto *interpretante* – o Cordel – sinônimo do texto *interpretado* – o texto científico? A resposta é “não”! O argumento nos é dado pelo próprio autor: *o interpretante* é um signo metalinguístico (ou um conjunto deles) capaz de propor uma equivalência entre dois códigos, um dos quais – aquele a que pertence o *interpretante* – é melhor conhecido do que o outro – o

código objeto –, e pode, por essa razão, esclarecê-lo. Em outros termos, o *interpretante* evidencia a *isomorfia*.

O *interpretante* propõe-se como um modelo que simula possuir as propriedades possuídas pelo signo ou código que ele interpreta. Se, dados dois conjuntos, A e B, os elementos integrantes do conjunto A se correspondem, *de um ou outro modo*, com outros tantos elementos do conjunto B, dizemos que existe uma isomorfia entre os conjuntos A e B. Assim, há isomorfia, por exemplo,

(a) entre o conjunto dos pontos de uma linha reta e o conjunto de todos os números reais (RESNIKOV, 1972, p. 222);

(b) entre uma casa e a planta de acordo com a qual ela foi construída;

(c) entre um televisor e o seu esquema.

Como se vê dos exemplos acima, a relação entre os dois conjuntos envolvidos não é de *cópia*, mas, sim, de *analogia*: trata-se de uma *relação lógica*. (LANGER, 1969, p. 15).

Perceptualmente, a *isomorfia* (e a *isotopia*) se define como o *resultado da evidenciação das propriedades possuídas em comum por dois códigos diferentes*: a função cognitiva da isomorfia é a de efetuar a aproximação dos dois conjuntos (códigos, signos) através de uma *operação conjuntiva*, para poder propor a sua *correspondência*.

Mas, ao estabelecer essa correspondência, a isomorfia (e, também, a isotopia), *não afirma a identidade dos dois conjuntos envolvidos*. A correspondência entre dois elementos que se comparam não é nunca perfeita, absoluta; em outros termos, *isomorfia não significa homomorfia* (e *isotopia* não significa “*homotopia*”): assim, a planta de uma casa não é uma casa, e as máquinas são construtos análogos aos seres vivos, mas não são seres vivos (elas não possuem, por exemplo, a característica

quanto à referencialidade, tem os mesmos referentes cognitivos, mas tem referentes associativos diferentes.

Observamos, também, aspectos relevantes concernentes ao *modus operandi* conceptual e ao direcionamento das pregnâncias, como possíveis caracterizadores, dentre outros, de linguagens de especialidade, de discursos literários e de discursos sociais não-literários.

4. ESTABELECIMENTO DO *CORPUS* E METODOLOGIA

....o meu propósito não é ensinar aqui o método que cada um deve seguir para bem conduzir a sua própria razão, mas somente de que maneira procurei conduzir a minha.

(Descartes)

4.1. Etapas da pesquisa

4.1.1 Delimitação do universo da pesquisa

A delimitação de um campo de conhecimento, embora seja uma tarefa relativamente árdua, é fundamental para se dar início a qualquer atividade de pesquisa.

As ciências e as tecnologias, para alcançarem tais estatutos, precisam delimitar seu objeto formal, processo que se efetua por meio da *percepção, estruturação, apreensão e modelagem dos fatos*, que passam a existir para as áreas conforme foram estruturados.

Com vistas a facilitar o nosso trabalho de coleta de dados, tentamos estabelecer uma hierarquia composta de três níveis de abrangência: *campo de estudo, tema e objeto de estudo*. Desse ângulo, escolhemos a *linguagem* como campo de nossa pesquisa; a *metalinguagem científica* como tema, e a *transcodificação de textos científicos em textos de literatura de cordel* (etnoliterários) como objeto de estudo. Esses níveis de abrangência encontram-se, assim, representados:

4.1.2 Estabelecimento do *corpus*

Após as delimitações do campo, tema e objeto de estudo, uma das etapas mais importantes para a realização de uma pesquisa com fins acadêmicos é a que trata do estabelecimento do *corpus*. É pois, a partir da constituição do *corpus* ou *corpora* que as demais etapas são desenvolvidas.

Na definição de Auger e Rousseau (1987), *corpus* é um conjunto de enunciados suscetíveis de análise. Do seu criterioso levantamento depende tanto o rigor do trabalho a ser empreendido quanto o valor do léxico.

Considerando as observações acima, bem como a de outros autores, no momento da escolha do *corpus* de nossa pesquisa foram utilizados os critérios de *confiabilidade* e *adequação*. O primeiro deve atestar que as fontes selecionadas são frequentemente utilizadas pelos especialistas da área em questão, com grande alcance no tempo e no espaço; o segundo, importante e fundamental – o da *adequação* - “envolve os criadores do corpus, mas atinge principalmente seus usuários”.

Em relação ao critério da representatividade, tido por diversos autores como um dos mais importantes, mas não arrolado neste trabalho, parecem de grande relevância as palavras de Berber Sardinha a esse respeito:

Por mais que muitos dos *corpora* tentem ser representativos de uma língua como um todo ou de uma variedade dela, não são necessariamente adequados à investigação de qualquer característica linguística. (SARDINHA, 2004, p.28-29).

O autor observa, ainda, que, mesmo um *corpus* considerado representativo possui seus limites. E não garante que todas as perguntas da pesquisa sejam respondidas. Ele ajuda a responder apenas algumas questões. Em suma, a representatividade de um

corpus pouco significa se prescindir da adequação. Neste sentido, cabe ressaltar que a adequação de um *corpus* pressupõe perguntas e/ou hipóteses adequadas aos propósitos da investigação, pois sem isso a pesquisa perde o sentido. Em outras palavras, o *corpus* ou os *corpora* devem estar diretamente relacionados e afinados com os objetivos da pesquisa.

Tendo em vista as observações acima, e considerando a natureza transdisciplinar desta pesquisa, estabelecemos dois tipos de *corpora*, assim, classificados:

(i) ***corpus* base ou fundamental**¹⁰ - constituído das leituras de obras que preencheram a necessidade de fundamentação teórica e metodológica nas áreas de Linguística, Semiótica, Semântica e Terminologia. Assim, por exemplo, recorremos a obras de autores como: GREIMAS (1976;1979), BARTHES (1972;1991), HJELMSLEV (1968), PAIS (1993), LYONS (1979), BOUTIN-QUESNEL (1985), LOPES (1976), MARCUSCHI (2005), ARRIVÈ (1975), BARBOSA (1984;1992;1993), CABRÉ (1993;1999), etc.

(ii) ***corpus* de análise**¹¹ - constituído por dois conjuntos de obras, classificadas, no âmbito desta pesquisa, como textos *científicos* ou *transcodificados* e textos *etnoliterários* ou *transcodificantes*. Pertencem ao primeiro conjunto *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra e o *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure; representam o segundo conjunto *Lições de Gramática em Versos de Cordel*, de Junduhí Dantas, e *A vida e as idéias geniais e dicotômicas do pai da ciência da linguística Ferdinand de Saussure*, de Carlos Lira.

A seguir, será apresentado o detalhamento do *corpus* de análise.

¹⁰ Denominação nossa

¹¹ Denominação usada por AUGER e ROUSSEAU (1987).

4.1.3 O *corpus* de Análise

4.1.3.1 Ficha técnica das obras constituintes do *corpus* de análise

Textos científicos transcodificados	Textos etnoliterários transcodificantes
<p>Título: <i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i></p> <p>Autores: Celso Cunha & Lindley Cintra</p> <p>Ano de publicação: 2008</p> <p>Edição: 5ª, 2ª impressão</p> <p>Editora: Lexikon</p> <p>Nº de páginas: 761</p>	<p>Título: <i>Lições de Gramática em Versos de Cordel</i></p> <p>Autor: Junduhí Dantas</p> <p>Ano de publicação: 2009</p> <p>Editora: Vozes</p> <p>Nº de páginas: 118</p>
<p>Título: <i>Curso de Lingüística Geral</i></p> <p>Autor: Ferdinand de Saussure</p> <p>Ano de publicação: 1977</p> <p>Editora: Cultrix</p> <p>Edição: 8ª</p> <p>Nº de páginas: 279</p>	<p>Título: <i>A vida e as ideias geniais e dicotômicas do pai da ciência da linguística Ferdinand de Saussure</i></p> <p>Autor: José Lira</p> <p>Ano de publicação: 1995</p> <p>Editora: Coqueiro</p> <p>Nº de páginas: 19</p>

Quadro 3 – Obras constituintes do corpus de análise

4.2 Perfil dos textos constitutivos do *corpus* da pesquisa – os textos *transcodificados e transcodificantes*

4.2.1 *Nova Gramática do Português Contemporâneo*

Trata-se de uma gramática prescritiva, também conhecida como Gramática Normativa ou Gramática Escolar. Neste tipo de gramática apenas o padrão culto da língua é considerado. São dois os objetos da gramática prescritivista: o ensino da norma culta gramatical e o da ortografia.

Seus autores, Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra (2008, p.xxiv), caracterizam-na como uma “tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá”.

Sobre alguns aspectos metodológicos da obra, convém que se faça uma breve referência, com base no que descreveram seus autores a esse respeito: é dada uma acurada atenção às diferenças no uso entre as modalidades nacionais e regionais do idioma, sobretudo às que se observam entre a variedade nacional europeia e a americana; no estudo da fonética e da fonologia há uma preocupação com estabelecimento de equivalência entre os conceitos e a terminologia tradicionais e os da fonética acústica e da fonologia moderna; no estudo das classes gramaticais de palavras, a palavra é examinada em sua forma, a seguir, em sua função, de acordo com os princípios da morfossintaxe; o último capítulo, intitulado *Noções de versificação*, é, de acordo com os autores, uma complementação do estudo da entoação da prosa, assunto tratado no capítulo 7.

4.2.2 Curso de Linguística Geral (CLG)

O Curso de Linguística Geral, como o próprio título indica, foi em sua origem um curso ou, mais precisamente, uma série de cursos que Saussure proferiu na Universidade de Genebra, de 1907 a 1911. Convém ressaltar que tais cursos não eram dados de forma ininterrupta, mas uma vez a cada dois anos. As anotações das aulas feitas pelos alunos, e a reunião dos manuscritos de Saussure resultaram no livro, publicado em 1916, por Charles Bally e Albert Sechehaye, discípulos do mestre genebrino, com o precioso auxílio de Albert Riedlinger, ouvinte dedicado dos dois primeiros Cursos (ARRIVÉ, 2010).

O CLG é uma obra clássica, base dos estudos linguísticos modernos. Nele foram definidos, pela primeira vez, alguns dos conceitos-chaves como *sincronia* e *diacronia*, *língua* e *fala*, *significante* e *significado*, *a noção de língua como sistema de signos*, etc. É em torno desses conceitos que giram não só as discussões das modernas correntes da linguística como também as formulações estruturalistas de outras disciplinas. Todos os continuadores e mesmo os contraditores reconhecem o valor e o pioneirismo da obra. A publicação do CLG em língua portuguesa foi levada a cabo pela Editora Cultrix. A primeira edição da obra contou com o apoio da Editora da Universidade de São Paulo. E foi traduzida por José Paulo Paes e Izidoro Blikstein a partir do texto definitivo da edição francesa, organizada por Charles Bally, Albert Sechehaye e Albert Riedlinger. Vale lembrar que a edição brasileira do CLG traz um prefácio especialmente preparado para ela. Esse prefácio é de autoria do Prof. Isaac Nicolau Salum. Neste trabalho está sendo utilizada a 8ª edição brasileira, de 1977.

4.2.3 *Lições de Gramática em Versos de Cordel*

Trata-se, de fato, de lições de gramática por meio de um gênero de poesia popular, o cordel. Seu autor, o paraibano Janduhi Dantas, consegue *transcodificar*, ou, de acordo com Ernanni Terra¹² (2009, p. 7), “*traduzir*, um conhecimento normalmente acadêmico e livresco em um saber acessível a todos, mesmo àqueles que não tiveram acesso à escolarização formal”.

Lições de Gramática em versos de cordel apresenta em sua estrutura cinco tópicos. O primeiro deles, **FONOLOGIA**, subdivide-se em nove subtópicos: Emprego de algumas letras (20 sextilhas); Grafia correta de algumas palavras (20); Uso dos porquês (07); Fonema e Letra (01 sextilha); Dígrafo e Dífono (01); *Prosódia e Ortoépia* (24); Sílabas (08); Acentuação Gráfica (20); *Emprego da vírgula* (09). O segundo tópico, **SEMÂNTICA**, subdivide-se em cinco subtópicos: Significação e emprego de palavras e expressões (32); Sinônimos (01); Antônimos (01); Homônimos (27); Parônimos (27). **MORFOLOGIA**: As classes gramaticais (09); Plural dos substantivos (04); Substantivos Coletivos (03); Gênero dos adjetivos (02); Emprego do artigo (03); Emprego do pronome (12); Emprego da crase (19). **SINTAXE**: Frase, Período e Oração (02); Tipos de sujeito (06); Tipos de predicado (06); Complemento nominal x Adjunto adnominal (04); Aposto e Vocativo (03); Complementos verbais (03); Concordância nominal (16); Colocação pronominal (05); Concordância verbal (03); Emprego de alguns verbos (17); Regência nominal (23); **O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO** é o último tópico da LGVC e apresenta seis subtópicos: O alfabeto (02); O acento agudo (05); O acento circunflexo (02); O acento diferencial (02); O trema (04); O hífen (06). No total são 359 sextilhas.

¹² Autor da *Apresentação* da obra em questão; autor de *Curso Prático de Gramática*, publicado pela Editora Scipione.

Lições de gramática em versos de cordel é, de acordo com Terra (p.7), uma gramática completa, pois ele considera que a mesma abrange todo o conteúdo gramatical, e os conceitos são apresentados com clareza, ritmo e humor.

4.2.4 A vida e as ideias geniais e dicotômicas do pai da ciência da linguística Ferdinand de Saussure

Trata-se de uma publicação de um folheto no formato tradicional, 11x15, em que o seu autor, Carlos Lira¹³, resgata um texto canônico – *Curso de Linguística Geral* - extraíndo dele as principais dicotomias tratadas por Saussure e abordando-as sob a forma de versos de cordel. São 39 sextilhas distribuídas em vinte páginas. A linguagem é atualizada para se adequar a um público específico, porém mais abrangente. O autor inicia seus versos com a definição de Linguística e os encerra ressaltando que, apesar de algumas críticas, os pensamentos de Saussure constituem a base da linguística moderna.

4.3 Definição do público-alvo

Esta pesquisa, de natureza transdisciplinar, aponta para duas perspectivas de utilização, uma teórica e outra aplicada. Para a primeira perspectiva tem-se como público-alvo alunos de Letras e Linguística, tendo em vista os modelos teóricos apresentados e desenvolvidos; para a segunda – a que possibilita sua eventual aplicação -, pressupõe como público-alvo professores e alunos do

¹³ Poeta, contista e tradutor. Nasceu na Paraíba, em 11 de agosto de 1946. Viveu parte da infância no interior de São Paulo e morou depois no Ceará e em seu Estado natal, antes de fixar residência em Recife (PE). Depois de aposentar-se do serviço público, em 1994, formou-se em Letras em 1999, com bacharelado em Tradução, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Fez especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Inglês pela Faculdade de Filosofia do Recife (Fafire), em 2000, e mestrado em Letras e Literatura, em 2004, pela UFPE.

Ensino Fundamental (EF), do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e do Ensino Médio (EM) de Escolas Públicas. A este segundo público parece de grande relevância a análise de textos monotemáticos, em que o texto de partida/científico, neste trabalho denominado *transcodificado*, apresenta alta densidade terminológica, o que, em geral, dificulta o processo de compreensão/decodificação por parte do aluno.

4.4 Ficha de levantamento dos dados

O modelo de ficha de levantamento dos dados varia de acordo com a natureza do projeto de pesquisa. Cada pesquisador determina o tipo de unidades linguísticas e de dados a serem recolhidos e, a partir daí, elabora um modelo de ficha, contendo *campos*, isto é, áreas predeterminadas reservadas ao registro de um tipo específico de dados (Boutin Quesnel, 1985, p.28). A quantidade de campos, bem como suas funções variam segundo as necessidades de registro das informações, que, por sua vez, também variam de acordo com a natureza da unidade linguística estudada e as características particulares da pesquisa em questão.

Tendo em vista tais considerações, o modelo de ficha utilizado para o levantamento e análise dos *contextos comparativos* de nossa pesquisa foi elaborado a partir de paradigmas lexicográficos e terminológicos. O número de campos constatou-se suficiente e as informações registradas mostraram-se pertinentes aos objetivos do trabalho. Embora a ficha tenha sido informatizada, não foi aplicado nenhum gerenciador de banco de dados por se tratar de aspectos que envolvem a análise de contextos. Os campos constantes na ficha são os seguintes:

- ♦ campo 1. **Número da ficha:** apresenta o número referente a cada ficha analítica de contextos. Quando os contextos de análise forem muito extensos, sendo necessário

sua continuação na(s) página(s) seguinte(s), não será aberta uma nova ficha; empregaremos a palavra continuação em sua forma abreviada (cont.);

♦ campo 2. **Tópico:** indica o assunto em seu aspecto macro. Ele contém o subtópico a ser observado no contexto analítico.

♦ campo 3. **Subtópico:** é o elemento a ser comparado e analisado em seus graus de equivalência no contexto extraído dos textos científicos e etnoliterários.

♦ campo 4. *Texto científico (A) transcodificado.* No caso desta pesquisa, *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e *Curso de Linguística Geral*.

♦ campo 5. *Texto etnoliterário (B) transcodificante* – o cordel. Representam essa modalidade de texto os cordéis, *Lições de gramática em versos de cordel* e *A vida e as ideias geniais e dicotômicas do pai da ciência da lingüística Ferdinand de Saussure*.

♦ campo 6. contexto: apresenta a transcrição dos contextos/excertos dos dois conjuntos de textos, a serem comparados em seus graus de equivalência.

♦ campo 7. **Autor/Fonte:** traz as indicações de autor e fonte. No caso do autor (ou autores) a indicação será por meio do sobrenome, em caixa alta; em se tratando da fonte, o ano de publicação da obra e a página em que se encontra o contexto.

♦ campo 8. **Graus de equivalência:** identifica os graus de equivalência entre os textos (A) e (B), ou seja, o científico/transcodificado e o etnoliterário/transcodificante. Esse campo subdivide-se em quatro subcampos:

implicação recíproca total: indica uma relação de oposição de identidade $A=B$. Para que isso ocorra é necessário que o sentido produzido no texto etnoliterário/transcodificante seja o mesmo sentido gerado no texto científico/transcodificado.

implicação recíproca parcial: indica uma relação de oposição inclusiva. Significa que os contextos analisados apresentam, em suas definições ou explicações, muitos significados em comum, mas não coincidem totalmente.

implicação recíproca fraca: indica uma relação de oposição de transitividade, ou seja, o texto *etnoliterário transcodificante*, o cordel, possui poucos significados em comum com os do texto científico *transcodificado*.

implicação recíproca inexistente: indica uma relação de oposição disjuntiva. Esse tipo de relação ocorrerá se não houver entre os textos A e B nenhum conceito ou termo em comum.

A seguir, apresentamos, primeiramente, o modelo da ficha utilizada, com os campos vazios. Em seguida, à guisa de ilustração, duas fichas com todos os campos preenchidos.

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS
Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº	Tópico:	
	Subtópico:	
Texto científico (A) transcodificado		Texto etnoliterário (B) transcodificante – Cordel
Contexto(s)		Contextos(s)
Autor/Fonte: CUNHA&CINTRA NGPC, 2008, pp. xxx-xxxi		Autor/Fonte: DANTAS LGVC, 2009, pp. 111-112
<p align="center">Graus de equivalência</p> <p> Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial () Implicação recíproca fraca () Implicação recíproca inexistente () </p>		

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 01	Tópico: NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO	
	Subtópico: MUDANÇAS NA ACENTUAÇÃO – O ACENTO AGUDO	
Texto científico (A) transcodificado		Texto etnoliterário (B) transcodificante – Cordel
Contexto(s)		Contextos(s)
MUDANÇAS NA ACENTUAÇÃO E NO USO DO TREMA Os ditongos abertos tônicos <i>éi</i> e <i>ói</i> Perdem o acento agudo quando caem na penúltima sílaba (portanto, de palavras paroxítonas: <i>idéia(s) passa a ser ideia(s)</i> <i>jóia(s) passa a ser joia(s)</i> <i>geléia(s) passa a ser geleia(s)</i> <i>tramóia(s) passa a ser tramoia</i> <i>epopéia(s) passa a ser epopéia</i> <i>apóia passa a ser apola</i> <i>diarréico(s) passa a ser diarreico(s)</i> <i>heróico passa a ser heroico</i> <i>hebréia passa a ser hebreia</i> <i>debilóide(s) passa a ser debiloide(s)</i> !Cuidado: o acento não cai se incide nesses ditongos em sílabas tônicas de palavras oxítonas (com acentoônico na última sílaba) ou proparoxítonas (com acentoônico na antepenúltima sílaba): <i>anéis continua anéis</i> <i>herói(s) continua herói(s)</i> <i>fiéis continua fiéis</i> <i>anzóis continua anzóis</i> <i>axóideo(s) continua axóideo.</i>		O ACENTO AGUDO SEM ACENTO Das palavras <i>paroxítonas</i> O Acordo teve a ideia De excluir o acento agudo (<i>estrela, joia, assembleia...</i>) Em que <i>eu, oi, ei</i> são tônicos – <i>Jiboi-a, boi-a, platei-a...</i> ATENÇÃO! Pras palavras <i>paroxítonas</i> a regra é válida somente, para <i>oxítonas</i> continua como era antigamente: <i>escarcéu, herói, pastéis...</i> a esse detalhe atente! COM ACENTO Em se tratando de oxítônica, continua a existir acentos se a última letra da palavra é <i>u</i> ou <i>i</i> . Desse caso veja exemplos em <i>tuiuiú, Piauí</i> . [...]
Autor/Fonte: CUNHA&CINTRA NGPC, 2008, pp. xxx-xxx		Autor/Fonte: DANTAS LGVC, 2009, pp. 111-112
Graus de equivalência Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial (x) Implicação recíproca fraca () Implicação recíproca inexistente ()		

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 07	Tópico: OBJETO DA LINGUÍSTICA	
	Subtópico: A LINGUA: SUA DEFINIÇÃO	
Texto científico (A) <i>transcodificado</i>		Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i>
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>Mas o que é a <i>língua</i>? Para nós, ela não se confunde com a <i>linguagem</i>; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo um produto social da faculdade de <i>linguagem</i> e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a <i>linguagem</i> é multiforme e heteróclita; a cavaleiro sobre vários domínios, simultaneamente física, fisiológica e psíquica, ela pertence ao campo individual e ao campo social; não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.</p> <p>A <i>língua</i>, pelo contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da <i>linguagem</i>, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação.</p> <p>[...]</p>		<p>A <i>linguagem</i>, diz o "Curso", É um fato social E é para nossa ciência A matéria principal, Em todas as várias formas Dessa expressão cultural.</p> <p>Mas a <i>linguagem</i> abrange Gesto, sinal, fala, ação, Qualquer atitude humana Para a comunicação, E esse campo é muito vasto Para abordar a questão.</p> <p>A <i>língua</i>, então: eis o ponto Que nos compete estudar, O objeto definido, Distinto e particular, Que vale por ela mesma E ocupa aqui seu lugar.</p> <p>A <i>língua</i>, por outro lado, É uma dupla entidade, Tem duas faces opostas, De aparente ambigüidade, Sendo abstrata e concreta Na sua diversidade.</p>
Autor/Fonte: SAUSSURE, CLG, 1977, p. 17		Autor/Fonte: LIRA, VIPCL, 1995, p. 11
Graus de equivalência		
Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial (x) Implicação recíproca fraca () Implicação recíproca inexistente ()		

No concernente aos procedimentos metodológicos, examinamos, inicialmente, os dois conjuntos de textos - os científicos e seus correspondentes etnoliterários, os cordéis - . As leituras dessas obras propiciaram não apenas o conhecimento mais aprofundado do objeto de nosso estudo, mas também constituíram-se nas principais fontes de extração dos contextos de análise. Possibilitaram, ainda, a aquisição de informações complementares para eventuais notas de natureza linguística, que a princípio, constariam nas fichas.

Após as várias leituras e o exame minucioso do conteúdo dessas obras, passamos a selecionar os tópicos e subtópicos que constariam nas fichas. Neste ponto a pergunta fundamental foi qual ou quais critérios adotar para a referida seleção? No caso do Curso de Linguística Geral (CLG) e o seu correspondente etnoliterário, tínhamos claro que os tópicos recairiam sobre as principais dicotomias tratadas por Saussure.

Já, em se tratando da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e o seu correspondente *etnoliterário/transcodificante*, optamos por tópicos que são sistematicamente abordados nas aulas de Língua Portuguesa e, preferencialmente, aqueles tidos como "difíceis", "complicados" pelos alunos.

Na transposição dos contextos, tentamos manter a máxima fidelidade ao texto de origem, preservando não apenas os recursos tipográficos utilizados pelos autores, mas também, no caso específico do CLG e de seu *transcodificante*, respeitando a ortografia não atualizada. Julgamos necessário, entretanto, no caso dos contextos analíticos extraídos do CLG, destacar alguns termos nucleares, de acordo com o propósito da pesquisa. Nos casos em questão esses termos aparecem em itálico e negritados. Caso por exemplo de ***língua*** e ***linguagem***.

5. ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

5.1 Análise qualitativa dos dados

Neste item apresentamos em primeiro lugar, a título de amostragem, a nossa proposta de desenvolvimento do “*conhecer*”, por meio da comparação analítica do texto científico e seu *transcodificante*. O produto dessa análise, fruto de reflexão crítica, conduz a um “saber” sobre o objeto, calcado em um conhecimento sincrético e reflexivo que pondera supressões e acréscimos num procedimento de ampliação/redução de traços identificadores, complementares em seu resultado final.

Seguem as fichas:

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 01	Tópico: NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO	
	Subtópico: MUDANÇAS NA ACENTUAÇÃO – O ACENTO AGUDO	
Texto científico (A) transcodificado		Texto etnoliterário (B) transcodificante – Cordel
Contexto(s)		Contextos(s)
MUDANÇAS NA ACENTUAÇÃO E NO USO DO TREMA Os ditongos abertos tônicos <i>éi</i> e <i>ói</i> Perdem o acento agudo quando caem na penúltima sílaba (portanto, de palavras paroxítonas: <i>idéia(s) passa a ser ideia(s)</i> <i>jóia(s) passa a ser joia(s)</i> <i>geléia(s) passa a ser geleia(s)</i> <i>tramóia(s) passa a ser tramoia</i> <i>epopéia(s) passa a ser epopéia</i> <i>apóia passa a ser apola</i> <i>diarréico(s) passa a ser diarreico(s)</i> <i>heróico passa a ser heroico</i> <i>hebréia passa a ser hebreia</i> <i>debilóide(s) passa a ser debiloide(s)</i> !Cuidado: o acento não cai se incide nesses ditongos em sílabas tônicas de palavras oxítonas (com acentoônico na última sílaba) ou proparoxítonas (com acentoônico na antepenúltima sílaba): <i>anéis continua anéis</i> <i>herói(s) continua herói(s)</i> <i>fiéis continua fiéis</i> <i>anzóis continua anzóis</i> <i>axóideo(s) continua axóideo.</i>		O ACENTO AGUDO SEM ACENTO Das palavras <i>paroxítonas</i> O Acordo teve a ideia De excluir o acento agudo (<i>estreia, joia, assembleia...</i>) Em que <i>eu, oi, ei</i> são tônicos – <i>Jiboi-a, boi-a, platei-a...</i> ATENÇÃO! Pras palavras <i>paroxítonas</i> a regra é válida somente, para <i>oxítonas</i> continua como era antigamente: <i>escarcéu, herói, pastéis...</i> a esse detalhe atente! COM ACENTO Em se tratando de oxítônica, continua a existir acentos se a última letra da palavra é <i>u</i> ou <i>i</i> . Desse caso veja exemplos em <i>tuiuiú, Piauí</i> . [...]
Autor/Fonte: CUNHA&CINTRA NGPC, 2008, p. xxx-xxxi		Autor/Fonte: DANTAS LGVC, 2009, p. 111-112
Graus de equivalência Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial (x) Implicação recíproca fraca () Implicação recíproca inexistente ()		

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 02	Tópico: NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO	
	Subtópico: O ACENTO CIRCUNFLEXO	
Texto científico (A) <i>transcodificado</i>		Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i>
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>Cai o acento circunflexo de palavras paroxítonas terminadas em <i>ôo</i> e em <i>êem</i>:</p> <p>vôo passa a ser voo dêem passa a ser deem enjôo passa a ser enjoo vêem passa a ser veem crêem passa a ser creem abenção <i>passa a ser</i> abençoo lêem <i>passa a ser</i> leem</p> <p>!Cuidado: As flexões dos verbos <i>ter</i> e <i>vir</i> na 3ª pess. pl. do pres. do indic. mantêm o acento: <i>têm</i>, <i>vêm</i>, diferenciando das flexões de 3ª pess. sing. <i>tem</i>, <i>vem</i>, bem como os derivados desses verbos, como <i>mantém</i> e <i>mantêm</i>, <i>provém</i> e <i>provêm</i>, <i>retém</i> e <i>retêm</i>, <i>convém</i> e <i>convêm</i>, etc.</p>		<p>O ACENTO CIRCUNFLEXO SEM ACENTO</p> <p>O acento circunflexo não é mais utilizado nos finais <i>oo</i>, <i>eem</i>, como era no passado: em <i>vôo</i>, <i>perdôo</i>, <i>dêem</i>, <i>lêem</i>... não mais deve ser botado.</p> <p>COM ACENTO</p> <p>Já pros verbos <i>ter</i> e <i>vir</i> na terceira do plural (e também seus derivados) continua tudo igual: "Elas <i>vêm</i> de Teresina", "Eles <i>têm</i> casa em Sobral".</p>
Autor/Fonte: CUNHA&CINTRA NGPC, 2008, pp. xxx-xxxi		Autor/Fonte: DANTAS LGVC, 2009, p.113
Graus de equivalência		
Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial (X) Implicação recíproca fraca () Implicação recíproca inexistente ()		

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 03	Tópico: NO ACORDO ORTOGRÁFICO	
	Subtópico: MUDANÇAS NA ACENTUAÇÃO – O TREMA	
Texto científico (A) <i>transcodificado</i>		Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i>
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>O trema deixa de ser usado para assinalar a pronúncia do u em sílabas como <i>güe</i>, <i>güi</i>, <i>qüe</i> e <i>qüi</i>. Permanece em palavras estrangeiras e suas derivadas:</p> <p>agüentar <i>passa a ser</i> agüentar sagüi <i>passa a ser</i> sagüi freqüência <i>passa a ser</i> freqüência tranqüilo <i>passa a ser</i> tranqüilo mülleriano continua mülleriano</p>		<p>O TREMA</p> <p>GUE, GUI, QUE, QUI</p> <p>O trema em <i>gue</i>, <i>gui</i>, <i>que</i>, <i>qui</i> com o <i>u</i> pronunciado, dita a norma o <i>Novo Acordo</i>, não deve mais ser usado: <i>aguenta</i>, <i>sagui</i>, <i>quinqüênio</i>... assim agora é grafado.</p> <p>NÃO TREMA!</p> <p>Dos grupos <i>gue</i>, <i>gui</i>, <i>que</i>, <i>qui</i>, 'té que enfim, caiu o trema: "Do voto que é vendido, a consequência é o problema" – ante essa novidade, fique tranqüilo, não trema!</p> <p>LEMBRETES</p> <p>A pronúncia das palavras é a mesma, sem engano. e em nome próprio estrangeiro e seus derivados, mano, fica o hífen, veja exemplos: <i>Müller</i> e <i>mülleriano</i>.</p> <p>SEM SOM DE TREMA</p> <p>Não existe o "som de trema" na palavra <i>extinguir</i> e também, do mesmo modo, no vocábulo <i>distinguir</i> – são erradas as pronúncias "extingüir" e "distingüir".</p>
Autor/Fonte: CUNHA&CINTRA NGPC, 2008, p. xxxiii		Autor/Fonte: DANTAS LGVC, 2009, p. 114

Graus de equivalência

Implicação recíproca total ()	Implicação recíproca parcial (x)
Implicação recíproca fraca ()	Implicação recíproca inexistente ()

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 04	Tópico: ACORDO ORTOGRÁFICO
	Subtópico: USO DO HÍFEN
Texto científico (A) <i>transcodificado</i>	Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i>
Contexto(s)	Contextos(s)
<p>MUDANÇAS NO USO DO HÍFEN EM PALAVRAS COMPOSTAS POR PREFIXAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO</p> <p>Passa a se usar hífen entre o prefixo e o segundo elemento quando o prefixo termina na mesma vogal pela qual começa o segundo elemento: antiinflacionário <i>passa a ser</i> anti-inflacionário; teleeducação <i>passa a ser</i> tele-educação; neoortodoxia <i>passa a ser</i> neo-ortodoxia</p> <p>Obs.: nos prefixos terminados em a, já era o uso vigente, agora consolidado pela regra: contra-almirante, extra-articular, ultra-alto</p> <p>!Exceção: o prefixo co- se aglutina com segundo elemento começado por o: cooptar, coobrigação.</p> <p>re- se aglutina com palavras começadas por e: reeleição, reestudar, reerguer.</p> <p>[...] Quando o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s não se usa mais o hífen e a consoante é duplicada: <i>Ultra-som</i> passa a ser <i>ultrassom</i>; <i>eco-sistema</i> passa a ser <i>ecossistema</i>; <i>mini-saia</i> passa a ser <i>minissaia</i>; <i>contra-regra</i> a passa a ser <i>contrarregra</i>, etc.</p> <p>Não se usa hífen quando o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente ou por consoante (se esta for r ou s, se duplica): <i>auto-escola</i> <i>passa a ser</i> autoescola;</p>	<p>MICRO-ONDAS, SEMI-IMPERIAL... O hífen dos elementos Vai separar <i>letra igual</i> (última letra do primeiro da primeira do final) – <i>além-mar</i>, <i>contra-ataque</i>... Também <i>intra-arterial</i></p> <p>MINISSAIA, VIDEORREVISTA... Toda vez que o prefixo Por vogal se encerrar, com o segundo elemento por R/S a começar, essas duas consoantes nós iremos duplicar.</p> <p>COIRMÃO, AUTOESTIMA... Quando o <i>primeiro elemento</i> tem vogal no seu final e o <i>segundo</i> se inicia por diferente vogal, não se deve usar o hífen: <i>antiaéreo</i>, <i>intraoral</i>...</p> <p>SEMI FEUDAL, MICRO CIRURGIA... Não há hífen se o <i>prefixo</i> tiver seu fim em vogal e se o segundo elemento tiver por inicial consoantes diferentes de r ou s afinal.</p>

<p>extra-escolar <i>passa ser</i> extraescolar; co-piloto <i>passa a ser</i> copiloto; supra-estrutura <i>passa a ser</i> supraestrutura; auto-imune <i>passa a ser</i> autoimune; contra-ordem <i>passa a ser</i> contraordem, etc.</p> <p>Obs.: Alguns desses usos (antiaéreo, plurianual, prefixo seguido de consoante, etc) já eram vigentes, outros não, agora todos estão submetidos à regra.</p>	
<p>Autor/Fonte: CUNHA&CINTRA NGPC, p.xxxv-xxxvi</p>	<p>Autor/Fonte: DANTAS LGVC, 2009, p.115-116</p>
<p style="text-align: center;">Graus de equivalência</p> <p>Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial (x) Implicação recíproca fraca () Implicação recíproca inexistente ()</p>	

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 05	Tópico: FONÉTICA E FONOLOGIA	
	Subtópico: CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS QUANTO AO ACENTO TÔNICO	
Texto científico (A) <i>transcodificado</i>		Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i>
Contexto(s)		Contextos(s)
CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS QUANTO AO ACENTO TÔNICO Quanto ao ACENTO, as palavras de mais de uma sílaba classificam-se em OXÍTONAS, PAROXÍTONAS E PROPAROXÍTONAS. OXÍTONAS quando o acento recai na última sílaba: Café, funil, Niterói PAROXÍTONAS, quando o acento recai na penúltima sílaba: baía, escola, retorno PROPAROXÍTONAS, quando o acento recai na antepenúltima sílaba: Exército; pêndulo; quilômetro		PROSÓDIA E ORTOÉPIA PROPAROXÍTONOS Enquanto a <i>Prosódia</i> cuida Da correta acentuação, a <i>Ortoépia</i> se ocupa Da certa pronúncia: ômega, ínterim, protótipo proparoخítonas são. PAROXÍTONOS Paroxítonas estão na lista que se anuncia: refrega, avaro erudito, ibero, maquinaria ciclope, decano efebo, misantropo Normandia... OXÍTONOS São vocábulos oxítonos Os que em seguida vêm: Nobel, condor cateter, Gibraltar, sutil, refém Ureter, harém, novel, xerox, ruim, recém...
Autor/Fonte: CUNHA&CINTRA NGPC, 2008, p.69		Autor/Fonte: DANTAS LGVC, 2009, p. 28-29
Graus de equivalência Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial (x) Implicação recíproca fraca () Implicação recíproca inexistente ()		

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 06	Tópico: SINTAXE	
	Subtópico: FRASE, ORAÇÃO, PERÍODO	
Texto científico (A) <i>transcodificado</i>		Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i>
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>FRASE, ORAÇÃO, PERÍODO</p> <p>A FRASE E SUA CONSTITUIÇÃO</p> <p>1. FRASE é um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação.</p> <p>2. A FRASE pode ser constituída:</p> <p>1º) de uma só palavra: Fogo! Atenção! Silêncio!</p> <p>2º de várias palavras, entre as quis se inclui ou não um verbo:</p> <p>a) com verbo: Que inocência! Que Aurora! Que alegria! (Teixeira de Pascoaes, OC, III, 140.)</p> <p>3. A FRASE é sempre acompanhada de uma melodia, de uma entonação. Nas frases organizadas com verbo, a entonação caracteriza o fim do enunciado, geralmente seguido de pausa. É o caso destes exemplos: Bate o vento no postigo.../ Cai a chuva lentamente... (Da Costa e Silva, PC, 307.)</p> <p>Se a frase não possui verbo, a melodia é a única por que podemos reconhecê-la.</p> <p>FRASE E ORAÇÃO</p> <p>A FRASE pode conter uma ou mais ORAÇÕES.</p> <p>1º contém apenas uma oração, quando apresenta:</p> <p>a) uma só forma verbal, clara ou oculta: O dia decorreu sem sobressalto. (J. Paço d'Arcos, CVL, 491.)</p>		<p>FRASE, PERÍODO E ORAÇÃO</p> <p>FRASE E ORAÇÃO</p> <p>A oração tem no verbo base de sustentação porque tem de haver verbo para que haja oração; já frase é enunciação que tem comunicação.</p> <p>PERÍODO</p> <p>Período diz-se da frase com uma oração ou mais; com uma oração, é simples: "Lélis leu todos os jornais"; com mais de uma, composto: "Fiz e pintei o cartaz".</p>

<p>Na cabeça, aquela bonita coroa. (J. Montello, A, 32.)</p> <p>b) duas ou mais formas verbais, integrantes de uma LOCUÇÃO VERBAL: – Podem vir os dois... (V.Nemésio, <i>MTC</i>, 446.)</p> <p>Tudo de repente entrou a viver uma vida secreta de luz. (Autran Dourado, <i>TA</i>,13)</p> <p>2º Contém mais de uma oração, quando há mais de um verbo (seja na forma simples, seja na locução verbal, claro ou oculto: Fechei os olhos, /meu coração doía. (Luandino Vieira, <i>NANV</i>, 75) Busco, /volto,/ abandono,/e chamo de novo. (A.Bessa Luís, <i>AM</i>, 38)</p> <p>ORAÇÃO E PERÍODO</p> <p>1. PERÍODO é a frase organizada em oração ou orações. Pode ser:</p> <p>a) SIMPLES, quando constituído de uma só oração: Cai o crepúsculo. (Da Costa e Silva, <i>PC</i>, 281.)</p>	
<p>Autor/Fonte: CUNHA&CINTRA NGPC, 2008, p. 131-135</p>	<p>Autor/Fonte: DANTAS LGVC, 2009, p. 87</p>
<p style="text-align: center;">Graus de equivalência</p> <p>Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial () Implicação recíproca fraca (x) Implicação recíproca inexistente ()</p>	

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 07	Tópico: A ORAÇÃO E OS SEUS TERMOS ESSENCIAIS	
	Subtópico: O SUJEITO	
<p>Texto científico (A) <i>transcodificado</i></p>		<p>Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i></p>
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>SUJEITO SIMPLES E SUJEITO COMPOSTO</p> <p>SUJEITO SIMPLES. Quando o sujeito tem um só núcleo, isto é, quando o verbo se refere a um só substantivo, ou a um só pronome, ou a um só numeral, ou a uma só palavra substantivada, ou a uma só oração substantiva, o SUJEITO é SIMPLES. Exemplos:</p> <p>a) um substantivo: Matilde entendia disso. (A. Bessa Luís, OM, 170.)</p> <p>b) os pronomes pessoais <i>ele, ela</i> (singular); <i>eles, elas</i> (plural): Estavam de braços dados, ele arrumava a gravata, ela ajeitava o chapéu. (É. Veríssimo, LS, 128.)</p> <p>c) um pronome demonstrativo, relativo, interrogativo, ou indefinido: Isto não lhe arrefece o ânimo? (A. Abelaira, NC, 35.)</p> <p>Achava consolo nos livros que, o afastavam cada vez mais da vida. (É. Veríssimo, LS, 131.)</p> <p>Quem disse isso? (F. Botelho, X, 150.)</p> <p>Tudo para ao redor de nós. (C. Lispector.)</p> <p>d) um numeral: Os dois riram-se satisfeitos. (L.B. Honwana, NMCT, 65.)</p> <p>e) uma palavra ou uma expressão substantivada:</p>		<p>TIPOS DE SUJEITO</p> <p>O SUJEITO Meu bom sujeito, o sujeito é o termo da oração chamado de essencial, que pratica ou sofre a ação: “A polícia prendeu Zé”, “Zé foi levado à prisão”.</p> <p>O DELATOR DO SUJEITO Quer saber <i>quem</i> é o sujeito, faça ao verbo a indagação: o “fuxiqueiro da frase” Ihe dirá com precisão – em “João quebrou o jarro”, o sujeito então é João.</p> <p>SIMPLES E COMPOSTO <i>O sujeito simples</i> é o que com um núcleo vem; <i>composto</i> é o sujeito que mais de um núcleo tem: “Jó anda de bicicleta”, “Chico e Zé andam de trem”</p>

<p>Infanta, no exílio amargo, Só o existirdes me consola. (T. da Silveira, <i>PC</i>, 376.)</p> <p>O por fazer é só com Deus. (F. Pessoa, <i>OP</i>, 16)</p> <p>f) uma oração substantiva subjetiva: Era forçoso / que fosse assim. (A. Sérgio, <i>E</i>, IV, 245.)</p> <p>SUJEITO COMPOSTO. É COMPOSTO o sujeito que tem mais de um núcleo, ou seja, o sujeito constituído de:</p> <p>a) mais de um substantivo: As vozes e os passos aproximam-se. (M. da Fonseca, <i>SV</i>, 248.)</p> <p>b) mais de um pronome: Ele e eu somos da mesma raça. (D. Mourão Ferreira, <i>I</i>, 98.)</p> <p>c) mais de uma palavra ou expressão substantivada: Quantos mortos e feridos não me precederam ali. (N. Piñon, <i>CC</i>, 16.)</p> <p>d) mais de uma oração substantiva: Era melhor esquecer o nó e pensar numa igual à de seu Tomás da bolandeira. (G. Ramos, <i>VS</i>, 83.)</p> <p>Observação: Outras combinações podem entrar na formação do SUJEITO COMPOSTO, sendo particularmente comum a de pronome + substantivo, ou vice versa: Éramos meu pai e eu E um negro, negro cavalo. (V. Moraes, <i>PCP</i>, 286.)</p>					
<p>Autor/Fonte: CUNHA&CINTRA NGPC, 2008, p. 140-141</p>	<p>Autor/Fonte: : DANTAS LGVC, 2009, p. 87-88</p>				
<p style="text-align: center;">Graus de equivalência</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Implicação recíproca total ()</td> <td style="width: 50%;">Implicação recíproca parcial ()</td> </tr> <tr> <td>Implicação recíproca fraca (x)</td> <td>Implicação recíproca inexistente ()</td> </tr> </table>		Implicação recíproca total ()	Implicação recíproca parcial ()	Implicação recíproca fraca (x)	Implicação recíproca inexistente ()
Implicação recíproca total ()	Implicação recíproca parcial ()				
Implicação recíproca fraca (x)	Implicação recíproca inexistente ()				

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 08	Tópico: AS CLASSES GRAMATICAIS	
	Subtópico: SUBSTANTIVO	
Texto científico (A) <i>transcodificado</i>		Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i>
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>1. SUBSTANTIVO é a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral. São, por conseguinte, substantivos:</p> <p>a) os nomes de pessoas, de lugares, de instituições, de um gênero, de uma espécie ou de um dos seus representantes: homem, cidade, Senado, árvore, Pedro, Lisboa, Fórum, animal, [...]</p> <p>b) Os nomes de noções, ações, estados e qualidades, tomados como seres: Justiça, colheita, velhice, largura, Verdade, viagem, doença, caridade, [...]</p> <p>2. Do ponto de vista funcional, o substantivo é a palavra que serve, <i>privativamente</i>, de núcleo do sujeito, do objeto direto, do objeto indireto e do agente da passiva. Toda palavra de outra classe que desempenhe uma dessas funções equivalerá forçosamente a um substantivo (pronome substantivo, numeral ou qualquer palavra substantivada).</p>		<p>SUBSTANTIVO</p> <p>O substantivo dá nome aos seres em geral. É o nome dado a coisa, ação, pessoa, animal... É palavra variável em gênero, número e grau.</p>
Autor/Fonte: CUNHA&CINTRA NGPC, 2008, p.191.		Autor/Fonte: DANTAS LGVC, 2009, p. 71
Graus de equivalência		
Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial () Implicação recíproca fraca (x) Implicação recíproca inexistente ()		

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 09	Tópico: VERBO	
	Subtópico: SINTAXE DO VERBO HAVER	
Texto científico (A) transcodificado		Texto etnoliterário (B) transcodificante – Cordel
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>SINTAXE DO VERBO HAVER</p> <p>O verbo <i>haver</i>, conforme o seu significado pode empregar-se em todas as pessoas ou apenas na 3ª pessoa do singular.</p> <p>[...] 4. Emprega-se como IMPESSOAL, isto é, sem sujeito, quando significa “existir”, ou quando indica tempo decorrido. Nestes casos, em qualquer tempo, conjuga-se tão somente na 3ª pessoa do singular:</p> <p>Há trovoadas em toda a parte... (M.Torga, V, 158.)</p> <p>Havia simples marinheiros; havia inferiores; havia escreventes e operários de bordo. (Lima Barreto, TFPO, 279.)</p> <p>Há dois dias que não via Guma. (J. Amado, MM, 20.)</p> <p>Observação:</p> <p>O verbo <i>haver</i>, quando sinônimo de “existir”, constrói-se de modo diverso. Nesta acepção, <i>haver</i> não tem sujeito e é transitivo direto, sendo o seu objeto o nome da coisa existente, ou, a substituí-lo, o pronome pessoal <i>o</i> (<i>a</i>, <i>lo</i>, <i>la</i>). <i>Existir</i>, ao contrário, é intransitivo e possui sujeito, expresso pelo nome da coisa existente. Dir-se-á, pois:</p> <p>Há tantas folhas pelas calçadas! Existem tantas folhas pelas calçadas!</p>		<p>HAVER = EXISTIR</p> <p><i>“Houveram</i> vários protestos” está errada a construção. Pra que a frase fique certa, não dê para <i>haver</i> flexão: no sentido de existir, <i>Haver</i> não varia não.</p> <p>Nesse caso, é impessoal E não pode variar – se <i>haver</i> é <i>existir</i>, nada de pluralizar: “Houve alunos nessa turma Que eu flagrei a filar”.</p>
<p>Autor/Fonte: CUNHA&CINTRA NGPC, 2008, p. 554</p>		<p>Autor/Fonte: DANTAS LGVC, 2009, p. 99-100</p>
<p align="center">Graus de equivalência</p> <p>Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial () Implicação recíproca fraca (x) Implicação recíproca inexistente ()</p>		

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 10	Tópico: OBJETO DA LINGUÍSTICA	
	Subtópico: A LINGUA: SUA DEFINIÇÃO	
Texto científico (A) <i>transcodificado</i>		Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i>
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>Mas o que é a <i>língua</i>? Para nós, ela não se confunde com a <i>linguagem</i>; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo um produto social da faculdade de <i>linguagem</i> e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a <i>linguagem</i> é multiforme e heteróclita; a cavaleiro sobre vários domínios, simultaneamente física, fisiológica e psíquica, ela pertence ao campo individual e ao campo social; não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.</p> <p>A <i>língua</i>, pelo contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da <i>linguagem</i>, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação.</p> <p>[...]</p>		<p>A linguagem, diz o "Curso", É um fato social E é para nossa ciência A matéria principal, Em todas as várias formas Dessa expressão cultural.</p> <p>Mas a linguagem abrange Gesto, sinal, fala, ação, Qualquer atitude humana Para a comunicação, E esse campo é muito vasto Para abordar a questão.</p> <p>A língua, então: eis o ponto Que nos compete estudar, O objeto definido, Distinto e particular, Que vale por ela mesma E ocupa aqui seu lugar.</p> <p>A língua, por outro lado, É uma dupla entidade, Tem duas faces opostas, De aparente ambigüidade, Sendo abstrata e concreta Na sua diversidade.</p>
Autor/Fonte: SAUSSURE, CLG, 1977, p. 17		Autor/Fonte: LIRA, VIPCL, 1995, p. 06-07
Graus de equivalência		
Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial (x) Implicação recíproca fraca () Implicação recíproca inexistente ()		

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS
PESQUISADORA: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 11	Tópico: LINGÜÍSTICA DA LÍNGUA E LINGÜÍSTICA DA FALA	
	Subtópico: LÍNGUA E FALA	
<p align="center">Texto científico (A) <i>transcodificado</i></p>		<p align="center">Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i></p>
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>[...] Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro, ou mais ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não será completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.</p> <p>Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental.</p> <p>A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação.</p> <p>A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações.</p> <p>Os caracteres da língua:</p> <p>1º Ela é um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. [...] ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só não pode criá-la nem modificá-la;</p>		<p>Dentro da língua, a parole Corresponde à atividade Cotidiana e concreta Ligada à realidade, Pertence a cada indivíduo E não à comunidade.</p> <p>Utilizando a parole Sempre dentro de um contexto, É livre assim o indivíduo Para compor o seu texto, Tocando em qualquer assunto, Falando a qualquer pretexto</p> <p>Nem a langue é soberana, Nem a parole se impõe: Uma depende da outra, Enquanto à outra se opõe, E desse eterno contrasta É que a língua se compõe.</p> <p>Fazendo agora um resumo Desta breve exposição, Seria a langue o produto E a parole, a produção; Langue - o sistema da língua; Parole - a língua em aça.</p> <p>A langue é que é permanente, E a parole, ocasional; A <i>langue</i> é que é coletiva, A parole é pessoal; Uma - ideal e abstrata, Outra - concreta e real.</p>

linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só não pode criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. A língua é uma coisa de tal modo distinta que um homem privado do uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos vocais que ouve.

2° a **língua**, distinta da **fala**, é um objeto é um objeto que se pode estudar separadamente.

3° [...]

4° A **língua**, não menos que a **fala**, é um objeto de natureza concreta, [...], os signos da língua são tangíveis; a escrita pode fixá-los em imagens convencionais, ao passo que seria impossível fotografar em todos os seus pormenores todos os atos da fala. [...]. Sem dúvida esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam reciprocamente; a **língua** é necessária para a **fala** seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente o fato da **fala** vem sempre antes. [...] Enfim, é a fala que faz evoluir a língua."

Autor/Fonte: SAUSSURE, 1977, p. 21-27

Autor/Fonte: LIRA,VIPCL, 1995, p. 07-10

Graus de equivalência

Implicação recíproca total ()

Implicação recíproca fraca (x)

Implicação recíproca parcial ()

Implicação recíproca inexistente ()

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 12	Tópico: NATUREZA DO SIGNO LINGUÍSTICO	
	Subtópico: SIGNO, SIGNIFICANTE, SIGNIFICADO	
<p>Texto científico (A) <i>transcodificado</i></p>		<p>Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i></p>
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>[...] O signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces: conceito e imagem acústica. Esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro. [...] Chamamos signo a combinação do conceito e da imagem acústica, mas no uso corrente, esse termo designa geralmente a imagem acústica apenas, por exemplo uma palavra (<i>arbor</i> etc.). Esquece-se que se chamamos a <i>arbor</i> signo, é somente porque exprime o conceito “árvore”, de tal maneira que a idéia da parte sensorial implica a do total. [...] Propomo-nos a conservar o termo signo para conservar o total, e a substituir <i>conceito</i> e <i>imagem</i> acústica respectivamente por significado e significante; estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa quer entre si, quer do total de que fazem parte. Quanto a signo, se nos contentarmos com ele é porque não sabemos porque substituí-lo, visto não nos sugerir a língua usual nenhum outro.</p>		<p>Toda linguagem precisa De uma harmonia perfeita. Entre os símbolos que adota, Os sinais de que ela é feita, para ser compreendida E por todas ser aceita.</p> <p>Assim também toda língua Na palavra se alicerça – Signo básico e claro, De utilidade diversa: Serve ao sermão mais profundo E à mais singela conversa.</p> <p>Mas a palavra é um <u>signo</u>, Diz o nosso professor, Dicotômico na forma, De dupla essência e valor, Dois perfumes num perfume, Duas cores numa cor.</p> <p>Significante chamemos A emissão de nossa voz, A impressão que faz a imagem Acústica em todos nós, O próprio som da palavra, Fugaz, etéreo e veloz.</p> <p>Chamemos significado A parte conceitual Que representa uma idéia Contida nesse sinal, Evocação de uma imagem Que é psíquica e mental.</p>

	Forma-se a palavra, Qual moeda indivisível, Do seu significante, Sua face perceptível, E do significado, Que é a parte inteligível.
Autor/Fonte: SAUSSURE CLG, 1977, p. 80-81	Autor/Fonte: LIRA VIPCL, 1995, p. 15-16
Graus de equivalência	
Implicação recíproca total () Implicação recíproca fraca ()	Implicação recíproca parcial (x) Implicação recíproca inexistente ()

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 13	Tópico: NATUREZA DO SIGNO LINGÜÍSTICO	
	Subtópico: ARBITRARIEDADE DO SIGNO LINGÜÍSTICO	
Texto científico (A) <i>transcodificado</i>		Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i>
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo lingüístico é arbitrário. A idéia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada bem por outra seqüência, não importa qual. [...] O princípio da arbitrariedade do signo não é contestado por ninguém. Ele domina toda a lingüística da língua.</p>		<p>Toda palavra que a língua Tem no seu vocabulário, Cada <i>signo</i> que ao falante Se revelar necessário Tem esse duplo contraste, Que é linear e arbitrário.</p> <p>E é dessa forma que o signo Fica, afinal, resumido: Linear é seu feitio, E arbitrário o seu sentido; Faz-se na linha do tempo E a priori é concebido.</p>
Autor/Fonte: SAUSSURE CLG, 1977, p. 80-82		Autor/Fonte: LIRA VIPCL, 1995, p. 17
Graus de equivalência		
Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial () Implicação recíproca fraca (x) Implicação recíproca inexistente ()		

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 14	Tópico: A LINGÜÍSTICA ESTÁTICA E A LINGÜÍSTICA EVOLUTIVA	
	Subtópico: LEI SINCRÔNICA E LEI DIACRÔNICA	
Texto científico (A) transcodificado		Texto etnoliterário (B) transcodificante – Cordel
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>A lei sincrônica é geral, mas não é imperativa. Sem dúvida impõe-se aos indivíduos pela sujeição do uso coletivo, mas não consideremos aqui uma obrigação relativa às pessoas que falam. [...] na língua, força alguma garante a manutenção da regularidade quando ela reina em algum ponto. Simples expressão de uma ordem vigente, a lei sincrônica comprova um estado de coisas. Em resumo, se fala de lei em sincronia, é no sentido de ordem, de princípio de regularidade.</p> <p>A diacronia supõe, ao contrário, um fator dinâmico, pelo qual um efeito é produzido, uma coisa executada. Mas tal caráter imperativo não basta para que se aplique a noção de lei aos fatos evolutivos; não se fala de lei senão quando um conjunto de fatos obedece à mesma regra, e, malgrado certas aparências contrária, os acontecimentos diacrônicos têm sempre caráter accidental e particular.</p>		<p>Saussure então vê a língua Por outra dicotomia: Descrita em dado momento Por meio da sincronia, Ou vista através do tempo, Segundo a diacronia.</p> <p>Ora, a Lingüística antiga, Histórica ou normativa, Tinha uma visão da língua Fechada e retrospectiva E juntava em seus estudos Língua morta e língua viva.</p> <p>Interessava aos lingüistas E aos gramáticos antigos Analisar alfarrábios, Abrir tumbas e jazigos, Eram os servos da História, Da Arqueologia os amigos.</p>
Autor/Fonte: SAUSSURE, CLG, 1977, p. 108-109		Autor/Fonte: LIRA, VIPCL, 1995, p. 11
Graus de equivalência		
Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial (x) Implicação recíproca fraca () Implicação recíproca inexistente ()		

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 15	Tópico: RELAÇÕES SINTAGMÁTICAS E RELAÇÕES ASSOCIATIVAS	
	Subtópico: AS RELAÇÕES SINTAGMÁTICAS	
Texto científico (A) <i>transcodificado</i>		Texto etnoliterário (B) <i>transcodificante – Cordel</i>
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>[...] a noção de sintagma se aplica não só às palavras, mas aos grupos de palavras, às unidades complexas de toda dimensão e de toda espécie (palavras compostas, derivadas, membros de frase, frases inteiras).</p> <p>Não basta considerar a relação que une entre si as diversas partes de um sintagma (por exemplo, <i>contra</i> e <i>todos</i> em <i>contra</i> todos, <i>contra</i> e <i>mestre</i> em <i>contramestre</i>); cumpre também levar em conta a que liga o todo com as diversas partes.</p> <p>A frase é o tipo por excelência de sintagma. Mas ela pertence à fala e não à língua; não se segue que o sintagma pertence à fala? Não pensamos assim. É próprio da fala a liberdade das combinações; cumpre, pois, perguntar se todos os sintagmas são igualmente livres.</p> <p>Há um grande número de expressões que pertencem à língua; são as frases feitas, nas quais o uso proíbe qualquer modificação, mesmo quando seja possível distinguir, pela reflexão, as partes significativas [...] cumpre atribuir à língua e não à fala todos os tipos de sintagmas construídos sobre formas regulares. [...].</p> <p>Cumpre reconhecer, porém, que no domínio de sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual. Num grande número de casos, é difícil classificar uma combinação de unidades, porque ambos os fatores concorreram para produzi-la e em proporções impossíveis de determinar.</p>		<p>As relações do outro tipo, Sintagmáticas chamadas, Ocorrem entre as palavras Que, na oração colocadas, Se apóiam umas nas outras, Atuando encadeadas.</p> <p>Por exemplo, quando eu digo: "Deus é bom", cada elemento Exerce um papel na frase, Nesse relacionamento Que, pela ordem dos termos, Dá sentido ao pensamento.</p>

Autor/Fonte: SAUSSURE, CLG, 1977, pp.145-6	Autor/Fonte: LIRA, VIPCL, 1995, p. 13
<p style="text-align: center;">Graus de equivalência</p> <p> Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial () Implicação recíproca fraca (x) Implicação recíproca inexistente () </p>	

FICHA ANALÍTICA DE COMPARAÇÃO DE CONTEXTOS

Pesquisadora: Albelita Lourdes Monteiro Cardoso

Nº 16	Tópico: RELAÇÕES SINTAGMÁTICAS E RELAÇÕES ASSOCIATIVAS	
	Subtópico: AS RELAÇÕES ASSOCIATIVAS	
Texto científico (A) transcodificado		Texto etnoliterário (B) transcodificante – Cordel
Contexto(s)		Contextos(s)
<p>AS RELAÇÕES ASSOCIATIVAS</p> <p>Os grupos formados por associação mental não se limitam a aproximar os termos que apresentam algo em comum; o espírito capta também a natureza das relações que os unem em cada caso e cria com isso tantas séries associativas quantas relações diversas existam. Assim em <i>enseignement</i>, <i>enseigner</i>, <i>enseignons</i>, etc (ensino, ensinar, ensinemos), há um elemento comum a todos os termos, o radical; todavia, a palavra <i>enseignement</i> (ou ensino) se pode achar implicada numa série baseada em outro elemento comum, o sufixo (cf. <i>enseignement</i>, <i>armement</i>, <i>changement</i> etc.; ensinamento, armamento, desfiguramento etc.); a associação pode se fundar também apenas na analogia dos significados. [...] Enquanto um sintagma suscita em seguida a uma idéia de sucessão e de um número determinado de elementos, os termos de uma família associativa nem em um número definido nem uma ordem determinada. [...].</p>		<p>Vêm em seguida, no “Curso”, Os eixos das relações Onde atua o mecanismo Das várias oposições Que no sistema da língua Geram termos e orações.</p> <p>São ditas associativas, Na base vocabular, As opções que o falante Exerce ao selecionar Cada som, cada palavra, Para a fala enunciar.</p>
<p>Autor/Fonte: SAUSSURE, CLG, 1977, pp.145-146</p>		<p>Autor/Fonte: LIRA, VIPCL, 1995, p. 12</p>
<p align="center">Graus de equivalência</p> <p>Implicação recíproca total () Implicação recíproca parcial () Implicação recíproca fraca (x) Implicação recíproca inexistente ()</p>		

5.2. Proposta de Sistematização dos temas desenvolvidos na pesquisa

5.2.1 Sistematização da formação conceptual do *texto científico transcodificado* e do *texto etnoliterário transcodificante*

Verificamos que a relação de intertextualidade que se estabelece entre discursos etnoliterários (B) e discursos científicos (A) não é eventual, já que a intertextualidade entre eles é necessária e não ocasional. No núcleo conceptual de B temos os semas conceptuais seguintes [+ discurso intertextual], [+equivalente a texto de Base (A)], [+exposição mais simples, mais clara do que a do texto A].

Sucedem-se discursos favoráveis, ou contrários, em tom sereno, ou veemente, em torno do conceito de 'texto transcodificante'. Compreendem semas conceptuais intencionais, *modalizadores*, *manipulatórios*, como, por exemplo, [+superficialidade], [+pouca abrangência], contrapondo-se a [+facilitador], [+explicativo], dentre outros, constitutivos, no nível cognitivo ou hiperprofundo, do metametaconceito.

Na análise dos discursos sobre essa temática, é possível detectar, no patamar da semântica profunda – do percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação – as tensões e os conflitos em jogo, de modo a poder formalizar os microssistemas de valores subjacentes a esses discursos. Num modelo semiótico dialético, temos, em semântica profunda:

Figura 9 - Dialética intertextual

Julgamos importante ressaltar que, ao engendrar um conceito, geram-se simultânea e necessariamente três outros conceitos: seu contrário, seus contraditórios decorrentes, já que o raciocínio do homem funciona por oposições, dentre as quais, relações entre contrários e contraditórios. Desse modo, ao criar-se o conceito <bem>, por exemplo, engendra-se o seu contrário <mal> e seus respectivos contraditórios <não-bem>, <não-mal>. Essas relações necessárias e não-eventuais nos autorizam a conceber o processo de intertextualidade *lato sensu* como iniciando-se já no patamar conceptual do percurso gerativo da enunciação, pois um conceito liga-se necessariamente a outro conceito, constituindo-se um microssistema conceptual.

Partindo dessa premissa, analisemos o octógono semiótico “Formação do conhecimento científico por parte do aluno”, acima exposto em forma de gráfico: texto científico não-transcodificado implica ‘texto científico puro’; texto ‘não-científico transcodificante’ implica ‘texto científico reestruturado’. ‘Texto científico não-

transcodificado' e 'texto não-científico transcodificante' coexistem e sustentam-se numa tensão dialética.

Um percurso dialético possível desse modelo semiótico seria: a partir do texto científico *não-transcodificado*, as ciências da linguagem criam um texto científico reestruturado. A combinação texto científico *não-transcodificado* x *texto científico* constitui a dêixis positiva 'Lentidão no processo de formação do conhecimento'; a combinação 'texto não-científico transcodificante' x 'texto científico reestruturado' constitui a dêixis negativa 'Incompletude no processo de formação'.

Ressaltamos que os percursos dialéticos através dos eixos dos contrários, contraditórios e sub-contrários, assim como seu ponto de partida variam conforme as posições políticas e/ou ideológicas assumidas pelos sujeitos enunciadorees em seus discursos.

Vejamos, a seguir, o octógono semiótico do custo x rendimento na aquisição do conhecimento, por parte do aluno:

Figura10 - Custo x Rendimento na aquisição do conhecimento

“Discurso científico em grau zero” implica Discurso científico amplo; Discurso científico reestruturado implica Discurso científico reduzido. Discurso científico em grau zero e Discurso científico reestruturado coexistem e sustentam-se numa tensão dialética que conduz a menor custo na aquisição, maior rendimento na formação. Um percurso dialético possível desse modelo semiótico seria: a partir do Discurso científico em grau zero, a teoria da linguagem engendra um Discurso científico reduzido. A combinação Discurso científico em grau zero x Discurso científico reestruturado constitui a dêixis positiva Relativa eficácia do Discurso; a combinação Discurso científico reestruturado x Discurso científico reduzido constitui a dêixis negativa Relativa abrangência do discurso.

Analisando a questão do ponto-de-vista da relação de equivalência que se estabelece entre Discurso científico não-transcodificado (A) e Discurso não-científico transcodificante (B), tem o seguinte octógono semiótico:

Figura 11 - equivalência entre os Discursos A e B

Identidade entre A e B implica não-equivalência entre A e B; equivalência entre A e B implica não-identidade entre A e B. Ambos, Identidade e Equivalência, coexistem e sustentam-se numa tensão dialética: equilíbrio desejado entre a relação de identidade e a relação de equivalência. São discursos que não são idênticos, porém tem variável grau de equivalência, o que permite ao sujeito de enunciação de decodificação estabelecer uma intertextualidade entre A e B, gerando um terceiro tipo de discurso mais eficaz, mais informativo, mais elaborado.

Um percurso dialético possível desse modelo semiótico seria: a partir do termo 'Identidade entre A e B, a teoria da linguagem cria um outro termo contrário 'Equivalência entre A e B', que implica uma não-identidade entre A e B.

Sistematização final desse item: diríamos que nosso modelo de aprendizagem de uma teoria científica não se ancora neste ou naquele termo contrário, mas sempre na Tensão Dialética entre os termos contrários. Assim, a formação do conhecimento científico por parte do aluno se estabelece na tensão dialética entre Texto científico

não transcodificado e Texto não científico transcodificante; do mesmo modo, o curso e rendimento na aquisição do conhecimento instaura-se na Tensão Dialética entre os termos contrários Discurso Científico em grau zero e Discurso científico reestruturado, gerando menor custo na aquisição do conhecimento científico e maior rendimento na formação desse mesmo conhecimento; semelhantemente, a relação de identidade entre A e B inexiste, entre ambos os discursos existe, assim, uma relação de equivalência em graus diferentes, que gera uma Tensão Dialética entre os termos contrários citados. Entre identidade e equivalência situa-se o equilíbrio desejado.

5.2.2. Sistematizando a questão da *semiose ilimitada*

Estruturando o processo de transcodificação que apontamos no item 3.2., diríamos que as possibilidades de interpretação e reinterpretação de um texto científico, ou etno-literário, tendem ad infinitum, na medida em que podemos não só lê-los de diferentes maneiras, como também, recodificá-los em inúmeros outros sistemas semióticos.

Na dialética de construção/destruição dos signos, no processo de transcodificação, verificamos uma estruturação bastante complexa. No microssistema que examinamos nesta tese pudemos constatar as seguintes relações:

Língua comum: E R C

Texto científico: E (ERC) R C (ERC)

Texto recodificado: E (ERC) R C (ERC) E (ERC RC (ERC)

Nesse emaranhado de relações se situa o ponto de um aprendizado rico, amplo e profundo, já que o texto transcodificante

de outro texto transforma em substância, estabelece um conjunto hierarquizado de relações lógicas, cujas características são análogas em relação ao sistema que define. Esse procedimento é importante porque ao articular (formalizar) determinada substância, a linguagem poética no dizer de Durigan (1975), os permite um conhecimento do sistema básico que interpretou. Esse conhecimento é gerado a partir de uma reflexão bem mais cuidadosa da teoria científica de A, que B retoma, recodifica, reorganiza. Assim, o texto transcodificador, base desta pesquisa, é meta-metassemiótico, portanto, pluriconceptual, plurivalorativo, plurissignificativo, caracterizando-se como um texto riquíssimo em significados, que, no seu conjunto, conduzem a um pluriconhecimento de determinada teoria científica.

5.2.3 Sistematizando o tipo de relação que se estabelece entre A e B

Conforme disséramos anteriormente, além dessa intrincada rede de relações, há dois aspectos que precisam ser destacados: *o tipo de articulações* que se estabelece entre o texto científico interpretado (A) e o texto interpretante (B); e, *o grau de equivalência* estabelecido entre A e B.

Quanto ao tipo de articulação entre A e B, concluímos que se estabelece entre ambos relações necessárias de intertextualidade, pois a leitura e compreensão do texto B só pode ser eficaz se o leitor tem conhecimento do texto A. O texto B não tem uma referência auto-incidente, ele é bi-referencial, na medida em que os termos e conceitos científicos e tecnológicos aí expostos criam uma referência própria, porém calcadas na referência do texto transcodificado. Ele não cria conceitos, ele retoma conceitos. Nesse sentido ele é meta-referencial.

Essa transreferencialidade não retira a especificidade de tratamento: uma coisa é o fato científico tratado no discurso científico, outra coisa é esse mesmo fato tratado no discurso poético.

Com efeito, os entornos Linguísticos e espaço-temporais do discurso poético geram sentidos não programados no discurso científico. Assim, o mesmo conceito, convertido em tema 1 tem figurativizações diferentes no Discurso Científico e no Discurso Etno-literário: o discurso B dessemantiza o Discurso A para em seguida ressemantizá-lo. Entretanto, pelo fato de ser transcodificante o texto B tem relativizada a questão da pluriisotopia e da pluriinterpretação: de certa forma o texto A determina a isotopia do texto B e, também, reduz as possibilidades e liberdades de interpretação de B. Desse modo, o texto B tem de ser lido na isotopia e na interpretação sugerida pelo texto A, que, por ser um texto científico, é limitado em tipos de isotopias e tipos de leituras virtuais. Ele transpõe para B essa redução, pois B é poético, mas nele prevalece a função interpretante.

5.2.4 Sistematizando os graus de equivalência

Como se sabe, existe muita diferença entre relação de identidade e relação de equivalência entre conjuntos e elementos postos em relação de oposição. Na análise das relações que se estabeleceram entre A e B confirmamos esta hipótese e, também, verificamos que não podemos generalizar a questão da equivalência, ou seja, não podem simplesmente dizer que existe ou não equivalência entre os fatos relacionados. Temos de marcar a questão, colocando-os no continuum do maior ou menor equivalência, ou seja, há que se falar em graus de equivalência. Isso se dá principalmente no que tange ao paradigma referencialidade, já que, embora A e B tenham o mesmo referente cognitivo, não têm o mesmo referente associativo. Constatamos que as pregnâncias de traços identificadores dos fenômenos, em A e B, são muito diferentes em

qualidade e em quantidade. Constatamos, ainda, que, na maioria dos casos, a conversão de A em B reduz, em B, significativamente os traços identificadores do fenômeno.

Isso veio a confirmar nossa hipótese de que na transcodificação entre A e B, B se torna um texto redutor de pregnâncias caracterizadoras do fenômeno. Essa constatação não suprime o mérito da pesquisa, ao contrário, mostra justamente o que gostaríamos de propor como produto final: a leitura-releitura, o exame e reexame de A e B desenvolvem um ponto que parece bastante esquecido, no atual momento da ciência da comunicação, a capacidade de reflexão, cerne do nosso trabalho. Na nossa pesquisa, a baixa densidade de equivalência entre A e B configura-se como algo positivo, já que aumenta o grau de reflexão entre semelhanças e diferenças de B em relação a A.

Sistematizando, diríamos que a relação entre o grau de equivalência e o aprimoramento da reflexão são inversamente proporcionais: quanto menor a densidade de equivalência, tanto maior a densidade de reflexão.

5.2.5 Sistematização final: o papel do discurso etnoliterário na função *texto transcodificante*

Nossa pesquisa conduziu a duas perguntas básicas: por que o Discurso Cordel tem sido tão utilizado atualmente para explicar teorias científicas e tecnológicas; porque o Cordel deixou de ser o apanágio de pessoas simples e passou a ser o meio utilizado por pessoas de alto grau de escolaridade para transmitir essas teorias?

Tudo indica que o processo de transcodificação tem sido um dos principais meios de desenvolvimento de um mecanismo muito importante no ensino/aprendizagem de uma teoria científica: a cognição com reflexão. Esse é o principal aspecto de nossa pesquisa.

Na sociedade pós-moderna, com o assustador desenvolvimento do uso de linguagens não-verbais no processo de enunciação de

decodificação, científico ou não, gerou-se um novo tipo de mecanismo de apreensão da realidade, o da informação instantânea e em paralela dos fatos. Com efeito, o falante decodifica com uma rapidez incrível a realidade que lhe é transmitida. O que é preocupante, porém, é que ele nem sempre, tem mecanismos não-verbais para codificar com a mesma rapidez o seu discurso, que não contém as especificidades requeridas. Nesse ponto é que se nota a falta que faz o instrumento de codificação que só o verbal pode transmitir: decodificação relativamente eficaz, porém sem a reflexão devida, que conduz a uma codificação quase que completamente impossibilitada.

Poder-se-ia erroneamente inferir que o problema reside só nos mecanismos de codificação, entretanto, os entraves já começam a aparecer na decodificação muito rápida, que neutraliza, muitas vezes, a capacidade de apreensão de aspectos importantes da teoria que o sujeito tem se assimilar.

A geração de indivíduos de idade bem mais avançada que a atual recebia a transmissão da realidade fenomênica principalmente pelos processos verbais. A decodificação dos discursos considerados mais morosa, mas a linguagem verbal permitia uma reflexão maior sobre as questões que ele tinha de ler ou ouvir.

Passando de um extremo a outro, a geração atual recebe quase as mesmas informações, transmitidas pelo não-verbal, o que pode gerar a ausência de reflexão. Esse fator pode ser minimizado com o desenvolvimento do processo de transcodificação, que se configura como um auxiliar precioso no processo, talvez o mais fundamental de todos, pois a leitura-releitura-leitura, a comparação intermitente entre A e B acaba levando o sujeito à cognição com reflexão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Estudiosos das línguas e dos fenômenos sociais
são como os cegos da fábula. Estão sempre pesquisando,
e sempre produzindo resultados incompletos*

(Castilho)

Nestas considerações finais, ressaltamos a importância das metalinguagens terminológicas na sociedade atual, para a ampliação do saber-fazer do indivíduo, não só sobre determinada ciência ou tecnologia, como também o seu saber sobre o mundo. Daí decorre a importância dos modelos epistemológicos e metodológicos de tratamento, compilação, recuperação e transmissão de metalinguagens.

Foi no quadro dessas reflexões que iniciamos nossa pesquisa, que partiu de modelos teóricos e empíricos existentes sobre a pedagogia do léxico e, prosseguem, apresentando um modelo para esses mesmos fins, mas que privilegiasse as relações entre o texto científico e seu correspondente etnoliterário.

Quando iniciamos um trabalho científico acontece, muitas vezes, de não sabermos avaliar a dimensão que a análise dos dados vai revelar no conjunto das reflexões. Entre o *buscar* e o *achar* da pesquisa, existe um enorme caminho percorrido que vai, paulatinamente, apontando para questões que podem surpreender mesmo o mais experiente dos investigadores. É nisso que reside a beleza da descoberta científica, que faz com que a ciência e a tecnologia avancem, evoluam e façam novos questionamentos, reelaborem seus próprios modelos e aplicações. Esse ir e vir da pesquisa impulsiona o crescimento das áreas em que se dá a pesquisa.

Com efeito, o universo científico e tecnológico não subsistiria se estagnasse, se reiterasse as mesmas descobertas e os mesmos questionamentos: na dialética do "Já-visto" e do "novo" encontra-se o ponto de convergência e o ponto de conflito dos modelos científicos. Na aplicação desses modelos teóricos aos fatos antológicos, validam-se falseiam-se esses fatos, criam-se novos fatos. Verifica-se que há uma homologia entre os sistemas sociais, os sistemas políticos e os sistemas culturais: a sua evolução impulsiona os sistemas científicos e tecnológico. A busca da verdade científica está, em geral,

diretamente relacionada a uma sincronia, a uma sintopia, a uma sinstratia, a uma sinfasia, na pesquisa que ora encerramos, essa relação caracteriza-se como fundamental.

Como nas demais ciências, no âmbito do grande universo da área de pedagogia e didática de linguagens de especialidade o mesmo acontece. A partir dos vários modelos científicos existentes sobre essa temática, pudemos constatar que um modelo revela-se bastante eficaz, a *transcodificação de um texto científico (A)* em um *texto etnoliterário (B)*. Com efeito, o modelo mostrou-se como um dos principais instrumentos, nos percursos gerativo de enunciação de decodificação, para auxiliar no desenvolvimento do domínio da aquisição científica com reflexão, por parte de estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino médio e do 1º ano do 3º grau. No quesito *Formação do conhecimento por parte do aluno*, verificou-se que o termo *texto científico não-transcodificado* e o termo *texto não-científico transcodificante* coexistem e sustentam-se numa tensão dialética necessária e útil no processo.

No que concerne ao *Custo e Rendimento na aquisição do conhecimento*, concluímos que entre o *Discurso científico em grau zero* e o *Discurso científico reestruturado* existe uma tensão dialética necessária e relevante.

Quanto aos *graus de equivalência* que se estabelecem entre os Discursos A e B, constatamos que o termo *Equivalência entre A e B* e o termo *Identidade entre A e B* coexistem e sustentam-se numa tensão dialética, devendo haver, pois um equilíbrio entre a relação de identidade e a relação de equivalência.

O trabalho destacou os processos de banalização, vulgarização, popularização de linguagens especializadas, enquanto importantes mecanismos de circulação e de divisão do conhecimento, enfatizou a necessária adequação dos discursos a diferentes grupos de destinatários, a comunicação entre especialidades e não

especialidades, os distintos níveis de linguagens envolvidos e algumas decorrências transdisciplinares.

Ainda, na dialética de construção/destruição/reconstrução dos signos, no processo de *transcodificação*, constatamos uma estruturação bastante complexa, em que o texto recodificado gera uma nova relação entre Expressão (E) e conteúdo (E), sendo a própria Expressão resultado da E (E R C) R (E R C) e o conteúdo produto de E (E R C) R (E R C). Assim, o *texto transcodificador* é *meta-metasemiótico* e, por isso *pluriconceptual*, *plurivalorativo*, *plurissignificativo*, riquíssimo em significados, conduzindo a um *pluriconhecimento* de determinada teoria científica.

Constatamos, ainda, que o texto recodificado é *bi-referencial*, pois nele os termos e os conceitos científicos e tecnológicos aí rearranjados criam uma referência própria, porém calcadas na referência do texto que ele recodificou. O *texto transcodificador*, no caso o cordel, é *meta-referencial*, já que ele não cria, mas retoma conceitos. A *transreferencialidade* entre A e B preserva, entretanto, a especificidade de tratamento: uma coisa é o fato científico tratado no Discurso Científico, outra coisa é esse mesmo fato tratado no discurso poético.

Outra conclusão relevante a que se chegou é que o texto A e texto B são *mono* e *homotemáticos*, na medida em que abordam o mesmo tema, porém são *plurifigurativos*, pois actantes e relações actanciais são diferentes de um para outro.

Concluimos, também, que o texto A determina a isotopia do texto B, que mesmo sendo um texto poético, preserva a sua função primária que é a de *texto interpretante*.

Verificamos, ainda, que o grau de equivalência entre A e B são inversamente proporcionais, pois constatamos que quanto menor a densidade de equivalência, tanto maior será a densidade de reflexão que se exige do estudante.

Pelos motivos expostos, apresentamos como conclusão geral que o *texto transcodificante* indica que o processo de *transcodificação*, tal como o apresentamos, é um dos principais meios de desenvolvimento de um mecanismo muito importante na assimilação de teorias científicas: conduz o estudante à cognição por meio da reflexão. Assim, desenvolver o *refletir* tornou-se ainda mais importante que o *conhecer*, pois a reflexão conduz ao questionamento, à indagação, fatores fundamentais na formação do *conceptus* de cognição, questões que se constituíram no ponto de partida e no ponto de chegada desta pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Literatura de Cordel: **Dos ciclos temáticos à classificação bibliográfica**. João Pessoa, 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Paraíba.

ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. O percurso da Terminologia: da Atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. Tradterm, São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, vol.9, p. 211-222, 2003.

ALVES, Ieda Maria. Socioterminologie. Une approche sociolinguistique de La terminologie. Tradterm, São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, vol. 9, p. 229-232, 2003.

ANDRADE, Maria Margarida. **Sobre a normalização terminológica: Banalização/vulgarização**. Revista Brasileira de linguística, São Paulo: Plêiade, v. 10, n. 1, p.7-27, 1999.

ARRIVÉ, Michel. **Estruturação e destruição do signo em alguns textos de Jarry**. *Ensaio de Semiótica poética*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo, Cultrix. EDUSP, 1975.

_____. **Em Busca de Ferdinand de Saussure**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo, Parábola, 2010.

BARBOSA, Maria Aparecida. **Da constituição e transmissão do saber lexical: um modelo lingüístico pedagógico**. Revista Brasileira de Linguística, São Paulo, v. 7, p. 83-106, 1984.

_____. **Aspectos da produção dos vocabulários técnico-científicos**. In: XVII Estudos Linguísticos, 1989, São Paulo. Anais de Seminários de GEL. São Paulo: GEL, 1989.p. 105-112.

_____. **O percurso gerativo da enunciação, a relação de Equivalência lexical e o ensino do léxico**. In: XXI Estudos Linguísticos, 1992, São Paulo. Anais de Seminários do GEL, São Paulo: GEL, 1992. p.258-265.

_____. **A banalização da terminologia técnico-científica: dialética intertextos**. In: XXII Estudos Linguísticos, 1993, Ribeirão Preto. Anais de Seminários do GEL. Ribeirão Preto, 1993.p. 56-63.

_____. **Terminologização, vocabularização, cientificidade, banalização: relação**. Acta semiótica et linguística, São Paulo, vol. 7, p. 25-44, 1998.

_____. **Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de atuação.** In: FINATO, Maria José Bocorny; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*, Campo Grande: Editora UFMS/Associação Editorial Humanitas, vol. 3, p. 433-445, 2007.

BARROS, Lídia Almeida. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: Edusp, 2004.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. Tradução de Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, Ed. da USP, 1971.

BATISTA, Maria de Fátima. **Zonas antrópicas de identidade, proximidade e distanciamento culturais em textos populares correntes na região amazônica.** In: *Acta Semiótica et Linguística*. Vol 14, nº 1. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB/ Idéia, 2009.

BOUTIN-QUESNEL, Robert et al. **Vocabulaire systématique de la terminologie**. Québec: Publications du Québec, 1985.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. Ed. São Paulo: Global, 2001.

_____. **Vaqueiros e cantadores**. Porto Alegre: Globo, 1939.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, Celso et CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CURRAN, Mark. **História do Brasil em Cordel**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2009.

DANTAS, Janduhi. **Lições de Gramática em versos de Cordel**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

DESMET, Isabel. *Análise do sentido em terminologia: teoria e prática da definição terminológica*. Tradterm, São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, vol. 8, p. 169-188, 2002.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. Tradução de Alice Kyoko MiYashiro, J. Guinsburg, Mary Amazonas leite barros de Barros, Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2001.

DURIGAN, Jesus Antônio. *Prefácio*. **Ensaio de Semiótica Poética**. São Paulo: Cultrix, 1975.

ECO, Humberto. **Os Limites da Interpretação**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

_____. **Conceito de texto**. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp, 1984.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FIRMO, Lúcia M. et BATISTA, Maria de Fátima. **Percursos temáticos e percursos figurativos em textos de Mário Quintana**. In Acta Semiótica et Linguística. João Pessoa : Editora Universitária/UFPB, 2009.

FORTALEZA, Zé Maria de ; VIANA, Arievaldo ; VIANA, Klévisson. **A didática do cordel**. Fortaleza : Tupynanquim Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALISSON, Robert. **Recherches de lexicologie descriptive: la banalisation lexicale**. Paris: Nathan, 1978.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semiótica do discurso científico**. Da modalidade. Tradução De Cidmar Teodoro Pais. São Paulo. DIFEL, 1976.

_____. **Ensaio de semiótica poética**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1975.

GREIMAS, A. J; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo, Ed. Contexto, 2008.

GUILBERT, Louis. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

GUIMARÃES, Elisa. **Texto, discurso e ensino**. São Paulo: Contexto, 2009

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem**. Paris: Minuit, 1968.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIRA, José. **A vida e as idéias geniais e dicotômicas do pai da ciência da Linguística Ferdinand de Saussure**. Recife: Editora Coqueiro. 1995.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1976.

LUYTEN, Joseph Maria. **O que é literatura de cordel**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LYONS, John. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Ed. Nacional; Edusp, 1979.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2005.

PAIS, Cidmar Teodoro. **Elementos para uma tipologia dos sistemas semióticos**. Revista Brasileira de Lingüística. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 45-60, 1982.

_____. **Aspectos de uma tipologia dos universos de discursos**. Revista Brasileira de Lingüística, São Paulo, v.7, n. 1, p.43-65, 1984.

_____. **Conceptualização, interdiscursividade, architexto, arquidiscurso**. Revista Philologus, Rio de Janeiro: CIEFIL, ano 8, n. 23, p. 101-111, 2002.

POTTIER Bernard. **Lingüística Geral**. Teoria e Descrição. Rio de Janeiro: Presença, 1978.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti (ed.). **Literatura Popular em verso**. Catálogo. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1962, vol.1.

RASTIER et BOUQUET, Simon (orgs). **Une introduction aux Sciences de la Culture**. Paris: PUF, 2002.

RASTIER, François. **Ação e Sentido: por uma semiótica das culturas**. Tradução de Maria de Fátima Barbosa de M. Batista. João Pessoa: Idea/ Editora Universitária da UFPB, 2010.

_____. **Sémantique et recherches cognitives**. Paris: PUF, 1991.

_____. **Para uma poética generalizada**. Ata Semiótica ET Linguística. São Paulo, Terceira Margem, 2000.

SANTOS, José Antônio dos. **História da Literatura de Cordel**. Fortaleza: Tupynanquim Editora, 2007.

SIGNORINI, Inês. (Org.) **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SITES

A literatura de cordel no ensino da geografia. Disponível em:
<<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/extensao/documentos/anais>
Acesso em: 22. set. 2010.

A literatura de cordel e o ensino da história. Disponível em:
Disponível em: <<http://www.pgh.ufrpe.br/artigo>>. Acesso em: 22
set. 2010.

Ciência na educação popular. Disponível em:
<<http://www.casadaciencia.ufrj.br/Publicacoes/terraincognita/cienciaepublico/artigos/art01cienciaaeducacao>>. Acesso em: 10.ago.2010

Cordel pedagógico. Disponível em:
<http://www.camarabrasileira.com/cordel03.htm>> Acesso em: 10.
ago. 2010.

História do cordel. Disponível em:
http://www.ablc.com.br/historia/hist_cordel.html. Acesso em: 24.
set. 2010.

O que é cordel. Disponível em:
<<http://www.cordelon.hpg.ig.com.br>>. Acesso em: 10.ago.2009.

ANEXOS

ANEXO A – CAPA LGVC E EXCERTOS

A VIDA E AS IDÉIAS
GENIAIS E DICOTÔMICAS
DO PAI DA CIÊNCIA
DA LINGÜÍSTICA
FERDINAND DE SAUSSURE

Autor: JOSÉ LIRA

ANEXO C – CLÁSSICOS EM CORDEL

Disponível em: <http://www.novaalexandria.com.br/materias.php?cd_secao=9&codant>
Acesso em nov. 2010.

ANEXO D – A NOVA ROUPA DOS CONTOS INFANTIS

CULTURA

A nova “roupa” dos contos infantis

*Os contos de cordel trazem um novo modo de
contar as famosas fábulas infantis e reconquistar
o público*

CULTURA

Um dos clássicos da literatura infantil, o *Soldadinho de Chumbo*, de Hans Christian Andersen, recebe a influência do cordel pela poesia popular de João Bosco Bezerra Bonfim. O escritor nasceu no Ceará, em 1961, e mudou-se para Brasília em 1972, onde vive. Sua vivência no sertão levou-o a admirar e pesquisar as histórias narradas pelos mais antigos. Possui duas dezenas de livros publicados, vários deles para crianças, atua em escolas, feiras e festas literárias, contando histórias e ministrando oficinas sobre a arte de ler e criar.

O personagem Pinóquio ensina que "mentira tem perna curta" de uma forma bem brasileira. Isto foi uma vitória do cordelista Manoel Monteiro, paraibano, que publicou seu primeiro cordel em 1951 e hoje tem mais de 90 títulos. Possui uma atração pelos contos de fadas, é um dos mais importantes poetas brasileiros.

Revista Feito Brasil - Quais os benefícios em unir o cordel com as fábulas infantis?

João Bosco Bezerra Bonfim - O cordel é uma das tradições mais "brasileiras" que podemos ter, em termos de manifestação das artes verbais. Sua "forma", isto é, o modo como organiza versos reflete essa sonoridade bonita de nossa língua e dialoga com o oral. Por outro lado, os clássicos se tornaram conhecidos exatamente por seu caráter de "humanidade". Então, quando recontamos o *Soldadinho de Chumbo* em Cordel, por exemplo, estamos falando de valores humanos universais (amor, paixão, inveja) numa linguagem própria da nossa gente. No caso dessa minha versão, editada com xilogravuras que retomam a tradição dos cordéis.

Manoel Monteiro - A adaptação de contos tradicionais para o cordel é juntar o útil ao agradável. Hoje o cordel está disseminado e as editoras se despertaram para isto. As histórias tradicionais emprestaram leitura para os jovens e o cordel auxilia os professores dentro das salas de aula. Estes contos junto com o cordel vão fundo na alma do leitor e ajudam os jovens a tomarem gosto pela leitura. Por isto, é uma união de boa para excelente.

FB - A adaptação da fábula para o cordel ajuda a tornar ambos mais populares?

João - A adaptação de clássicos para o cordel brasileiro consiste numa aproximação cultural. Se tomarmos essas fábulas, mesmo que não tenham tido origem na Europa, elas projetam personagens e cenários europeus. Então, o cordel traz tramas e personagens para a paisagem e para o palavrado brasileiro, para o ritmo cantante das sextilhas.

Manoel - Sim. É uma troca de mão dupla de sucesso. O cordel começou no início do século passado e era nordestino, mas com a ida de muitos nordestinos para o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, na época de seu advento, disseminou o cordel para o Brasil, pois, na poesia popular eles, os nordestinos, carregavam suas saudades da terra natal. A partir deste momento, o cordel passou a pertencer para o Brasil, inclusive alguns vestibulares tomaram a forma de expressão popular em suas avaliações. Tudo isto faz com que o cordel seja bem visto por todos. Hoje o cordel é um artigo de consumo nacional, no tanto que a Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC) é localizada no Rio de Janeiro. As aulas com a presença do cordel são sempre uma festa.

FB - Quais as principais mudanças que ocorrem com as fábulas ao serem adaptadas ao cordel?

João - Por incrível que pareça o que faz um bom cordel é seu

caráter de fábula. Fora aqueles que são escritos para tratar de um escândalo político ou um crime que se tornou notório, os bons cordéis fazem justamente o que uma fábula faz: montam um cenário (de paz e tranquilidade, de preferência), a seguir introduzem um conflito (um rapto, uma falência, uma doença, uma praga), para, em seguida, ir buscar uma solução para o problema enfrentado. Por fim, só falta transpor a fábula para a forma tradicional para o cordel brasileiro, que consta, geralmente, de setilhas (versos de sete sílabas) organizados em conjuntos de sextilhas (seis versos).

Manoel - Sempre que faço a adaptação de uma fábula para o cordel, eu faço uma leitura pessoal da obra. Para contar um clássico hoje, ele merece ser atual. Por isso, nas minhas obras eu faço algumas alterações propositalmente. Na conclusão eu reforço o conselho, moral e educação da obra, exemplo não mentir, respeite o próximo e estude. O objetivo destas adaptações é passar uma mensagem e ao mesmo tempo em que trate dos problemas cotidianos. Nos meus livros os não deixo passar medo para as crianças, quero é contribuir com a melhor educação delas.

FB - O que o cordel perde e ganha ao abordar fábulas infantis?

João - Primeiro, é preciso que a gente rememore que o rótulo "infantil" nem sempre esteve vinculado a fábulas. Os contos, os "causos", as anedotas, as histórias exemplares eram contadas em rodas das quais faziam parte tanto crianças como adultos. Se você toma as *Mil e Uma Noites*, da tradição árabe, encontrará muitas fábulas. E se você ler as "fábulas italianas", recolhidas pelo Calvino, encontrará tanto contos semelhantes aos recolhidos pelos Irmãos Grimm quanto os que rememoram Scherazade. E na tradição do cordel brasileiro, nas primeiras manifestações, já encontramos o relato dessas fábulas pelo cordel. Então, eu apenas retomo esse veio narrativo e criativo.

Manoel - O cordel é modernizado, sofre as modificações do tempo, pois, é uma literatura como outra qualquer. O cordel, adaptando uma fábula, recebe uma linguagem nova, transforma-se em um novo produto na literatura. O resultado é que temos mais que um conto, o conteúdo fica enriquecido, mais informativo e com entretenimento. A modernização do cordel foi responsável pelo seu ingresso nas salas de aula.

FB - Sabemos a utilização pedagógica do cordel e das fábulas. A união dos dois pode trazer uma ferramenta pedagógica mais eficaz?

João - O cordel agora faz parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais. O que significa que, ao lado de outros escritores como Cecília Meireles, também Leandro Gomes de Barros ou Rouxinol do Rinaré estarão nas bibliotecas e nas salas de aula. Qual a vantagem disso? O cordel recria muito a linguagem oral. As rimas e a extensão dos versos (sete ou dez sílabas, em geral) remete aos processos de memorização. E você pode ver que as crianças adoram as brincadeiras com as palavras. Gostam das parlendas (hoje é domingo, pé de cachimbo...) e das quadrinhas (quando eu era pequenino, do tamanho de um botão...) e os adolescentes gostam de rap que não é mais do que a junção das iniciais de rhythm and poetry, do inglês. Enfim, penso que

ANEXO F – ENTREVISTA 2

CULTURA

o cordel ajuda nesse diálogo entre o falado e o escrito, que tanto precisa ser trabalhado nas escolas, pelo lado do prazer da leitura.

Manoel - Sim, mas o cordel não substituirá nada em sala de aula. O cordel é uma ferramenta pedagógica e é responsável por trazer mais alegria para as aulas. Entendo o cordel como um complemento para as aulas. Entretanto, o objetivo do cordel na educação não é fazer novos poetas, mas apresentar a diversidade cultural.

FB - Estamos falando de fábulas mundialmente conhecidas, o que a versão em cordel traz de novidade para quem já conhece a fábula?

João - A recriação de uma fábula em outra cultura e em outras mídias está vinculada aos valores das respectivas sociedades em que circula. Então, recompondo: todas essas fábulas (ou a quase totalidade delas) que conhecemos como sendo dos Irmãos Grimm ou de Hans Christian Andersen, veiculadas pelo modo escrito, já foram, algum dia, apenas veiculadas pelo modo oral. E o que um dia se tomou conhecido como *Iliada* e *Odisséia*, atribuídas a um ser histórico ao qual se chamou Homero, não passam de um conjunto de histórias que circulavam, oralmente e em versos, pelo mundo grego. Então, voltando ao Nordeste e ao cordel: as narrativas em versos de cordel, em grande parte reproduziam antigas narrativas do Oriente. Várias delas vieram das *Mil e Uma Noites* (via prosa narrada na Europa). O *Romance do Pavão Misterioso*, cordel clássico, em parte, retoma uma narrativa (em prosa) que está em *Carlos Magno e os Doze Pares de França*. Então, adaptar para o cordel narrativas que classicamente foram narradas em prosa (oral e depois escrita) é o que há de melhor para a tradição. E o que é recompor a tradição? É reinventá-la. Por isso, no meu soldadinho de chumbo, há um baile funk, que é um abasileiramento da história. Na *Roupa Nova do Imperador* em cordel, toda a história é contada por um cantador-repentista, típico do Nordeste.

Manoel - O cordel traz a síntese para as fábulas já conhecidas mundialmente. Temos conhecimento que o brasileiro não gosta de ler e isto já é comprovado com a pouca tiragem de livros, jornais e revistas. Neste campo, o cordel entra como um produto sintetizado, o que acaba conquistando o público e deixando o gosto pela leitura.

FB - O cordel foi responsável por popularizar a leitura principalmente no nordeste. Podemos dizer que a internet é o cordel deste século, pois, popularizou a leitura, a distribuição de conteúdo e a venda de livros, inclusive as obras de cordel? Por quê?

João - Ao falarmos do folheto de cordel e da internet, estamos falando, num certo sentido da acessibilidade. No início do século XX, o que circulava mais pelas feiras era o folheto de cordel. Por quê? Pelo baixo preço da impressão, pela facilidade de circulação (os fardos de cordéis iam para os armazéns do interior do Nordeste nos mesmos comboios de burros ou caminhões que levavam fumo, querosene e açúcar). Mas, principalmente, pela portabilidade. Não podemos nos esquecer, entretanto, de que o cordel cria um vínculo com seus consumidores leitores. Então, devemos saber se essa rede mundial de computadores poderá ser o veículo privilegiado para fazer circular o cordel (narrativas em versos). Nesse ponto, ainda há um gargalo. Nem todos os leitores tradicionais de cordel têm acesso à internet. Ou melhor, poucos deles têm acesso a computador.

Se pensarmos em "portabilidade", esta está surgindo com os leitores digitais (Kindle, Ipad, etc.) E esses leitores, por muitas décadas, ainda circularão apenas no meio da elite econômica. Mas, por outro, lado, o cordel continua a ter os bons atrativos que tinha: uma história ligeira, dita em versos, o que guarda muita semelhança com a oralidade. O que a internet pode fazer? Ajudar a configurar novos leitores, ao fazer circular com maior facilidade os cordéis clássicos existentes. Hoje, como já disse, o cordel faz parte (ou deveria fazer) dos currículos escolares do ensino fundamental. E qual a melhor maneira de fazer chegar a alunos e professores os cordéis clássicos? Em *pedêêfes* (arquivos de fácil portabilidade), que circulem pela internet e que lancem mão de acervos como o da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Fundação Joaquim Nabuco.

Manoel - Tranquilamente. Todo meio de divulgação é importante, inclusive para o cordel. Porém, o computador não substituirá o livro e o prazer que ele proporciona ao leitor.

FB - Com o avanço das novas tecnologias, qual é o provável futuro do cordel?

João - Devemos abstrair o "cordel" dessa imagem – aliás, faz muito tempo que é apenas uma imagem – de um folheto pendurado no barbaque. O cordel sempre se caracterizou por ser uma história que era reproduzida no meio mais econômico possível (e, em seus primórdios, no Brasil, pelas tipografias, usando um papel jornal tamanho A4, em duas dobras). E hoje? O que é mais barato, em termos de reprodução? E o que pode circular com mais velocidade? Não há dúvida de que a internet pode abrigar as narrativas em verso de cordel.

Manoel - Estas novas tecnologias são um braço forte para disseminar o cordel para aqueles que não conhecem a beleza da poesia popular, chamando a atenção para o cordel. Devemos lembrar que o cordel não é só um livro, mas sim um estilo literário, com um bom texto e entretenimento.

FB - Uma das características do cordel são as xilogravuras. Hoje, em que a fotografia e a imagem digital dominam, a xilogravura tem espaço? Como?

João - A xilogravura é tão antiga quanto podemos localizar nas descobertas arqueológicas. O que houve é que, nos primeiros tempos do cordel, era mais barato para o poeta fazer ou mandar fazer uma "chapa" em madeira (xilo) do que em metal, o clichê. Enfim, essa trajetória de xilogravura e cordel faz parte do momento mais heróico, digamos assim, do cordel, quando ele precisava, com poucos recursos, ser reproduzido aos milhares. E isso é bonito e precisa ser valorizado. Mas, hoje, muitos outros tipos de imagens podem e devem ser utilizados para ilustrar os cordéis. Inclusive o uso da ilustração interna (desenhos, xilogravuras), o que não era comum nos cordéis mais antigos, pois era mais barato fazer uma xilo apenas para a capa.

Manoel - Não é digo isto com experiência gráfica que tenho. Não há como imprimir o taco (matriz para xilogravura) hoje, não há espaço. Hoje, o artista desenha e escaneia o material, sofrendo o processo gráfico atual. Mas o estilo da xilogravura permanecerá com os desenhos tendo a mesma simplicidade. Tudo se moderniza, igual ao cordel, que hoje é publicado por editoras e na internet. A xilogravura hoje é um processo que encarece e dificulta o trabalho de publicação de cordéis.

ANEXO G – A CIÊNCIA EM VERSOS DE CORDEL

. TÍTULOS .

Corpos Celestes
Microbiologia
Naturalismo
Natureza
Saúde
Criação

Imprensa
Astronomia
Mecânica
Matemática
Pensamento
Filosofia

Disponível em: <<http://www.ablc.com.br/projetos/ciencia/ciencia.htm>>. Acesso em dez. de 2010.

ANEXO H – CORDEL EM TECNOLOGIA

TECNOLOGIA

Surge um novo “cordel”?

*Na era moderna, o iPad é a nova forma de leitura
de livros, configurando um novo formato de
comercialização de obras literárias*

ANEXO I – MANIFESTO

MANIFESTO EM DEFESA DA LITERATURA DE CORDEL

Carta do Juazeiro do Norte - Ceará (03, 04 e 05 de outubro de 2005).

A literatura de Cordel nordestina faz parte do patrimônio nacional, tendo chegado até nós através do colonizador sendo desenvolvida no Nordeste, onde foi recriada, mostrando a riqueza e diversidade cultural de um povo sofrido e explorado, mas através da voz dos poetas populares e da bravura dos vendedores de folhetos souberam honrar esta arte milenar da oralidade e da escrita popular.

Nós, poetas e pesquisadores, adiante subscritos, participantes do “I Encontro Sesc Cordel – Romaria dos Versos”, na cidade do Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, nos dias 03, 04 e 05 de outubro de 2005, resolvemos nos manifestar contra omissões e lacunas institucionais que tanto prejudicam esses autores e suas obras, sendo assim requeremos das autoridades municipais, estaduais e federais a quem endereçamos as seguintes propostas:

1 - Que o Cordel seja levado pelos órgãos estaduais para as escolas públicas, universidades e outras instituições afins, para ser estudado de forma sistemática e permanente, bem como preservado em coleções em suas respectivas bibliotecas;

2 – Que as instituições públicas ou privadas deverão facilitar e estimular a participação dos poetas e pesquisadores nos seminários, encontros e congressos que versem sobre literatura;

3 - Que o parlamento nacional apresente lei para regulamentação da profissão de poetas populares, com todos os benefícios da lei de previdência social;

4 – Que as instituições financeiras, principalmente as ligadas ao setor público, apóiem e financiem produções de Literatura de Cordel, incluindo projetos individuais ou coletivos de parte de associações ligadas aos poetas populares;

5 – Que seja assegurado os mesmos direitos de igualdade nas apresentações de projetos junto aos fundos de incentivo fiscais e leis municipal, estadual e federal, levando-se em conta a discriminação que sofre o poeta de bancada, diante de sua simplicidade e falta de estrutura para uma melhor elaboração e apresentação de seus projetos;

ANEXO I – MANIFESTO (cont.)

6 – Que seja elaborado um programa urgente de editoração e distribuição de Folhetos por parte de governos e instituições culturais afins, para que a produção do Cordel se mantenha sempre vivo;

7 - Que seja instituído o dia QUATRO DE MARÇO, oficialmente, e pela via de anteprojeto de lei, após consulta prévia a todas as instituições e pessoas ligadas ao tema, numa justa homenagem ao pai da literatura de Cordel, o poeta paraibano Leandro Gomes de Barros, nascido em 04 de março de 1865, no município de Pombal;

8 – Que sejam observados e respeitados os direitos autorais dos poetas populares, através do Ministério Público, Procuradorias e outros órgãos de Justiça com punições de acordo com a lei vigente de direitos autorais;

9 – Que seja criado pelo MEC um cadastro nacional permanentemente atualizado dos poetas e pesquisadores da Literatura de Cordel, criando bancos de dados com o objetivo de facilitar o acesso dos estudiosos do assunto;

10 – que sejam inseridos nos temas transversais dos conteúdos programas pedagógicos inserindo o Cordel na grade curricular, levando em consideração a qualidade e respeito às regras básicas da Literatura de Cordel;

11 - Que seja promovido anualmente, pelas secretárias de cultura o reconhecimento dos Mestres do Cordel, conceito este já inserido às outras categorias da cultura popular;

12 – Criar uma revista dedicada ao Cordel, a nível nacional, e Boletins Informativos, a nível, de cada Unidade da Federação, para promoção e divulgação de eventos afins, com participação e patrocínio do empresariado local;

13 – Criar uma Agenda de Eventos Anuais, em datas permanentes, a ser inserida no calendário turístico de cada cidade ou Estado, para divulgar ações do tipo: cantorias, lançamentos de livros, folhetos, premiações, concursos, festivais, feiras, encontros, seminários, bienais de Cordel e outros eventos afins, que poderiam, inclusive, agregar outros itens da nossa cultura popular como a música, a pintura (xilogravura), a dança, a culinária, a escultura e o artesanato de modo geral;

ANEXO I – MANIFESTO (cont.)

14 – Adoção de políticas de incentivo ao Cordel, a começar por privilegiar o seu uso a partir da utilização de Folhetos em campanhas governamentais, de combate e de informações de interesse público, como, por exemplo: vacinação de crianças e idosos, AIDS, DENGUE, Diabetes, Hanseníase, Pressão Arterial, Colesterol, Saneamento, Higiene Bucal, Desnutrição Infantil, Alimentação e Nutrição, Tabagismo, Alcoolismo, Educação no Trânsito, Educação de Adultos;

15 – As Universidades, a exemplo de algumas experiências bem sucedidas, poderiam criar, em suas estruturas, Núcleos de Estudos de Literatura de Cordel; Estes núcleos ficariam encarregados, dentre outras responsabilidades, de manter o Núcleo Central do Ministério da Cultura, devidamente informado sobre todos os estudos e ações por eles desenvolvidos. De posse desses dados, o Núcleo Central teria condições de preservar o acervo de publicações e estudos sobre Cordel, e estabelecer a integração e a divulgação daquelas informações para todo o país;

16 – Agendar um encontro com representantes do governo (Ministério da Cultura) e da comunidade envolvida com a cultura popular especialmente a Literatura de Cordel, com vistas a levantar o primeiro diagnóstico e criar condições para estabelecer um programa de ações sobre as questões aqui arroladas. Que este Manifesto seja lido e amplamente divulgado nos diversos veículos de imprensa deste país.

Assinam este documento:

Irani Medeiros, Guaipuan Vieira, Gutenberg Costa, Bule-Bule, Antônio Barreto, Carlos Joel, Vânia Freitas, Fanka Santos, Cleydson Monteiro, Arlene Holanda, Maria do Rosário, William Brito, Jozenir Lacerda, Daniel Walker, Abraão Batista, Pedro Bandeira, João Bandeira, Jesus Sindauex, Hélio Ferraz, Salete Maria Silva, Cícero Amorim, Ione Severo, Hildênia Onias Sousa, José Lourenço, João Dantas, José Costa Leite, Antônio Lucena, Manoel Monteiro, Marcelo Soares, Antônio Américo de Medeiros, Rodrigo Apolinário, Francisco Campos, Francisco Diniz e Varneci Nascimento.